

Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHL)
Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA)

VARADOURO – UM JORNAL DAS SELVAS
Um estudo sobre a vida no alternativo

MICHELLE DA COSTA PORTELA

Manaus/AM
Junho/2009

MICHELLE DA COSTA PORTELA

VARADOURO – UM JORNAL DAS SELVAS

Um estudo sobre a vida no alternativo

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

Manaus/AM
Junho/2009

MICHELLE DA COSTA PORTELA

VARADOURO – UM JORNAL DAS SELVAS
Um estudo sobre a vida no alternativo

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre.

Manaus, 22 de junho de 2009

Presidente: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – Universidade Federal do Amazonas

Membro – Prof. Dr. Bernardo Kucinski – Universidade de São Paulo

Membro – Prof. Dr. Renan Freitas Pinto – Universidade Federal do Amazonas

**Aos meus pais e aos irmãos;
A todos do Ciclu-Alto Santo;
Sobretudo, àqueles que sabem tolerar;**

Dedico.

Depois de ler Marx, Engel, Durkheim, eu me senti preparado pra chegar aqui e dar lições pra eles (os seringueiros), de como agir e reagir. Mas, no primeiro contato que eu tive com as lideranças, vi que eles expressavam uma coisa muito mais forte, pois eles já estavam fazendo essa resistência de uma maneira muito mais ampla do que eu poderia sugerir. Passei a ouvir mais do que falar. Graças a Deus, tenho essa capacidade de mais ouvir que falar, e isso me serviu muito pra ter uma visão mais próxima da realidade. Eu acho que, de certa forma, eu levei isso pro *Varadouro* e acabamos fazendo um jornal diferente.

Elson Martins

Agradecimento

À vovó, Francisca Portela, que, antes de João Cabral de Melo Neto, me fez entender que “toda vida, mesmo que Severina, vale a pena”.

À mamãe, Suzana Maria da Costa Portela, mulher amazonense, que tanta beleza vê na vida; ao papai, Manoel Jerônimo Portela, um bravo nordestino; aos meus irmãos, Walder Vieira Neto e Leonam da Costa Portela, cabras bons da peste. A família acima de tudo.

Ao Elson Martins, pessoa que tanto admiro e cujos ensinamentos levarei para o resto da minha vida. Obrigada por tantas entrevistas, conversas e consultas ao seu acervo pessoal. Pela amizade, sequer tenho palavras.

Ao Terri Vale de Aquino, que após tantos anos trabalhando com povos indígenas, conserva uma enorme capacidade de se surpreender e se emocionar. É uma inspiração para todos.

À Célia Pedrina, um exemplo de mulher acreana, mesmo que lá não tenha nascido. Obrigada por me permitir a consulta ao acervo da vida. Minha admiração pela batalha cotidiana.

Ao Toinho Alves, companheiro em trabalho, nosso orador é referência nesse novo caminho. Dai-me o privilégio de sempre contar contigo.

Ao professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, por nos ensinar o árduo ofício da pesquisa interdisciplinar, não apenas como professor ou orientador, mas como um amigo querido.

Aos colegas de turma que, no exercício acadêmico cotidiano, demonstraram empenho e interesse em construir um pensamento social para a Amazônia, desafiando-me continuamente a estar à altura deles. Sei que apoiamos-nos mutuamente. Minha gratidão por tornarem essa trajetória mais agradável.

A todos aqueles que fizeram o *Varadouro*, meu amor e admiração. Compartilho intimamente do “espírito do *Varadouro*”, em honesto sentimento de pertencimento. Essa história também é a minha.

Resumo

A discussão sobre as experiências em comunicação na Amazônia é escassa, quando não restrita a frases ou parágrafos, além de etnologia, historiografia e iconografia, mais ainda, iniciativas no campo da imprensa alternativa, que visaram combater a ditadura e dar voz aos povos tradicionais da região no processo de redemocratização da região. O trabalho pretende contribuir à pesquisa científica sobre jornalismo alternativo na Amazônia analisando as relações sociais construídas entre os membros fundadores do *Varadouro – um jornal das selvas*, ligado ao movimento social acreano, publicado no Acre entre maio de 1977 e dezembro de 1981. Ora aproximados ideologicamente e pelo desejo de protagonizar suas críticas ao regime vigente, essa geração pós-64 tinha passagens pelo movimento estudantil, revolucionário e acadêmico. A caminhada fez deles companheiros de jornada. No jornal, denunciaram os crimes cometidos no campo e o uso do aparelho governamental para favorecer as elites locais, interessadas na expansão agropecuária. Em suma, combatiam o discurso triunfalista para a região construindo representações do que acreditavam atender às reivindicações dos chamados povos do Acre – seringueiros, índios, posseiros e colonos. *Varadouro* nos traz evidências do papel de jornalistas e intelectuais que, desempenhando várias funções na escala de produção, participaram da organização do movimento liderado pelos índios e seringueiros no Acre, envolvendo trabalhadores rurais extrativistas, em defesa da vida frente à expansão agropecuária, no movimento reconhecido como ‘resistência’.

Abstract

The debate upon communication's experiences in the Amazon is scarce or even limited to phrases or paragraphs. The same happens to ethnology, historiography and iconography, or to field initiatives related to the alternative press that aimed to fight the dictatorship and to give voice to the traditional peoples of the region, during the redemocratization process of the region. This paperwork intends to contribute with the scientific research about alternative journalism in the Amazon by analyzing the social relations constructed among the founder members of Varadouro - a periodical of the forests, integrated to the social movement in Acre state, Brazil, which was published in the Acre between May 1977 and December 1981. Ideologically approached and connected by the desire to carry out its criticism upon the regime in vigour at the time, this post '64 generation had participated at the student, revolutionary and academic movements. This journey made them partners. In the periodical, they had revealed the crimes committed in the countryside and the use of the governmental device to favor the local privileged, interested in the farming expansion. In short, they fought the triumphalist speech in the region by constructing representations of what they believe that would fulfill the demands of the so called peoples of the Acre - rubber latex extractor, Indians, ones who holds legal titles to property and colonists. Varadouro brings up evidences of the role of journalists and intellectuals who, by playing some functions in the production scale, had participated of the organization of the Acre movement leaded by the Indians and rubber latex extractors and involving diligent agricultural extractives in defense of the life instead of the farming expansion. It was the movement recognized as 'resistance'.

Key words: alternative journalism, traditional peoples, Amazon

Lista de anexos

1. Apresentação – Livro de Edições
2. Anexo 2 – Governo Geisel aprovou operação fiscal para extinguir imprensa
nanica

Lista de abreviações e siglas

ABD-PA - Associação Brasileira de Documentaristas
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CPI ACRE - Comissão Pró-Índio do Acre
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CIEX - Centro de Informações do Exército (Ciex)
DSI – MJ - Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ)
DCE UFAC - Diretórios Central de Estudantes
DENTEL - Departamento Nacional de Telecomunicações
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
LIBELU – Liberdade e Luta
MDMA - Movimento de Defesa do Meio Ambiente
MCV - Movimento do Custo de Vida
MCC - Movimento de Compras Comunitárias
MMA - Movimento das Mulheres do Acre
OSI - Organização Socialista Internacionalista
PT - Partido dos Trabalhadores
SERDA – Serviço Oficial de Divulgação
STR – SANTARÉM - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia
STR – Brasiléia - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia
STR – Xapuri - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Extrativistas de Xapuri
TESC - Teatro Experimental do Sesc
UFAC - Universidade Federal do Acre
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> _____	13
INTRODUÇÃO _____	16
<i>Capítulo I</i> _____	22
<i>1. “Varando até o infinito”</i> _____	22
1.1 “Uma nova patada” _____	27
1.2 <i>Estratégias editoriais</i> _____	31
1.3 <i>Rede de nanicos</i> _____	41
<i>2. 3 Publicação e Distribuição</i> _____	76
<i>3. Jornalismo de seringal: categorias, temas e problemas</i> _____	77
3.2 <i>A segunda fase – Um pensamento sobre a Amazônia</i> _____	83
3.3 <i>A terceira fase – Novos varadouros</i> _____	85
3.4 <i>A questão indígena</i> _____	87
3.5 <i>A Questão Ambiental</i> _____	89
3.6 <i>A Questão da Terra</i> _____	91

Apresentação

O tema deste trabalho versa em torno da história do jornal alternativo *Varadouro* – *um jornal das selvas*, que entre maio de 1977 e dezembro de 1981 buscou outras formas de relação com os movimentos sociais legitimados por grupos que se apresentavam como “povos tradicionais”, especialmente aqueles que eram definidos como “pobres do Acre”: referindo-se a seringueiros, índios e colonos.

O jornal surgiu a partir de uma proposta da Igreja Católica no Acre de criar um veículo de comunicação capaz de tornar público os crimes ocorridos no Estado, especialmente no campo, numa abordagem contundente de defesa dos povos da floresta e em resistência à frente de expansão agropastoril da década de 1970.

À propósito, também combatia a desinformação veiculada pelos jornais locais, mantidos por empresários e oligarquias regionais, que também tinham interesse econômico na mudança do modelo de exploração extrativista para a pecuária e madeireira, iniciadas pelo governo militar pós-64, com supostas intenções de integrar econômica e socialmente a Amazônia ao Brasil.

Como resultado dessa aludida “integração”, milhares de moradores da floresta, seringueiros, índios, posseiros e colonos¹ foram expropriados e expulsos de suas terras, obrigados a buscar abrigo nas periferias das cidades, com este deslocamento forçado passaram a viver miseravelmente, principalmente, em *Rio Branco*, capital do Estado.

O jornal de circulação mensal e restrita ganhou importância e espaço no mercado do campo jornalístico acreano por ter se voltado para um jornalismo de forte apelo comunitário, preenchendo uma lacuna que os jornais diários ou da grande imprensa foram perdendo no decorrer dos últimos anos, diante da exigência de um enfoque macroeconômico ou de interesse político e econômico dominante.

A oposição a esta última categoria foi determinante na fundação do jornal. A Igreja, notoriamente ligada à Teologia da Libertação, reuniu jornalistas e intelectuais que atuavam em oposição ao governo militar vigente para se articular na fundação de um jornal com capacidade de enfrentamento dos movimentos sociais e tentar ampliar a inserção de informações favoráveis a estes junto à opinião pública. A argumentação de

¹ Em *Varadouro*, posseiro é todo aquele que tem posse da terra, porém, sem documentação oficial, enquanto que, colono, além de deter a posse, é também agricultor familiar e comercializa a produção nos mercados locais.

fundação do *Varadouro* diz que, estes jornais, integrantes de grupos comerciais amplos e normalmente com investimentos em pecuária, cumpriam o papel de encenadores da realidade social e política do Acre e acabavam por deformá-la. A visão de Acre que ofereciam era polida conforme o interesse de uma classe dominante, fabricando coletivamente representações sociais, que mesmo estando afastada da realidade, perduravam.

O jornal fez oposição direta às classes dominantes, principalmente grandes latifundiários e oligarquias locais, que ocupavam cargos no Governo Estadual e Federal, assim como ao sistema judiciário, cujos componentes eram apontados como “poderosos” e “perigosos”, os mesmos proprietários dos meios de comunicação de massa. Por isso, pode-se dizer que o *Varadouro* também ofereceu uma visão de Acre de acordo com os interesses de uma classe social, desta vez, não da dominante, mas sim dos que classificou como os “pobres do Acre”. Nesse aspecto, passou a encenar a realidade social e política, interna e externa, de seringueiros, índios, colonos e posseiros, fabricando suas representações sociais próximas à realidade; combatendo os pré-julgamentos atribuídos a esses grupos sociais, como veremos adiante.

É relevante reconhecer o envolvimento dos profissionais que trabalharam na produção do jornal, numa tentativa de enfatizar o compromisso pessoal de cada um deles no decorrer da história e das transformações sociais acreanas.

O princípio dessa cobertura foi à distinção entre os grupos sociais que compunham os povos tradicionais acreanos, que, apesar de ter modos de vida diferentes, encontraram elementos comuns de mobilização. A princípio, a luta pela sobrevivência e a possibilidade de criar novas bases de exploração dos recursos naturais.

Ao tentar encaixar-se na prática de um jornalismo crítico e pluralista, o *Varadouro* logrou sucesso editorial, alcançou repercussão nacional, sobretudo nos meios acadêmicos, como se verá, mas não obteve o sucesso correspondente em termos financeiros. Assim, veio a fechar quatro anos depois do início do projeto, tendo publicado vinte e quatro edições.

A pesquisa também está embasada na idéia de que o estudo sobre a imprensa jornalística pode ser uma fonte recorrente para a interpretação e compreensão de contextos históricos e sociais na Amazônia, bem como permitir o conhecimento do lugar que ocupa essa mídia no campo de produção e reprodução de discursos e representações sobre determinados grupos e categorias sociais. Também se discute,

porém não diretamente, suas posições que podem revelar por vezes uma relação de convivência com determinadas elites dirigentes.

A escolha do tema se mostra oportuna, porque embora não falem estudos sobre a mídia alternativa ou segmentada no Brasil, a análise recai, via de regra, sobre a abordagem histórica ou ideológica, mas dificilmente aparece sobre as categorias ou sujeitos sociais representados nas edições.

Creio que a pesquisa sobre o alternativo *Varadouro* poderá contribuir para um avanço do conhecimento para as experiências de Comunicação na Amazônia, especialmente para os jornalistas que venham a trabalhar com temas relacionados ao jornal e aos movimentos sociais, que atualmente experimentam investimentos em comunicação de massa como forma de fortalecer e consolidar suas lutas.

Introdução

Na prática, considerando-se o repertório de experiências de comunicação alternativa na Amazônia, o jornal *Varadouro – um jornal das selvas* se destacou pela relevância na saga da democratização da informação na região, proferida por iniciativas populares em oposição à ditadura militar, especialmente, ao longo da década de 70, em todo o Brasil.

No período pós-64, os novos donos do poder adotaram medidas discricionárias contra todos os que a eles se opunham. A imprensa passou a ser alvo de intensa censura e repressão, obrigando muitos dos jornalistas a desenvolver estratégias de comunicação que superassem essas limitações. Aliados a eles, intelectuais de todo o País mobilizaram-se, ambos, motivados pela vontade de protagonizar suas críticas.

O conceito utilizado para definir o *Varadouro*, enquanto um produto de jornalismo alternativo, parte do princípio de que um jornal voltado diretamente para a comunidade se insere num contexto social e econômico que o coloca no aspecto a uma chamada “imprensa alternativa”. Termo comumente utilizado para designar o produto da mídia diferenciado pela forma, conteúdo ou dimensões, aqui se fortalece pela forma com que esses veículos se contrapunham à ideologia dominante veiculada pelos jornais da grande imprensa que, se não apoiavam o regime de exceção, também não se contrapunham claramente a ele.

O jornal surge no primeiro momento de crise da “imprensa alternativa”, quando esta é enfraquecida por fatores político-ideológicos, dando lugar à uma nova versão de imprensa alternativa mais voltada para o “trabalho de base ligado à igreja” e aos movimentos sociais, destinado às causas sociais e de interesse imediato da população trabalhadora.

Pode-se dizer que o *Varadouro* é resultado de um período de transição social no Acre, quando o movimento social na Amazônia encontrou condições favoráveis de aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados.

A mudança ocorre a partir da pressão que grandes latifundiários faziam pela posse da terra, que atingia, de diversas formas, todos os grupos nativos, incentivados pela ditadura militar. Por efeito, foram as políticas governamentais deflagradas nesse período que possibilitaram os elementos básicos à formação de composição e de vínculos solidários, como registrado nas situações de confronto, porque mesmo não havendo homogeneidade de condições materiais de existência, esses grupos foram momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador do Estado, cujo etnocentrismo e nostalgias coloniais da “missão civilizadora” limitaram-se a desempenhar um papel marginal. O reconhecimento e a associação comum em torno de um acordo se tornaram a única forma possível de sobrevivência. A unidade precisou ser pacientemente construída.

Foi o estabelecimento das novas fronteiras acreanas na década de 1970 que levou ao reconhecimento de elementos comuns de identidade entre determinados grupos sociais no Acre, forçando uma certa reorganização social ou um realinhamento de posições políticas.

Enquanto circulou, o *Varadouro* registrou como os movimentos sociais do Acre se colocaram na cena política constituída na busca de consolidar suas formas organizativas e criar estratégias de sobrevivência, além da defesa de seus territórios, num contexto em que o “tradicional”² aparece atrelado a fatos do presente e às atuais reivindicações dos movimentos sociais.

Por efeito, a abordagem jornalística focou temas de interesse direto do público alvo do jornal, como meio ambiente, posse da terra e a questão indígena, fazendo diferenciação entre os atores sociais que participaram do processo. Todos esses temas estavam intimamente relacionados aos modos de vida e possibilidades de sobrevivência para as diferentes categorias.

O que se busca nesse estudo é reconhecer quais categorias receberam atenção diferenciada do alternativo, perceber a diferenciação entre grupos e como estavam relacionados. A partir dessa análise, acredito ser possível melhor compreender a articulação de movimento social no Acre contra uma série de políticas governamentais equivocadas aplicadas na região, voltadas para a ocupação da Amazônia e em nome de um suposto “desenvolvimento”.

² Cf, Joaquim Shiraishi (2006) em que, para os movimentos sociais na Amazônia, a tradição é acionada enquanto reivindicação contemporânea e como direito envolucrado em formas de autodefinição coletiva.

Utilizamos nesta fase da pesquisa os conceitos trabalhados por Pierre Bourdieu na investigação científica, na tentativa de superar velhos princípios metodológicos, como o ideal da padronização dos procedimentos (BOURDIEU, p. 693, 2003).

Para Bourdieu, a prática da pesquisa científica tradicional não encontra suas expressões adequadas nem nas prescrições de uma metodologia freqüentemente mais cientista que científica, nem nas precauções anticientíficas das místicas da fusão efetiva. A pesquisa continua uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos.

Nesse caso, é preciso estar atento às outras questões trabalhadas pelo pesquisador, de que a interrogação científica, explicitamente, a entrevista, apesar de excluir a violência simbólica capaz de afetar as respostas, também apresenta distorções, que devem ser conhecidas e dominadas. É necessário fazer uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis da pesquisa.

Na busca por uma comunicação não violenta, o pesquisador deve explicar ao entrevistado seu papel da pesquisa que desenvolve, na relação que se estabelece, dos fins que ela busca e discutir das razões que o levam a participar da troca. Medir a natureza e amplitude da finalidade da pesquisa – intrusão - a partir da percepção sobre como ela é pensada e percebida ajuda a corrigir as distorções dela originadas.

Tal conceito é compartilhado por Berreman³, que dissertou seu trabalho de campo para além de uma apresentação de métodos de pesquisa ou técnicas de campo, em seu sentido tradicional. O objetivo do autor foi, justamente, tentar retratar alguns aspectos da experiência humana, do fato de ser essa uma experiência humana, para a etnografia, como tarefa científica. Neste estudo, o autor nos conta o que fez, como o fez e o por que.

Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar a sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida das pessoas. (...) Ambas tarefas, como toda interação social, envolvem controle e interpretações de impressões mutuamente manifestadas pelo etnógrafo e seus sujeitos. As impressões decorrem de um complexo de observações e inferências, construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados, quanto privadamente, isto é, quando pensam que não estão sendo observados. As tentativas de dar a impressão desejada de si próprio, e de interpretar com precisão o comportamento e as atitudes dos outros são uma componente inerente de

³ BERREMAN, Gerald D. - "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia". In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, org. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, 1975, Livraria Francisco Alves Editara, pp. 123-174.

qualquer interação social e são cruciais para a pesquisa etnográfica (BERREMAN, pág.127, 1975).

Podemos dizer que, ainda estabelecendo diálogo com Bourdieu, o pesquisador inicia um jogo, do qual faz parte a dissimetria social, evidenciada e ampliada cada vez que o entrevistador ocupa uma posição superior ao entrevistado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente o cultural. O mercado dos bens simbólicos varia segundo a relação instituída (BOURDIEU, p. 695, 2003).

Para reduzir a violência simbólica exercida na entrevista, procurei instaurar uma relação de escuta ativa e metódica, afastada tanto da pura não-intervenção da entrevista não dirigida quanto do dirigismo do questionário. Ela associa a disponibilidade total à pessoa interrogada e a submissão à sua história particular. Para uma relação de pesquisa mais próxima possível da relação ideal, a pesquisadora agiu na escolha das pessoas interrogadas ou dos interrogadores (Idem, p. 695 - 696).

É imprescindível considerar que, ninguém está livre do efeito de imposição que perguntas ingenuamente egocêntricas ou simplesmente desatentas podem exercer e, sobretudo, livre do efeito contrário que as respostas assim extorquidas correm o risco de produzir do analista.

No caso desta pesquisa, foram escolhidas pessoas conhecidas ou às quais pudessem ser apresentadas por pessoas conhecidas. A proximidade social e a familiaridade asseguraram duas condições da entrevista não-violenta: garantia contra a ameaça de ver suas razões subjetivas se tornarem objetivas e acordos, conscientes e inconscientes, verbais e não-verbais, que indicam como o enunciado deve ser interpretado, assim como foi interpretado. Com a familiaridade, as perguntas encontram sua origem, levando entrevistado e entrevistador a compartilhar as características que funcionam como fatores explicativos de práticas e representações.

O interrogatório tende naturalmente a tornar-se uma socioanálise a dois na qual o analista está preso, e é posto a prova, tanto quanto aquele que ele interroga (BOURDIEU, p.698, 2003)

Porém, deve-se estar atento à necessidade de se construir cientificamente esse discurso, de tal maneira que ele forneça os elementos necessários à sua própria explicação.

O pesquisador precisa dar-se o que Bourdieu chamou de compreensão genérica e genética do que o pesquisado é, ou seja, situar-se no espaço social que ele ocupa,

fundada no domínio das condições sociais das quais ele é o produto. Esta compreensão é exercida de maneira inteligível, tranqüilizadora e atraente de apresentar a entrevista e conduzi-la, de fazer com que a situação faça sentido ao entrevistado e na problemática proposta.

É esta informação (conhecimento prévio) que permite conduzir a entrevista com perguntas pertinentes, verdadeiras hipóteses que se apóiam numa representação intuitiva e provisória da fórmula geradora própria ao pesquisado para provocá-lo a se revelar mais completamente.

Para isso, é importante estar atento a outras considerações de Bourdieu. O sociólogo não consegue controlar as relações da pesquisa somente com a flexibilidade, visto que o pesquisado também impõe sua visão da situação. A relação social entre pesquisador e pesquisado produz um efeito de censura muito forte, redobrado quando há uso de gravador, e o pesquisado desencadeia um esforço para dominar os constrangimentos inerentes da situação da pesquisa, numa tentativa de demonstrar que pode assumir sua própria objetivação, ambas pertinentes ao caso desta pesquisa.

Uma das formas mais freqüentes de negar a objetivação é manter a aparência da auto-análise, num discurso que procura a falsa-lucidez sem questionar o essencial, enviando uma mensagem baseada não somente na problemática, mas no seu estilo.

A entrevista pode ser vista como um *exercício espiritual*, com objetivo de, pelo *esquecimento de si*, a *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias mais comuns. O pesquisador é inclinado ao *amor intelectual* por disposição acolhedora. Para isso, é importante considerar o que o autor discrimina como “condições de felicidade”, que, costumeiramente despercebidas, quando acionadas, favorecem o surgimento de um discurso extraordinário. Assim, é possível alcançar situações de auto-análise provocada e acompanhada: um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, experiências e reflexões reservadas ou reprimidas.

Para a entrevista, ainda é necessário considerar algumas questões quanto a obtenção de informações. A submissão ao dado está baseada na lógica da prática social. Só se pode compreender o significado de uma conversa se considerarmos a subjetividade social das relações. Só é espontâneo o que é construído, mas por uma construção realista (contra a ilusão de neutralidade). É importante ter consciência do

perigo sobre opiniões. Somente a ciência desse perigo faz questionar os próprios questionamentos e pressupostos que existem.

Outro aspecto emerge nesse procedimento. Ao optar por gravar e transcrever as entrevistas, é importante considerar os riscos da escrita. A transcrição joga com a pragmática da escrita, para orientar os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar.

O processo verbal está submetido a dois conjuntos de obrigações: fidelidade ao que foi manifestado durante a entrevista; legibilidade, que impede a impressão de expressões expostas. Deve-se tentar conciliar estes dois grupos, para imprimir expressões expostas pelo pesquisado. Experiência que está apresentada nos anexos.

Toda leitura está orientada por esquemas interpretativos. O rigor deve consistir no controle permanente do ponto de vista. A transcrição tem de transmitir ao leitor o que dá razão, que restitui ao pesquisador sua razão de ser e sua necessidade.

Por fim, é de fundamental importância ressaltar que a história do jornal nos faz reconhecer que, para se estabelecer, em bases consistentes a história da comunicação e dos movimentos sociais no Brasil, é preciso considerar que em muitas situações, nos pequenos e médios centros do Norte, a luta contra o autoritarismo ocorreu forma bem mais desigual para seus militantes que no Sul e Sudeste do país. A luta pela democratização da comunicação, e da sociedade brasileira como um todo, ainda não se esgotou. E conhecer a história recente, por ângulos mais abrangentes, somente contribui para a busca de outras formas, conseqüentes e eficazes.

Capítulo I

1. “Varando até o infinito”

Varadouro – *Um Jornal das Selvas* passou a existir em 1977, por iniciativa da Igreja Católica no Acre, especialmente a Prelazia do Acre e Purus⁴, jornalistas e intelectuais que atuavam em oposição ao governo militar vigente. O projeto de sua linha editorial optava por apoiar e dar tratamento preferencial aos movimentos sociais, índios, seringueiros e colonos – reconhecidos então como populações tradicionais do Acre⁵ –, sem exclusão de outros conflitos sociais, como os urbanos – meninos de rua, homossexualismo, o surgimento dos bairros e de favelas na capital do Acre, *Rio Branco*, por exemplo, considerando as diferentes fases vividas pelo jornal, como veremos adiante. O jornal fez oposição direta às classes dominantes, principalmente grandes latifundiários e oligarquias locais, que ocupavam cargos no Governo Estadual e Federal, assim como o sistema judiciário, por serem considerados, consoante aos termos do próprio *Varadouro*, mais “poderosos” e “perigosos”.

O surgimento de uma imprensa popular e alternativa no Acre esteve intimamente ligado às transformações sociais e culturais que emergiram durante a década de 1970. Guareschi⁶ analisa que o fenômeno da comunicação como instrumento de luta surge com as mudanças políticas que ocorrem na América Latina, com a transição da ditadura para democracia.

Há uma inquietude contemporânea situada nesta era, simbolizada pela queda do muro de Berlim em 1989 e o fim propalado da “guerra fria”. A América Latina, que

⁴ A Prelazia do Acre e Purus pregava a Teologia da Libertação, corrente marxista na Igreja que faz uma opção pelos pobres contra a pobreza e sua libertação. Tem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) sua principal forma de mobilização.

⁵ O *Varadouro* reconhece essas categorias como aqueles que têm direitos sobre a permanência e o uso da terra, considerando fatores de ligação intensa com território ancestrais, auto-definições e identificação pelos outros como grupos culturais distintos, linguagem própria, presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais e sistemas de produção voltados, principalmente, para a subsistência, como bem observou Diegues (2004). Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou seja capaz de utilizar (Godelier, 1984, apud Diegues, 2004).

⁶ GUARESCHI, Pedrinho A.. *Comunicação e Poder – a presença dos meios de comunicação de massa na América Latina*. Editora Vozes RJ, 1985.

viveu nos anos 1970 experiências autoritárias com governos militares e que tinha a democracia apenas como um grande sonho, a partir do início dos anos 1980, passa a viver uma série de lutas pela restauração de sua liberdade de opinião, de expressão e também, pelo direito efetivo à comunicação.

Nesse caso, a comunicação, através do uso dos meios massivos, deve ser percebida do ponto de vista não tradicional, associada a causas políticas e culturais como instrumento para abrir mercados consumidores e favorecer interesses econômicos e políticos vinculados direta ou indiretamente aos donos dos veículos de comunicação, mas como um instrumento de luta, fala dos oprimidos, instrumento que capacita os cidadãos ao exercício de sua cidadania⁷.

Não foi diferente no caso do jornal das selvas, num sonho anterior ao oitentista. Logo em sua primeira edição, em maio de 1977, utilizando as ferramentas acima descritas e para elucidar qualquer questionamento acerca da função do novo jornal que chegava à praça de *Rio Branco*, capital do Acre, tanto no editorial quanto na mensagem aos leitores, os editores do jornal anunciavam os limites da cobertura pensada para o jornal.

VARADOURO deu especial destaque, neste número de estréia, ao problema do índio na região, por entender que sobretudo no Acre o homem branco tem um dívida muito grande a saldar com os povos indígenas, que sempre procurou massacrar, oprimir e estigmatizar, teimando em negar consciente ou inconscientemente os seus valores e a sua cultura. A partir da página 7, até a 13, procurar mostrar que o índio é uma presença viva (embora ameaçada) na formação histórica do Estado, e tenta despertar naqueles que nunca pensaram nisso, a consciência de sua omissão e a necessidade de reparo (...) (*Varadouro*, maio, 1977, Ed. 01, pág. 02).

Recorrendo à primeira edição do jornal, a mensagem aos leitores assinada pelos editores do jornal resume a intenção dos idealistas do *Varadouro*: a tentativa de criar um formato de jornalismo no Acre que privilegiasse os povos tradicionais não representava nenhum novo acontecimento, porém audaciosa e apaixonada iniciativa de um grupo de pessoas, unidas por laços solidários e idealistas:

⁷ Cf. Luckesi, devemos definir “a cidadania como a possibilidade plena dos direitos e o exercício dos deveres por todos os membros de uma sociedade. Isso implica a realização dos direitos civis (liberdade de pensar, liberdade de expressar-se, liberdade de ir e vir, etc...), dos direitos políticos (poder escolher e ser escolhido para a direção dos bens sociais, modernamente o direito de votar e ser votado), e, finalmente, dos direitos sociais (direito ao trabalho, à alimentação, à habitação, ao lazer, etc...). Por outro lado, a cidadania implica o exercício de deveres para a realização do bem-estar de todos os outros membros da sociedade, traduzidos em trabalho, produtividade, relações igualitárias, etc. Historicamente, a cidadania assim definida, não se realizou e permanece sendo um ideal dos povos”. (Luckesi In: Kunsch. 1986. p.31)

Nada de extraordinário a dizer. Embora, em nosso fórum íntimo - que ninguém é de ferro - temos como “façanhas” determinadas coisas, como “importar” 300 quilos de chumbo, via aérea, do Rio de Janeiro, e conciliar isto ao nosso “numerário”. Um verdadeiro assalto em nossas economias, creiam! Mas, no geral, pelo que supomos e sabemos de outros companheiros, *VARADOURO*, guardando as devidas peculiaridades e proporções, nasceu como a maioria das publicações do gênero: um grupo de pessoas decididos a fazer um jornal decente e dificuldades em dobro e de todos os tipos e matizes - técnicas, econômicas e outras próprias dos dias que correm - a atrapalhar qualquer passo que precisávamos dar (Idem, 1977).

Aos leitores, informavam que, até a publicação, foram necessários oito meses de intensa preparação para colocar o jornal na rua, reconhecendo a “crença, a vontade e o ânimo” da equipe como elementos motivadores. Reconheceram, na mesma ocasião, que seria desafiador manter um jornal em atividade apenas com “boas intenções”, porém, estavam criando uma oportunidade de ver a realidade e retratá-la de modo diferenciado, sem esquecer os elementos comuns que ligavam os membros do núcleo fundador do jornal e das ferramentas acionadas para fazê-lo:

Este modo de encarar a realidade permite inclusive que cultivemos alguns propósitos e ambições, *Varadouro*, como o nome sugere, propõe-se a contar o momento histórico atual do Acre e de sua gente. No auge das “folias do látex”, que aconteceram nesta parte da Amazônia Ocidental, existiram dezenas de jornais. O Acre, atualmente, restringindo uma expressão do nosso amigo e entrevistado Márcio Souza, recebe uma segunda “patada” histórica e reclama da consciência do jornalista o registro dos fatos, mas principalmente das conseqüências desse processo. *Varadouro* é, pois, um dever de consciência de quem acredita no papel do jornalista. É propositadamente feito aqui na “terra”. Sai, portanto, de uma forma rude, ‘cabocla,’ sem técnica, cheio de limitações e gerado pela necessidade de colocar em discussão os problemas de nossa região, do nosso tempo e, principalmente, de nossa gente. É um desafio, até certo ponto, incômodo. Sabemos que seremos amados e mal-amados. Mas ainda achamos que vale a pena assumi-la, porque acreditamos que o homem acreano e o da Amazônia em geral merecem muito mais do que simplesmente o “berro do boi”. Como se vê, estaremos em nosso trabalho mais preocupados em entender e mostrar as razões, os bastidores dos fatos do que propriamente os fatos em si. Faremos isto com fidelidade e respeito a relatos simples, e profundos que brotam da alma do povo. No mais, repetimos, nada de extraordinário a dizer! Como diz o mestre Mino Carta, nós também acreditamos no homem, “único animal que sabe rir e morrer por uma idéia”. Esta crença, esperamos, nos animará, a colocar *Varadouro*, de quinze em quinze dias, nas bancas (Ibidem, 1977).

No período em que o jornal foi publicado, observamos os conflitos sociais por domínio de território e reorganização de poder, dando um novo sentido ao jogo. Se por um lado, as comunidades extrativistas tentavam se organizar com base ao mito econômico da borracha e em busca de novas alternativas econômicas que garantissem sua sobrevivência; do outro, encontramos a construção das novas elites, formadas por proprietários de terra interessados em expandir riqueza e poder.

Classes essas que são os produtos das relações econômicas de sua época. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, “em apenas um século de sua dominação de classe, a burguesia criou formas de produção mais importantes e mais colossais que todas as gerações precedentes reunidas” (Marx e Engels, 2002, p. 31-32.). E, com essa frase, ambos se referiam ao século XIX. O século XX assistiu a uma multiplicação de poderes desenvolvidos pela inovação tecnológica que não teve precedentes na História.

O “jornal das selvas” surgiu numa região periférica ao desenvolvimento capitalista, no bojo de profundas transformações sociais enquanto espaço de manifestação de interesses das classes sociais oprimidas, sugerindo a problematização⁸ das categorias sociais utilizadas como modelos explicativos da formação social na Amazônia⁹. Novas identidades coletivas emergiram na Amazônia e o *Varadouro* documentou o nascente desta emergência. Contrapondo às categorias de autodefinição, operadas pelos próprios sujeitos sociais, que politizam os termos locais¹⁰, as categorias impostas pelos classificadores oficiais artífices da colonização e do Estado autoritário ganharam força, os interpretes acadêmicos se debruçaram sobre estes antagonismos¹¹.

No que concerne à organização dos povos tradicionais do Acre, autodenominados a partir do acionamento de referenciais coletivos - a “poronga” representa simbolicamente o seringueiro, enquanto o cocar, os povos indígenas -, pode-se dizer que essa organização somente foi possível de ser construída a partir dos conflitos com os grupos que ameaçavam a sobrevivência desses moradores da floresta, emergência intensificada pela situação de conflito. Como nos explica Barth¹², quanto maior a relação de contato, mais a fronteira se consolida, mesmo que sempre recolocada. Somente depois que os marcos de fronteira passam a existir é que os mitos das tradições passam a existir também.

⁸ Cf. Bourdieu (2005) problematizar é mostrar que os problemas oficiais têm uma história social.

⁹ A Amazônia à qual me refiro é a “Amazônia Legal”, que passou a existir com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por Getúlio Vargas, em 1953, compreendendo a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), perfazendo a superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. A SPVEA foi instituída com a finalidade de promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da região à economia nacional, pois esta parte do país estava muito isolada e subdesenvolvida (www.senado.gov.br).

¹⁰ Cf. Alfredo Wagner B. de Almeida (1994), que coloca que a politização dos termos de uso local faz parte da estratégia de ação que “traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos sociais face ao poder do Estado”. (p. 25)

¹¹ “O conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação” (SANTOS; 2006, p. 137).

¹² BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

Ainda com base na teoria de Barth, foi somente com a pressão de outros grupos que os povos tradicionais acreanos reconheceram entre si uma “identidade comunitária”, já em substituição à comunidade natural, na qual o entendimento compartilhado por todos os seus membros (natural, tácito) é o que a diferenciava da sociedade moderna, baseada num suposto consenso.

Para o autor, consenso nada mais é do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade. Já o entendimento ao estilo comunitário, casual, não precisa ser procurado, e muito menos *construído*¹³: esse entendimento já “está lá”, completo e pronto para ser usado – de tal modo que nos entendemos “sem palavras”. Tal entendimento é o ponto de partida de toda união, um sentido recíproco e vinculante.

Essa discussão se insere nas leituras críticas feitas sobre o debate ideal entre F. Tönnies e E. Durkheim sobre comunidade e sociedade, as unidades mais complexas do pensamento sociológico desde o final do século XIX¹⁴.

Tönnies apresenta a comunidade distintamente de sociedade, representando a primeira formas de naturais de organização, que possuiriam valores intrínsecos e não necessariamente lógicos, em oposição a organizações deliberadamente formadas para atingir objetivos racionalmente definidos.

Durkheim e M. Weber promoveram distinções aproximadas, tais como: solidariedade orgânica versus solidariedade mecânica ou relação social comunal versus relação social associativa. Stuart Hall¹⁵ avançou na compreensão sobre comunidade, como uma noção de ideal que nunca se alcança, sempre a persegui-la mais se distancia. Bauman¹⁶ imagina a comunidade como um espaço seguro, porém cativo. Ao promover a segurança, requer o sacrifício da liberdade.

Finalmente, J. Gusfield¹⁷ empreende uma síntese desse debate, fundamentando comunidade e sociedade como termos analíticos e não-empíricos. São conceitos inventados para auxiliar a análise sociológica e enquanto tais passíveis de uma análise epistemológica constante.

¹³ Em itálico porque segue o padrão do autor, que mais tarde volta a usar a palavra em contexto oposto.

¹⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. In *História e Memória – Comunidade de Nossa Senhora do Livramento*. Acisam, 2000.

¹⁵ Cf. Stuart Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

¹⁶ Cf. BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

¹⁷ Cf. GUSFIELD. Joseph R. *Community-a critical response*. N. York: Harper & Row Publishers, 1975.

Diante de um confronto, em uma sociedade capitalista, privatizada e individualista, o acordo artificialmente produzido foi a única forma possível de sobrevivência, onde a unidade precisou ser *construída*. Foi o estabelecimento das novas fronteiras acreanas na década de 1970 que levou ao reconhecimento da “identidade comunitária” entre determinados grupos sociais no Acre, forçando uma nova reorganização social. Mais tarde, os mesmos termos acionados por esses grupos passaram a ser operacionalizados pelo Estado, agências financiadoras multilaterais e pelo próprio movimento social como termo de interesse prático¹⁸.

1.1 “Uma nova patada”

Durante toda a história, a região foi território de conflitos de interesses entre pobres e ricos, estando em jogo o direito de uso dos recursos naturais da floresta, cuja história social das categorias que estão nesse campo de luta nos servirão de técnica¹⁹. De um lado, estava o direito do uso comum do território por populações tradicionais da Amazônia, como forma de garantir sua própria sobrevivência. De outro, a classe dominante que, no caso do Acre, sob a ótica da questão agrária, era formada por grandes proprietários de terra.

Repetitivamente, as denominadas “políticas públicas” para a Amazônia foram pensadas e criadas por aqueles que nela não vivem, que não conhecem a heterogeneidade de sua sociedade, para os quais perduram as seguintes formulações: “A Amazônia possui a maior biodiversidade”, “O país das florestas virgens e sem fim e dos rios gigantescos”²⁰, “imensa planície de colossais massas d’aguas”²¹. Procedendo desta maneira, face às formulações do senso comum erudito, tem-se uma hiperbolização do quadro natural que tem efeitos nos esquemas interpretativos da região, qual seja, uma biologização dos sujeitos sociais, adjetivando modos de vida²². Por isso, muitas vezes,

¹⁸ Vide as políticas governamentais nos últimos dez anos e, em especial, a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

¹⁹ Cf. Bourdieu (2005) é por meio da “gênese do conceito e das representações que lhes são associadas” que se poderia “descrever os processos em jogo nos quais e por meio dos quais aquele conceito e produzido” (p. 107), atentando para o fato de a realidade ser uma representação que depende do conhecimento e do reconhecimento.

²⁰ Cf. Hans Bluntschli (1964, p.10).

²¹ Idem (p. 12)

²² Mesmo exageradas, essas formas de conhecimento instituem um senso comum erudito e devem ser analisadas dentro de seu contexto, revitalizadas as observações e análises sobre a Amazônia. Vide os autodenominados Ribeirinhos da “região” do Lago Zé Açu em Parintins que apontam como um grande problema a falta de água potável, em oposição à aludida “abundância” da água na Amazônia. (Cf. depoimentos coletados no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, durante uma Oficina de Mapas realizada por pesquisadores do projeto nos dias 28 e 29 de abril de 2007).

tinham propósito de serem estratégias de perpetuação de dominação dos pobres por aqueles que detêm o poder.

Como afirma Assis Costa²³, “acima [...] das instituições paira uma visão de mundo, desenvolvendo um sistema de pensamento que valoriza os sistemas homogêneos e os procedimentos industrialistas padrão – do que faz parte de uma visão segmentada da realidade social [...] não se considera sua tarefa de pensar a justiça social, muito menos uma justiça social que incorpore as novas gerações. E assim por diante” (COSTA, 2005).

Mentes institucionalizadas corroboram para segmentação do desenvolvimento, privilegiando as bases homogêneas e voltadas para a exploração de baixo custo e com possibilidade de boa lucratividade, fortalecendo as grandes estruturas produtivas. Essa segmentação mantém os indivíduos estáticos em sua própria existência, numa racionalidade limitada, fator que impede a socialização do ideal de desenvolvimento sustentável.

Por este desenvolvimento, as instituições de caráter econômico, envolvendo todo o seu aparato de poder, implantam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo. Por efeito, nas últimas duas décadas, o movimento social na Amazônia encontrou condições favoráveis de aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados.

Como assinala Almeida (1994), são as políticas governamentais que possibilitam os elementos básicos à formação de composição e de vínculos solidários, como registrado nas situações de confronto, porque mesmo não havendo homogeneidade de condições materiais de existência, esses grupos são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador do Estado.

As novas políticas para a Região Norte durante o governo militar vieram com a “Operação Amazônia”, pensada a partir da longa crise da economia extrativista da borracha natural e que criou condições para que um volume considerável de terras acreanas fosse transferido de seringalistas, cujas unidades produtivas estavam em desagregação, para empresários do centro-sul do país. A partir de 1971, iniciou-se a ocupação de terras adquiridas por fazendeiros, começando a grande derrubada de florestas para a criação de campos artificiais, com pastos extensos e férteis para alimentar o rebanho bovino.

²³ Cf. Francisco de Assis Costa, no boletim do Instituto de Estudos Avançados (IEA), nº 53, 2005, da Universidade de São Paulo (USP), publicado na Scielo (www.scielo.br).

A deflagração da política governamental pelo governo militar provocou a transferência do modelo de exploração extrativista baseado no monopólio do inédito e na imobilização da força de trabalho, para empresas agropecuárias, causando transformações urbanas e culturais tão rápidas, quanto violentas, principalmente para o chamado “homem da terra”, que além de seringueiro, também era pequeno agricultor.

A derrubada das matas forçou a organização social dos movimentos populares e levou ao enfrentamento de classes, agravada pela ausência do Estado na questão agrária e social. Antes de ser um conflito sócio-ambiental, a crise acreana naquele período foi de caráter ecológico, diretamente relacionada com os sistemas institucionais e de poder que regulam a propriedade, distribuição e uso dos recursos econômicos e naturais.

A expulsão dos seringueiros provocou a desativação de regiões inteiras de seringais – cada uma delas era formada por diversas picadas, com pelo menos cem metros de extensão. A queda da produção da borracha natural de origem extrativa foi mais visível no Acre a partir de 1973, e daí por diante. O declínio provocou mudança na ordem social desagregando os seringais²⁴.

Na segunda metade da década de 1970, as novas formas de exploração da floresta passaram a ter lucro. A indústria extrativa madeireira aumentou sua produção graças ao emprego das motosserras. A Castanha do Brasil, em que pese a derrubada e queima de milhares de árvores, a partir de 1975 voltou a apresentar regularmente bons resultados na produção. O rebanho bovino passou de 72.455 cabeças em 1970 para 300 mil em 1980, tornando o Acre auto-suficiente e também exportador da carne bovina.

Em contrapartida, a população local se organizou com a fundação e/ou consolidação de sindicatos e associações durante os anos 70: Sindicato dos Estivadores, da Construção Civil, dos Motoristas, dos Condutores Autônomos de Veículos; Associação dos Professores do Primeiro e do Segundo Grau, e dos Professores Universitários; Associação de Lavadeiras; Movimento de Defesa do Meio Ambiente; Comissão Pró-Índio do Acre; Movimento do Custo de Vida; Movimento de Compras Comunitárias; Diretórios Acadêmicos e Central de Estudantes Universitários; Grêmios de Estudantes Secundaristas e Movimento das Mulheres do Acre e finalmente, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Extrativistas de Brasília e Xapuri, por influência

²⁴ Para saber mais, consultar ALMEIDA NETO, Domingos José de. *Aos trancos e barrancos – Identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC (1970 – 1980)*. Rio Branco: EDUFAC, 2004, 199 p. (Série Dissertações e Teses – 1); e COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. *Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001. Ainda serve de fonte para este trabalho o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal do Acre (Ufac).

da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)²⁵.

Neste trabalho, é importante compreender como tais grupos se tornaram mais importantes porque se articularam enquanto consistentes unidades de mobilização, representando coletivos e não categorias específicas, passando de ações individualizadas para movimento coletivo e institucionalmente reconhecido. Ao passo das transformações, a sociedade acreana sofreu adequações ao modelo global de desenvolvimento, sendo forçada a estabelecer novas formas de participação no mercado, a partir da resistência à ocupação deflagrada pelo movimento social. A estratégia primeiramente alçada pelos movimentos populares e mais tarde inserida no discurso do Estado, enquanto programa de governo trouxe à tona a discussão ecológica e a fundamentação da sustentabilidade, como base do sugerido desenvolvimento sustentável enquanto forma de sobrevivência.

Por toda a sua trajetória, o jornal denunciou a violência contra os “oprimidos” e combatia a desinformação veiculada nos jornais locais, de propriedade da burguesia acreana – as classes dominantes – aos quais pretendia mostrar que “nem tudo era permitido”, como alerta Clodovis Boff em carta à redação (*Varadouro*, ed. 10, pág. 2).

A argumentação de fundação do *Varadouro* elucida que, estes jornais, integrantes de grupos comerciais amplos e normalmente com investimentos em pecuária, cumpriam o papel de encenadores da realidade social e política, internos e externos, do Acre e acabavam por deformá-la. A visão de Acre que ofereciam era polida conforme o interesse de uma classe social, fabricando coletivamente representações sociais que, mesmo estando afastada da realidade, perduravam. Ao reforçar julgamentos espontâneos, essa mídia mobilizava e redobrava prejulgamentos sobre assuntos “dignos” de cobertura, os tais “acontecimentos”²⁶, chegando a criar “problemas sociais”.

Mesmo que pudessem contar com o apoio da mídia local, nesse caso, os “pobres” jamais teriam participação na construção de suas representações. Quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da midiatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar porque os

²⁵ Cf. *Varadouro*, edições 1 – 24 (1977/1981).

²⁶ A palavra está entre aspas porque é coerente com análise de Patrick Champagne, in *A Visão Mediática* (1993), de que “acontecimento” é o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que elas concordam, por certo tempo, a considerar como tal.

jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante, a fabricação do acontecimento foge quase que totalmente a essas populações (CHAMPAGNE, 1993).

Ainda trabalhando na vertente analítica de Champagne, o *Varadouro* também ofereceu uma visão de Acre, porém, de acordo com os interesses de uma classe social, desta vez, não da dominante, mas sim dos que classificou como os “pobres do Acre”. Nesse aspecto, passou a descrever a realidade social e política, interna e externa, de seringueiros, índios, colonos e posseiros, fabricando suas representações sociais que observava como próximas à realidade; combatendo os pré-julgamentos atribuídos a esses grupos sociais. Opôs-se ao discurso triunfalista para a Amazônia, empreendido pelo governo militar vigente, constituindo um discurso alternativo ao oficial.

Esses elementos convergem para a análise desenvolvida por Kucinski (2003) que, ao radicalizar o conceito de alternativo, posiciona esse tipo de jornalismo a partir de quatro pilares: não estar ligado a políticas dominantes, estar em oposição a duas coisas reciprocamente excludentes, surgir como a única saída para uma situação difícil e, especialmente, o desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970 em protagonizar as transformações sociais que pregavam.

Estes sentidos estavam absolutamente em oposição aos aplicados por uma escala de valores próprios ao meio midiático, que popularizaram o termo “nanico”, mais tarde adotado e politizado pelo movimento, em relação à suposta pequenez desses novos modelos de jornal, mesmo que apoiados pelo formato tablóide adotado nessas experiências.

1.2 Estratégias editoriais

Todas essas formulações são evidenciadas na forma como os editores construíram e hierarquizavam os temas-chave para o *Varadouro*, aqui apresentados respeitando a indicação editorial quanto ao ano de publicação (mês/ano), cujas quatro distintas fases, categorias e sujeitos sociais, temas e problemas analisaremos adiante:

Ano I – Primeiro ano do jornal, fundação, participação da igreja

A Prelazia do Acre e Purus financiou a fundação do jornal e reuniu o grupo de

jornalistas e intelectuais interessados em participar da ação de jornalismo alternativo. A presença marcante de jornalistas naturais do Acre e com memória recente da vida nos seringais, porém, com passagens pelos movimentos de esquerda, dita a linguagem estabelecida de privilegiar os chamados “pobres do Acre”. É notória a presença dos agentes missionários nas primeiras edições do jornal.

Tabela 1 – Quadro hierárquico de publicação

Fonte: *Varadouro – um jornal das selvas*

Edição / data de publicação	Manchete	Chamadas em primeira página	Descrição da imagem ilustrativa da página
Ano I – Número 1 – <i>Rio Branco</i> – Maio de 1977 – Edição quinzenal – Preço 5,00	Índios do Acre (pág. 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13)	O bairro que a cidade não quer ver... (pág. 17) O consumidor acreano e a inflação galopante (pág. 15) Lazer: nada como antigamente (pág. 19) Entrevista com Márcio Souza (pág. 3)	Desenho de um índio caxinawá sentado na varanda de uma casa de palha, com um cachorro no que se supõe ser o quintal e a floresta ao fundo. Há o rosto de um segundo indígena, em canto de página
Ano I – Número 2 – <i>Rio Branco</i> – ACRE – Primeira quinzena/julho - Preço CR\$ 5,00 *São Paulo, Rio e Brasília CR\$ 10,00	O Acre nos jornais velhos ... uma história bem contada	Não há outras manchetes	Fotografia da Gameleira, na cidade de <i>Rio Branco</i> , com a manchete dividida em cima e abaixo da imagem
Ano I – Número 3 – <i>Rio Branco</i> – Acre - Agosto – 1977 – Preço 5,00 * São Paulo - Rio CR\$ 10,00	Terra - A briga pra ser dono (pág. 9,10,11 e 12)	A Universidade tem que ser aberta A professora rural e seus problemas Pivetes: vai uma engraxada?	Xilogravura retratando os seringueiros frente às cercas que delimitavam as áreas
Ano I – Número 4 – <i>Rio Branco</i> – Acre – Setembro / 1977 – Preço 5,00	Centenário da migração nordestina para o Acre	Caxinauas ou “farofas-fria” Por uma economia acreana Amazônia para quem? Lições de Ferreira Reis	Pés com sandálias de couro pisam uma projeção do território acreano (como no mapa), tendo ao lado a seguinte frase: “...as grossas solas das alpargatas deixaram um rastro de civilização!” Garibaldi

		Xapuri: a briga pelo carimbo	Brasil. No alto da página, está datado 1877 – 1977.
Ano I – Número 05 – <i>Rio Branco</i> – Acre – Novembro de 1977 – Preço 5,00	Caeté – onde se vive apenas 20 anos	Menores explorados Universidade tranqüila Guarda Territorial Índio de presente Cuidado Napalm!	Imagens de uma menina de aproximadamente 10 anos mexendo dentro de uma panela de pequeno porte, no chão.
Ano I – Número 6 – <i>Rio Branco</i> – Acre – dezembro de 1977 – Preço 5,00 * Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 10,00	Prostituição – Acre	Bacurau à margem da vida Mulheres sem charme Ecologia	Imagem de uma negra em dorso nu, com os seios cobertos por uma tarja p.s. a publicação da foto provocou polêmica no corpo editorial, sendo necessário votação para decidir como a imagem seria tratada.
Ano I – Número 7 – <i>Rio Branco</i> – Acre – fevereiro de 1978 – Preço 5,00 * Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 10,00	“Nóis queria um governador que olhasse para nossa miséria...”	Não há outras manchetes	Fotografia de uma idosa, índia, com uma criança no colo, sentada em uma cadeira em um corredor. A manchete está escrita embaixo da fotografia, em pincel atômico.
Ano I – Número 8 – <i>Rio Branco</i> – Acre – março de 1978 – Preço 5,00 * Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 10,00	Amazônia ameaçada	Porque falta luz A farsa da sucessão	Imagem de seringueiro e seringueira quando do corte, em verde
Ano I – Número 9 – <i>Rio Branco</i> – Acre – maio de 1978 – Preço 5,00	Um boi no trono de GALVEZ	Índio sabe falar sim! Dedo duro (em cima de foto cortando a linha	A manchete trazia uma foto urbana, como um boi amarrado em frente a uma casa e crianças correndo

* Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 15,00		dos olhos)	Também trazia uma novo xilogavura com um índio na capa; mais a fotografia com os olhos cobertos por uma tarde com a frase “dedo duro” em destaque.
Ano I – Número 10 – <i>Rio Branco</i> – Acre – junho 1978 – Preço 5,00 * Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 15,00	- edição comemorativa - Um ano Trabalhadores - se a gente se unir numa boca só...	Não há outras chamadas	Fotografia com um trabalhador enrolando a manga.

Ano II – A construção de um pensamento sobre a Amazônia

A cobertura do jornal passa de localizada aos conflitos locais, para uma leitura mais regionalizada, trazendo análises sobre a Amazônia e os conflitos sociais a partir do debate ideal entre pensadores sociais, lideranças sociais e representantes institucionais. Também percebe-se o agravamento dos conflitos de terra e uma convocatória para a defesa dos direitos de propriedade pelos povos tradicionais.

Ano II - Número 11 – <i>Rio Branco</i> – Acre - Agosto de 1978 – CR\$ 5,00 *Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 15,00	Delegado Enoch, cadê o preso?	Lavadeira: as patroas vão ter que pagar mais Os despejados Os ratos ameaçam a cidade Estivadores o suor começa a render Miséria, doenças, exploração. Os índios lamentam e oferecem denúncias	Desenho de um homem saindo de uma casa de madeira e palha, a floresta, com animais ao redor
Ano II - Número 12 – <i>Rio Branco</i> – Acre - setembro de 1978 – CR\$ 5,00	A quem serve a justiça acreana?	Um documento que ensina a votar (página 3)	Mostra um pilha de jornais, com o texto transcrito ao lado

	<p><i>Na primeira vara, que é a principal, existem seis mil processos parados. Nunca houve aqui no Acre em quatro anos um leilão de um bem penhorado. Ninguém quer vender aqui porque está cheio de aventureiros que montam firmas, tocam fogo, recebem o dinheiro e vão embora sem pagar a ninguém. Existem 70 pedidos de falências há mais de dez anos e nunca foi decretada uma falência porque os juízes se julgam impedidos. Essa justiça que está aí é para servir o sistema, o poder econômico, não foi feito para servir os pobres.</i></p>	<p>Nossos índios, nossos mortos (página 11)</p> <p>Boca do Acre: sob o impulso da grilagem (pág. 15)</p> <p>Acre e Rondônia Crises distintas (pág. 17)</p>	<p>sobreposto</p>
<p>Ano II - Número 13 – Rio Branco – Acre - dezembro de 1978 – CR\$ 8,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 15,00</p>	<p>MDB ganha mas não leva</p>	<p>ABC da CLT</p>	<p>A foto da manchete principal mostrava a mesa de apuração das eleições</p> <p>Para ilustrar a segunda manchete, trouxe ilustrações com textos explicativos</p>
<p>Ano II - Número 14 – Rio Branco – Acre - março de 1979 – CR\$ 10,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 15,00</p>	<p>O Acre corre sérios riscos (página 5)</p>	<p>Alucinações do Santo Daime (página 14 e 15)</p> <p>Mentiras sobre o índio (página 17)</p> <p>Roteiro da prostituição (página 12)</p>	<p>Para a manchete principal, uma foto de rio e floresta.</p> <p>Daime: hinário e mesa de trabalho</p>
<p>Ano II - Número 15 – Rio Branco – Acre – junho de 1979 – CR\$ 10,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados:</p>	<p>Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos</p>	<p>Vem aí o partido da massa</p> <p>Este médico põe o dedo na ferida (pág. 4)</p>	<p>Imagem de um jovem rapaz com um espingarda em punho</p> <p>Para a chamada da entrevista, foto do entrevistado</p>

Cr\$ 20,00			
<p>Ano II - Número 16 – <i>Rio Branco</i> – Acre – outubro de 1979 – CR\$ 10,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 20,00</p>	O grande mutirão contra a jagunçada	Não há outras chamadas	Na marcante fotografia de Elson Martin, seringueiros marcham carregando facões rumo a um empate em terras à altura do Km 38 da BR-317, na região do município de Boca do Acre. Vindos dos municípios de Tarauacá, Xapuri, Brasiléia e Sena Madureira, alguns seringueiros caminharam até 400 km para participar da ação
<p>Ano II - Número 17 – <i>Rio Branco</i> – Acre – dezembro de 1979 – CR\$ 10,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 20,00</p>	Um retrato do Acre (página 14 e 15)	<p>Os parasitas ainda acabam com o Acre (página 16)</p> <p>Abolida a corrupção (Bom proveito) (página 5 e 6)</p> <p>O PMDB está cheio de adesistas (página 3)</p> <p>Operação pega-fazendeiro (página 8, 9, 10 e 11)</p>	Retrato de Hélio Melo: o seringueiro e a família vendo árvore ser cortada e o boi a olhar da janela da casa
<p>Ano II - Número 18 – <i>Rio Branco</i> -Acre – março de 1980 – CR\$ 15,00</p> <p>*Brasília, São Paulo, Rio e demais Estados: Cr\$ 30</p>	Violência está aumentando no Acre	Não há outras chamadas	Fotomontagem com imagens de violência, tendo as armas como principal referência visual
<p>Ano II - Número 19 – <i>Rio Branco</i> – Acre – maio de 1980 – CR\$ 15,00</p> <p>*Brasília, São Paulo</p>	Os novos donos do Acre	Não há outras chamadas	Ilustração de gado com selo de propriedade: (Usurpadores reunidos – UR)

Rio e demais Estados: Cr\$ 30,00			“Exploradores 100 escrúpulos” “Cia. Novos Coronéis”
-------------------------------------	--	--	---

Ano III – O tempo da crise

Nesse período, não houve publicações. Entretanto, é marcado por intensas discussões sobre a linha editorial e a distribuição hierárquica na divisão de trabalho no jornal.

Ano IV – O tempo da mudança

Período em que os editores fundadores aceitam mudar à posição de colaboradores, pressionados por crescentes críticas entre os membros do jornal. A partir de então, a cobertura se volta aos conflitos urbanos, como homossexualismo, bem como às doutrinas religiosas e seus conflitos.

<i>Rio Branco</i> , Acre, Ano IV, Número 20 – Abril 1981 – Cr\$ 30 *Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outros Estados: Cr\$ 60,00	Bairro João Eduardo	Wilson de Souza Pinheiro	Fotografia do levantamento da placa identificando o bairro João Eduardo Trazia uma foto de Wilson Pinheiro, com “o filho no colo”
<i>Rio Branco</i> , Acre, Ano IV, Número 21 – maio de 1981 – Cr\$ 30 *Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outros Estados: Cr\$ 60,00	Panela no Fogo Barriga vazia	Não há outras chamadas	Fotografia de uma família sentada ao lado do fogão Mulher e três crianças, uma de colo
<i>Rio Branco</i> , Acre, Ano IV, Número 22 – junho/julho - 1981 – Cr\$ 30	Seringueiro defende o seu chão	Boda do Acre: índios e colonos em conflito (pág. 15) Estão envenenando o Estado do Acre (pág. 5 e 6)	Fotografia de seringueiro portando uma espingarda, no alto de uma árvore Primeira fotografia assinada: Saulo Datas

*Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outros Estados: Cr\$ 60,00		Estudantes discutem ensino pago (pág. 17) PT realiza com sucesso suas convenções (pág. 3)	Agência F-4.
<i>Rio Branco</i> , Acre, Ano IV, Número 23 – agosto / setembro - 1981 – Cr\$ 30 *Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outros Estados: Cr\$ 100,00	Onde há terra para viver?	Colégio Acreano: quartel ou escola? (pág. 5)	Fotografia de uma família em mudança, em uma capoeira, com caminhão de mudança
<i>Rio Branco</i> , Acre, Ano IV, Número 24 – dezembro - 1981 – Cr\$ 50 *Manaus Cr\$ 50,00 *Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e outros Estados: Cr\$ 100,00	Maconha: Ilusão ou busca?	PT e PMDB falam de 1981 (pág. 3) Como será em 82? O povo responde nas páginas 10 e 11 Aumento de passagem agita <i>Rio Branco</i> (pág. 4 e 5) Começou o fim do mundo! (págs. 12 e 13)	Fotografia de uma plantação de Canabis. Foto de uma explosão atômica na segunda manchete

Percebe-se no jornal, a intenção de estar em oposição a um campo de produção baseada na competitividade e na conquista de um maior número de leitores, meramente quantitativo. No campo das comunicações, o termo produção tem se modificado por inovação. As técnicas de produção e inovação no período capitalista se multiplicaram em uma progressão geométrica e o campo das telecomunicações foi, sem dúvida, um dos campos mais afetados devido a este progresso.

Com relação tanto às inovações, quanto às telecomunicações em si as opiniões mudam bastante. Há tanto quem veja nas inovações tecnológicas das telecomunicações a brutalidade da dominação, como quem veja a técnica como um elemento neutro, que pode servir tanto ao capitalismo, ao socialismo ou à liberdade. Cabe recordar Walter Benjamin, autor que, textualmente, diz que a técnica da reprodutibilidade democratiza a

arte e a emancipação da sua necessidade ritualística para democratizá-la (BENJAMIN, 1987, p. 171).

Para Marcuse, a técnica em si é neutra. “A técnica por si pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade” (MARCUSE, 1999, p. 74). A grande questão é como esta técnica tem sido utilizada para a disseminação da ideologia burguesa e aviltamento dos indivíduos como massa.

Adorno é, de fato, o autor com a opinião menos lisonjeira em relação aos meios de comunicação: sobre a indústria cultural, diz que são “produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo” (ADORNO, 1986, p. 91) e que “ela [a indústria cultural] impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvar e desabrochar senão através de homens não-tutelados” (Idem, p. 99). Para o autor, as mudanças que são vistas na moda e na música não passam de ramos que se erguem em um esqueleto sempre fixo, no qual a cultura ganha alguma importância pela necessidade do lucro.

Historicamente, é falso dizer que o texto que Adorno escreveu com Horkheimer seria uma resposta ao pensamento de Benjamin; porém, pode-se observar uma opinião absolutamente antagônica: se a indústria cultural promove a democracia para Benjamin, o que ela promove é a democratização da ignorância segundo Adorno. Sartori concorda com a segunda sugestão, levando-nos novamente ao diálogo com Bourdieu.

A questão para este teórico marxista é a submissão dos meios de comunicação aos interesses de mercado e, também, o fato de se tornar o reflexo do próprio mercado competitivo que busca clientes. “O índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial, e a submissão às exigências desse instrumento de marketing é o equivalente exato em matéria de cultura do que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política. A televisão regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não têm nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública, como querem fazer crer os demagogos cínicos” (BOURDIEU, 1997, pp. 96-97). Para este autor, a luta contra o índice de audiência é uma luta pela democracia.

Em sua análise sobre a televisão, o sociólogo francês procede a questionamentos sobre a produção da notícia, como bem fez Champagne. Qual é o critério para a seleção

de informações? Aquilo que pode ser filmado. O tempo dedicado aos fatos filmáveis é enorme, enquanto que os fatores de relevância pública ganham poucos segundos. O que se mostra nos noticiários são fatos de importância nula como catástrofes naturais, acidentes e violência. Além, é claro, dos “pseudo-eventos” (termo de Bourdieu), ou seja, eventos que só ocorreram por causa da televisão. Se não houvesse uma filmadora, não teriam ocorrido.

Mas os fatores de importância nula de que nos fala Sartori são também explicados por Bourdieu. Ele os chama de “fatos-ônibus”: “Os fatos-ônibus são fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante [...] Ora, o tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas” (Bourdieu, op. cit., p. 23). Tal comportamento jornalístico produz o vazio político e reduz a vida pública a acontecimentos sem importância dos quais é necessário tirar lições de moral e transformá-los em “problemas de sociedade” (BOURDIEU, p. 73, 1997).

Sartori também aponta o oposto desse comportamento jornalístico: é quando ele assume a “função crítica”: tal função consiste no combate ao que quer que seja. Um combate é sempre bombástico e o interesse é justamente ser bombástico. A acusação se tornou quase uma necessidade da ética jornalística: o ataque e a agressividade chamam a atenção. O noticiário privilegia o ataque e cala a defesa. Afinal, o ataque está na ordem das imagens, enquanto que a defesa é discurso.

O problema que o autor vê neste ponto é que a diversão se espalha para o campo da informação. A informação também necessita de uma pitada publicitária para chamar a atenção do grande público. Por outro lado, essa busca pela notícia ideal que causará todo o furor necessário para o sucesso do jornal faz com que os jornalistas direcionem a atenção para uma parte bem-definida do mundo e transformem-na em o mundo em sua totalidade, além de fazerem um grande jogo de espelhos, como nos diz Bourdieu: “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o caráter dramático, trágico”.

“Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (BOURDIEU, p. 25 – 33, 1997).

Há uma grande homogeneização da informação pelo medo do risco da concorrência; portanto, os concorrentes se modelam uns aos outros. Neste ponto, Sartori reflete sobre o livre-mercado ou a estatização da televisão. Não dá uma resposta; ao contrário, mostra como a estatização foi uma lástima na Itália e como o livre-mercado televisivo não criou uma televisão melhor nos Estados Unidos. Ambos produziram uma televisão e um noticiário medíocres.

Porém, quando os jornalistas não se ancoram uns nos outros, outro comportamento pernicioso entra em cena: a perseguição do furo. Quem fala sobre isso é Bourdieu: “Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo; e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros aspectos, produz a originalidade, resulta aqui na uniformização e na banalização. [...] Flaubert gostava de dizer: ‘É preciso pintar bem o medíocre’” (Ibidem, p. 27). Há, segundo Bourdieu, uma busca desenfreada pelo “sempre assim” e o “nunca visto” (Ibidem, p. 61).

O resultado disso é a confirmação daquilo que todos já sabem e a manutenção das estruturas mentais (Ibidem, p. 64). A televisão passa do campo do simples registro da realidade para o papel de criadora do mundo “descrito-prescrito” por ela (Ibidem, p. 29). Sartori concorda com Bourdieu e vê um problema extra nessa criação do mundo pela televisão: ela é descrita por pessoas cujo conhecimento acerca dos assuntos de que tratam não dá conta da complexidade daquilo de que falam. Qualquer néscio pode falar sobre qualquer assunto, pois a sua palavra será legitimada pela força da imagem. As verdadeiras autoridades nos assuntos em questão são caladas para que celebridades democratizem a sua estupidez.

Ao incluir ao corpo editorial membros distantes do jornalismo e mais próximos do movimento social, os fundadores do *Varadouro* parecem ter quebrado um pouco dessa ordem simbólica, inserindo no espaço de produção do jornal, novos olhares de um mesmo mundo.

1.3 Rede de nanicos

Os jornais alternativos da década de 1970 surgiram a partir dos esforços das

gerações superpostas da década anterior, protagonizadas pelo que Kucinski define como geração de derrotados de 1964, ano do golpe militar no Brasil. A partir daí, gerações em distintas fases construíram sua estética e linguagem particular, ora inovando, inclusive, na operacionalização do movimento, do qual constitui elemento fundamental o imaginário desses protagonistas, cuja análise permite a periodização do ciclo (e surtos) alternativo (s), tornando menos importantes marcos históricos instituídos pelo regime de acordo com uma ordem cronológica de fatos²⁷.

O conceito utilizado para definir o *Varadouro* enquanto um produto de jornalismo alternativo por seus autores parte do princípio de que um jornal voltado para a comunidade se insere num contexto social e econômico que o coloca no espectro de uma “imprensa alternativa”, termo comumente utilizado para designar o produto da mídia diferenciado pela forma, e/ou conteúdo, e/ou dimensões.

Com todas as ressalvas relativas às definições dicionarizadas, gostaria de mencionar o verbete “imprensa alternativa” do Novo Aurélio, dicionário de Aurélio Buarque de Holanda editado pela Nova Fronteira (1986), que coloca o significado como opção entre duas coisas reciprocamente excludentes, também o interpreta como única saída para uma situação difícil e o desejo de protagonizar transformações. Já a expressão “imprensa alternativa” foi utilizada pela primeira vez no Brasil pelo jornalista Alberto Dines, em janeiro de 1976, em sua coluna diária publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, ao se referir aos produtos da indústria cultural inglesa que se colocavam como “alternativa” aos tablóides sensacionalistas daquele país.

Adotando o conceito na visão de Sérgio Caparelli (1989), é possível verificar que o significado da palavra “alternativo” para um jornal aplica-se bem ao tipo de jornalismo que oferece um caminho alternativo à grande imprensa não apenas nas dimensões e tiragem, como no discurso ideológico²⁸.

Aqui, o contexto sócio-histórico precisa ser levado em consideração, pois a

²⁷ Cf. idéia original de Bernardo Kucinski, “Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

²⁸ Sob este ponto de vista, poder-se-ia, então, dizer, como nos demonstra a historiadora Bethania Sampaio Corrêa Mariani (1995) que já com a instituição do primeiro jornal do Brasil, com a chegada da família real do império português, em 1808 (sic), o país teve seu primeiro “alternativo”. Contrapondo-se à *Gazeta* do Rio de Janeiro, resultado da iniciativa oficial portuguesa, surge o jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, impresso em Londres, Inglaterra, e distribuído clandestinamente no país.

palavra nos chega ainda hoje carregada pela conceituação que definiu os jornais de resistência à ditadura militar no Brasil, no período posterior a 1964. Os jornais alternativos, conta Kucinski (idem), surgiram devagar no cenário pós-golpe militar, em 64, localizados inicialmente no eixo Rio-São Paulo. Caparelli (idem) cita documento de 1979 do Centro de Informações do Exército (Ciex), que considera o *Pif-Paf* como o primeiro jornal alternativo do Brasil, fundado em 1964, pelo autodidata Millôr Fernandes; o segundo teria sido *O Pasquim*, ambos com a atuação comum de crítica e contestação ao regime militar, feita com base no humor e na sátira.

Inicialmente chamados de “nanicos”, numa designação carinhosa, devido ao tamanho tablóide adotado pela maioria, como observa Kucinski (ibidem), a expressão já na época também evidenciava imaturidade e pequenez do ponto de vista empresarial. Mas o crescimento e a consolidação de alguns projetos, como o de *O Pasquim*, por exemplo, que chegou a tiragens de 100 mil exemplares, levou o termo ao desuso.

A conceituação “imprensa alternativa”, pois, acabou consagrado pela forma com que esses veículos se contrapunham à ideologia dominante veiculada pelos jornais da grande imprensa que, se não apoiavam o regime de exceção, também não se contrapunham claramente a ele.

A partir desta análise, pode-se chegar a, pelo menos, sete gerações de jornalismo alternativo²⁹:

* 1ª fase: 1964 - A partir do golpe militar e com o propósito de resistência democrática. Este movimento era crítico à esquerda, que sem perceber o desmoronamento do populismo não se deu conta da importância da mudança. Seus maiores expoentes são *Pif-Paf* e *Folha da Semana*;

* 2ª fase: 1967 – A partir de um imaginário inspirado na revolução cubana, da proposta de guerrilha continental e da teoria dos focos de Régis Debray. É a época de *O Sol*, *Poder Jovem* e *Amanhã*;

* 3ª fase: 1968 – O movimento político-estudantil por transformações sociais influenciam uma nova geração de alternativos, mais tarde fragilizada pela retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa, com lutas sendo travadas em espaços públicos;

* 4ª fase: 1969 – O refluxo das manifestações de 1968, a institucionalização da

²⁹ Para saber mais, consultar Bernardo Kucinski (2003).

repressão e a intensificação do combate à luta armada instituem um novo clima de falta de perspectiva, em meio à qual se unificaram os principais protagonistas da imprensa alternativa no País, especialmente os que alcançaram êxito na circulação nacional. *O Pasquim* e *Opinião* tornam-se ícones dos nanicos sob o signo da resistência político-cultural;

* 5ª fase: 1971/1972 – *O Grilo* reproduz cartoons estrangeiros, com Charles Schultz, enquanto *Balão* expressa a revolta de artistas nacionais quanto à publicação de charges estrangeiras e serve de espaço de amadurecimento para os traços dos cartunistas Angeli, Luis Ge, Laerte e os irmãos Chico e Paulo Caruso, não iniciantes, num período em que surgem os nanicos baseados no humor, muitas vezes, escatológico.

* 6ª fase: A partir de 1974 – Fundamentados no ativismo político, os nanicos dessa fase tinham nos seus quadros os primeiros presos políticos com penas já cumpridas, que reintegravam-se à sociedade civil por meio dos alternativos. *Versus* e *Movimento* são os principais representantes dessa fase. No entanto, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, evidenciou a crise do padrão complacente da imprensa e precipitou uma nova fase de produção jornalística crítica, levando jornalistas de renome nacional a lançar seus alternativos, como *De Fato* e *Cooljournal*. Ainda nessa fase, ocorre a diversificação espacial e temática da imprensa alternativa. Mais tarde, em 1977, surgem: *Repórter*, *Resistência* e *Maria Quitéria*, notoriamente envolvidos com a questão da anistia política.

Nesse período, uma operação secreta de uso da Receita Federal para desestabilizar e exterminar a imprensa alternativa foi desencadeada entre 1976 e 1978 pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979), segundo mostram documentos sigilosos da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI-MJ)³⁰.

A ação foi proposta pelo II – Exército, atualmente o Comando Militar do Sudeste, de São Paulo, ao ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, cuja autorização está documentada em ofício de 1º de setembro de 1978. Cabe mencionar que Geisel se notabilizou, ao menos entre os setores da imprensa, pela suspensão da censura a jornais e, supostamente, pelo fim da tortura de presos políticos.

Nele, o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, Walter Costa Porto, transmite pedido da Polícia Federal para liberar a ação. A resposta vem manuscrita. “Confidencial.

³⁰ Cf, reportagem publicada no jornal *Estado de São Paulo*, p. A8, em 4 de maio de 2009.

Conversei, no despacho de hoje, com o Exmo. Sr Presidente da República, que aprovou a medida. Prepare-se, assim, o competente expediente ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda. Em 11.9.1978. A.. Falcão.” (ANEXO 1 – Ofício autoriza operação fiscal contra jornais alternativos). Uma lista com o jornal *Versus* e outras 41 publicações que deveriam sofrer o mesmo processo da Receita, entre elas *O Pasquim* e *Movimento*.

* 7ª fase: Quando o padrão de imprensa alternativa se universaliza e torna-se solução às necessidades dos movimentos estudantes de entrar em contato com suas classes, especialmente nas escolas de Comunicação. Destacam-se os jornais basistas, como *Batente* (ligado aos movimentos populares), e os jornais experimentais, como *Avesso* (que trazia o discurso da fadiga do apelo político junto aos estudantes de comunicação).

É nas últimas fases que surgem as experiências mais marcantes de jornalismo impresso alternativo na Amazônia. Assim como as demais no país, a região foi palco de inúmeras manifestações culturais, sociais e políticas na década de 1970 e 1980, que contribuíram para o processo de redemocratização do País, em ações encabeçadas por lideranças formadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), notoriamente orientadas pela Teologia da Libertação, em articulação com intelectuais, entre eles professores universitários, políticos, sindicalistas, ativistas dos direitos humanos e jornalistas. De certo modo, os jornais alternativos aglutinavam as forças que levaram os movimentos sociais, no caso deste estudo, principalmente, o sindicalismo rural extrativista no Acre, com apoio do *Varadouro*, à percepção e luta pela ampliação de suas ações em direção à sociedade.

As lutas não se davam isoladas. Como tinham o apoio da cúpula da igreja local e de diversos padres e agentes pastorais, o intercâmbio com movimentos sociais de outras regiões se dava pela via de congressos, cursos, visitas, uma estratégia constante de intercâmbio entre as diferentes categorias.

Nesse processo, foi importante o papel da universidade no ressurgimento da inquietação pela volta da democracia naquele momento, com debates fundamentados em solidariedade e transformações sociais. A reconstrução regional da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi outro fator importante para a luta do movimento estudantil, com papel fundamental para o desenvolvimento do pensamento livre – e da abertura da universidade.

Na Universidade Federal do Acre (Ufac), o movimento estudantil começou a reorganizar-se em torno do Diretório Central dos Estudantes (DCE), quando em 1976, surge a chapa “Seringueira”, “para que a palavra fosse ao menos “pronunciada” na universidade”, com a proposta de combate ao autoritarismo na instituição. O grupo, vitorioso naquela eleição, era liderado pela estudante Marina Silva³¹, professora rural, filha de seringueiros e castanheiros.

Por outro lado, setores da sociedade estavam inquietos e começavam a expressar sua insatisfação com o governo vigente, devidamente registrado e documentado em *Varadouro*. A questão ecológica e os desdobramentos com a questão indígena acabaram por se refletir no trabalho do Teatro Experimental do Sesc (TESC) do Amazonas, sob a liderança de Márcio Souza – “com o perdão da má palavra, sou um artista”, em declaração ao *Varadouro*, ed. 01-, desde 1973, com a produção e encenação de textos como “A Paixão de Ajuricaba”, herói amazônico que lutou contra o colonizador, assim como “Jurupari, a guerra dos sexos”, todos inspirados em narrativas dos povos indígenas do Amazonas. Pelo ângulo urbano, a peça “Zona Franca, meu amor” fazia a crítica ao desvario consumista e irresponsável das elites desde os tempos do ciclo da borracha, “porque daquela loucura que foi você só pode rir hoje, porque o riso é muito mais crítico; se você chora fica tudo meio turvo e não enxerga as coisas direito. Você tem que rir mesmo”.

Os temas ecológicos e indígenas foram acionados como elementos aglutinadores e encorajadores das atitudes mais ousadas. Pela ecologia, e pela questão indígena, muitas novas adesões, sobretudo entre os jovens, não paravam de acontecer. Em fins da década de 1970, a partir do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Manaus (AM), ganhava vulto um jornal alternativo chamado *Porantim*, cujo nome vem da tradição dos índios Sateré-Mawé, possuidores do remo sagrado, tal como uma bíblia, onde a origem do homem e da terra é contada.

Impresso nos primeiros números em folha de papel ofício, o jornal logo passou a ser um tablóide de prestígio em toda região amazônica, e depois também fora dela. O *Porantim* denunciava a violência dos grandes fazendeiros e burocratas da Fundação Nacional do Índio (Funai), além de apontar a desastrosa política indigenistas praticada

³¹ Marina Silva cumpre mandato de Senadora da República pela segunda vez, tendo sido Ministra do Meio Ambiente no primeiro governo do presidente Lula, entre os anos 2002 e 2006. É uma das fundadoras do PT no Acre.

pelos militares na Amazônia como forma de abrir espaço para os grandes projetos econômicos destinados a ‘desenvolver esta parte do Brasil’.

Como inspirador desse jornal, está um jovem jornalista e professor da Ufam, José Ribamar Bessa Freire, que, anteriormente, por envolvimento com a luta política clandestina nos chamados “anos de chumbo, havia saído do Brasil, vivendo experiências no talento à disposição da luta indígena, incorporando os direitos dos povos indígenas no contexto da luta política do povo brasileiro, em busca e uma democracia verdadeira”³².

Mas a transição da idealização para a ação com preocupação social e os direitos da população não ocorria somente no Amazonas. No estado vizinho, Pará, o jornal alternativo *Resistência*, vinculado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que apoiava, assessorava e prestava serviços ao movimento popular e democrático, ganha as ruas no ano de 1978, com o objetivo de defender interesses democráticos e populares.

Resistência era um dos principais meios para que os movimentos e ações pela abertura chegassem pelo menos a uma parcela da sociedade. A publicação foi símbolo de resistência a todos os tipos de pressão e emblemática da luta dos jornalistas por uma imprensa livre e objetiva. Um episódio é emblemático ao jornal. No dia 8 de outubro de 1982, antevéspera do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, festa religiosa que acontece em Belém, capital do Pará, a redação do jornal foi invadida pela Polícia Federal, que pretendia vasculhar o local a fim de encontrar provas que ajudassem a enquadrar os participantes do Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA) na Lei de Segurança Nacional, tal qual ocorrera com o sindicalista Luís Inácio da Silva e Chico Mendes, liderança seringueira no Acre:

Não nos surpreende os vários processos que são abertos em todo o País contra os trabalhadores e o seu partido, o PT. O que é estranho é existirem pessoas que ainda acreditam que o Brasil vive um processo de abertura política. Se alguma abertura existe, ela é apenas para os detentores do Poder. Assassinararam Wilson Pinheiro. Alguém viu algum processo para apurar o mandante deste crime?

“O importante agora é continuarmos lutando para organizar os trabalhadores e conquistar o registro definitivo do Partido dos Trabalhadores”, Lula (exclusivo para o *Varadouro*) (*Varadouro*, ed. 20, abril, 1981, pág. 13).

“O seringalista Guilherme Lopes pegou o microfone da Rádio Seis de Agosto de Xapuri e disse que a solução era matar. Vinte dias depois, mataram o Wilson Pinheiro. Ele foi o

³² Vozes da Democracia, pág. 265

estopim. Agora, me acusam de ter transmitido a notícia aos jornais. Um absurdo. É uma tentativa de acabar politicamente comigo e com outros dirigentes. Querem amarrar minhas mãos para impedir que desenvolva o meu trabalho. Entretanto, mesmo se for condenado e perder o mandato, a luta vai continuar. E se me prenderem vão surgir mais ‘Chico Mendes’ em Xapuri e no Acre” (Chico Mendes, *idem*).

Os nanicos, em sua maioria de caráter marginal e de tiragem reduzida, se multiplicavam. Surge o jornal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Outros processos de redemocratização no Norte avançam. A reorganização da seção do Pará da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD-PA), para reunir pessoas ligadas à realização do cinema em Belém, buscando abrir espaços para os debates, demandas e lutas do setor, bem como para a profissionalização na área com a criação de um pólo de produção cinematográfica no estado.

A *Rádio Rural* de Santarém, que cedia seus microfones a grupos organizados foi perseguida pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). Pela rádio, normalmente pela voz do bispo Dom Thiago Ryan (já falecido), a população tomava conhecimento de torturas de presos comuns, prisões arbitrárias e outras violências do regime.

Enquanto isso, no início do governo de Geisel (1974-1979), um novo alternativo surge em Manaus. O *Jornal da Amazônia* era editado por um grupo de intelectuais, alguns deles, como Márcio Souza e Aldísio Filgueiras, abertamente de esquerda, e outros, mais preocupados com a abertura de novos espaços para a ampliação do leque político.

O jornal, surgido em maio de 1975 no formato tablóide, morreu em dezembro do mesmo ano. Entretanto, deixou um legado de jornalismo baseado na exploração das contradições entre os atores políticos do momento, na oferta de versões diferenciadas tanto para a história da colonização da Amazônia, valorizando a rebeldia indígena, como dando eco para as denúncias sobre os grandes projetos do regime e para o consumismo artificial que anesthesiava a população, sobretudo da capital, em torno da Zona Franca de Manaus.

Como mostra a história, nas palavras de Marcondes (*ibidem*), a ideologia que coloca a comunidade como um espaço de reação anticapitalista chega a politizações extremas. Em meado dos anos 80, uma luta conseguiu unir ainda mais outros segmentos do Amazonas, que não estavam envolvidos com a questão indígena ou mesmo com a

denúncia dos grandes projetos desenvolvimentistas do governo militar³³.

A mobilização, em 1984, surgiu em torno da preservação de um antigo cinema do centro de Manaus, o cine Guarany. O espaço estava sendo negociado com um banco, interessado apenas no terreno, e, portanto, disposto a destruí-lo. As mobilizações em torno do Guarany chamaram a atenção para a destruição da vida urbana de uma cidade como Manaus, totalmente descaracterizada depois do advento da Zona Franca. Ao fim e ao cabo, mesmo sendo destruído, o fato gerou na cidade um grande trauma e, a partir daí, começou-se a valorizar a idéia de que o desenvolvimento deveria dialogar com a tradição e com o respeito pela memória.

Os veículos de comunicação da grande imprensa grande tiveram presença mais aberta e simpática nesse episódio, encampando a luta de professores, intelectuais e setores populares pela preservação do velho cinema. Nesse particular, a luta já não foi dividida tanto, como aquelas em torno dos povos indígenas, da Zona Franca ou mesmo contra os grandes projetos militares.

Ao mesmo tempo, também despontava no Norte, com muita força, o movimento dos metalúrgicos. A mobilização dos metalúrgicos no Amazonas vinha na esteira das lutas, desde a década anterior, travadas no ABC paulista em São Paulo. Com a ascensão desse grupo ao sindicato da Zona Franca de Manaus, veio o seu jornal, *Linha de Montagem*, estabelecendo a interlocução entre o sindicato e sua base.

A consolidação desse sindicato mereceu todo o apoio de segmentos intelectuais, artísticos, estudantis quando da eleição do Sindicato dos Metalúrgicos, o mais importante da Zona Franca. Os chamados “intelectuais”, que agitavam as idéias de mudanças na universidade, organizados em sua associação de docentes, apoiavam ostensivamente as mudanças pró-democracia no campo sindical. Para tanto, mobilizaram professores e alunos para as vigílias diante do sindicato no dia da eleição para garantir que os resultados da apuração não fossem fraudados e pudessem finalmente chegar ao poder sindical o jovem movimento operário.

As transições e conquistas sociais, ações e reações envolvendo ecologia, povos indígenas, teatro, denúncias, imprensa e política, culminam na organização do movimento sindical também entre jornalistas, numa ação emblemática. Em 1989, na

³³ Para saber mais, consultar Intervezes, *Vozes da Democracia – Histórias da Comunicação na redemocratização do Brasil*, Ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

tarde de um sábado, a seguinte mensagem surpreendeu aos telespectadores da *Rede Amazônica*, que transmite a *Rede Globo*: “A partir de agora os trabalhadores da *Rede Amazônica* estão em greve por melhores salários”.

A imagem congelada ficou no ar por cerca de 50 minutos, enquanto jornalistas, apresentadores e técnicos isolavam todo o prédio em que funcionavam os estúdios. Os grevistas, neste momento, tomavam posse do local e fechavam os portões, convocando os proprietários da televisão para uma discussão.

Porém, os telespectadores logo voltaram à ilusão da normalidade. Através do transmissor, localizado em outro ponto da cidade, os proprietários conseguiam tirar do ar a página de caracteres e retomar a programação, utilizando fitas antigas de que dispunham.

Mas a essa altura, na porta dos estúdios da *Rede Amazônica*, desde os primeiros momentos em que a página de caracteres aparecia, começaram a chegar pessoas, estudantes, trabalhadores, políticos, intelectuais, em solidariedade aos trabalhadores. Discursos, palmas, vivas. Uma verdadeira multidão, que ali ficou até às 23h dia seguinte, um domingo, quando finalmente houve o acordo entre grevistas e patrões, com a liberação do espaço.

Outras iniciativas em imprensa alternativa merecem ser lembradas³⁴. Ainda em setembro de 1979, surge em *Rio Branco*, no **Acre**, o jornal *Folha Literária*, em 24 de setembro de 1979, pelos professores Joaquim Caixeta e Wanir de Almeida Horácio e Silva, como folha suplementar semanal do jornal “*Gazeta do Acre*”. A ação serviu de inspiração a um grupo de estudantes secundaristas e artistas locais, que lançaram o *Artiação*, uma publicação literária mimeografada, em maio de 1980 em *Rio Branco*.

No **Amazonas**, precisamente em Manaus: *O Zero* foi um tablóide universitário lançado em 1977; *Livrornal*, minitablóide lançado em Manaus em 1978; *Paneiro*, boletim informativo criado pela Comissão Pastoral da Terra em 1979; *Carta Geral*, um mimeógrafo de Manaus nascido em 1980; *Dos Confins da Terra*, boletim informativo da Missão Novas Tribos do Brasil, fora criado na década de 1980, em Manaus.

No **Pará**, os anos de chumbo incentivaram uma onda de jornais alternativos: *O Jornalista*, identificado em seu subtítulo como “Órgão de divulgação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará”, fora criado em outubro de 1969 em Belém;

³⁴ Cf. fontes consultadas na Fundação Biblioteca Nacional – Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro (RJ), em 2009.

Samizdat foi uma publicação literária, de linha experimental e anárquica, editada por Luiz Lima Barreiros em Belém, a partir de 18 de janeiro de 1974; *Bandeira 3* foi um tablóide alternativo mensal, de temáticas variadas, surgido em Belém (PA) em 1975, editado por Lúcio Flávio Pinto; *Conceição do Araguaia* foi um tablóide ligado a causas de trabalhadores rurais e de reforma agrária. Foi criado em Conceição do Araguaia em data indefinida. Sabe-se apenas que circulava pelo ano de 1979. *Mensageiro* foi um jornal de e para a população de descendência indígena (possuía o subtítulo “jornal de índio para índio”). Criado em Belém em 1979; *Nanico* foi um tablóide mensal, de temáticas variadas. Fundado em Belém (PA), em setembro de 1979, por recém-formados em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA);

A partir dos anos 1980, novos jornais surgiram: *Lamparina* foi um minitablóide surgido em Santarém em data incerta. Sabe-se apenas que circulava, no mínimo, entre 1980 e 1983. Era creditado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém; *O Artista*, de Marabá, lançado em 1981, com objetivo de oferecer espaço à categoria homônima; *Arca*, de Tucuruí, lançado em 1982, sobre o qual constam poucas informações; *Espaço Científico* foi uma publicação surgida em Belém no ano de 1982, ano de lançamento de sua edição de nº 0 (seu nº 1 só veio a ser editado em 1985); *CLA Informa* foi um jornal surgido em Belém em junho de 1983 (data de edição de nº 0), como órgão informativo do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará (UFPA); *Experimento*, de Belém, 1984. Foi jornal laboratório dos estudantes de comunicação da Universidade Federal do Pará;

Teto e Chão, um minitablóide lançado em Belém em data incerta, provavelmente na década de 1980. Sabe-se apenas que circulou entre 1987 e 1994, no mínimo. A publicação foi criada e editada pela Região Episcopal de Belém do Movimento de Defesa do Favelado (MDF).

Na cidade de Marabá, ocorreram ainda os jornais *Barca*, lançado em data incerta, e *Cupim*, de 1981, além do *Grito da PA 150*, criado em data incerta e focado no registro de conflitos fundiários, de *O Mandi*, criado em 1981, e o *Ouriço*, sem registro. *Folha do Povo*, criado em Belém, em data incerta. Foi um jornal alternativo do Partido Comunista, fechado antes da Ditadura Militar. Não é do meu período de pesquisa, mas preciso de mais informações sobre ele.

Já **Rondônia** registra apenas um jornal: *Barranco* foi um jornal informativo, de linha política e cultural, lançado em Porto Velho em 1979 (provavelmente no mês de agosto).

Restou à reflexão histórica o papel dos “alternativos”, como resultado de um capítulo único para a história da imprensa. Ao final da ditadura militar, segundo Kucinski (1991), o país contava com um universo de 160 jornais, tendo como traço em comum a oposição ao governo militar. Esses jornais, porém, foram aos poucos substituídos a partir da década de 80 por outro tipo de imprensa alternativa.

Capítulo II

2. Reunião de pauta com jornalista, intelectual e um ajuri

O ineditismo dessa leitura social aplicada a um veículo de comunicação deve-se à associação de jornalistas e intelectuais, muitos dos quais pertenciam às gerações que viveram, antes do golpe militar, a queda de sistemas de governo totalitários, como o nazismo alemão e o fascismo italiano. Já os jornalistas eram focas, profissionais recém-saídos das escolas de comunicação, sendo que alguns deles prejudicaram seus cursos em função do engajamento no movimento estudantil. Em ambos os casos, há passagens pelo movimento armado e pelas prisões políticas. A trajetória da vida fez deles companheiros de jornada (KICINSKI, 2003, p. 35).

O autor ainda ressalta que muitos deles protagonizaram diferentes experiências, muitos dos quais, criando sucessivos jornais, citando Ziraldo, Jaguar e Henfil. Tamanha frequência de personagens e alinhamento faz surgir um estilo alternativo, que nunca mais se perdeu na obra de alguns deles, como os próprios acima citados, além de exemplos mais radicais, como Lúcio Flávio Pinto, que mantém o seu “Jornal Pessoal” há 25 anos em circulação na cidade de Belém, no Pará.

“Não façam um jornal para o Rio e São Paulo! VIVA O ACRE!”

Povo do *Varadouro*! Recebi finalmente três jornais. Só achei uma coisa que muito me emocionou: não tem cheiro de Rio de Janeiro nem de São Paulo. Tem cheiro de Acre! A paginação, a leitura, tudo tem a cara do Acre! Como é que vocês conseguiram? Um apelo: aprofundem mais isto. Quero receber o número 4 impresso em folha de seringueira (Henfil, p. 2, ed. 05, novembro de 1977).

Da mesma forma, e de importância similar, havia não jornalistas ou intelectuais que trabalhavam arduamente para viabilizar os jornais, ligados aos partidos políticos ou aos movimentos sociais. Chico Mendes distribuía o *Varadouro* nos seringais acreanos e atuava como correspondente dessas localidades.

“Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 constituíam assim, uma subcultura que se distinguia do grosso dos jornalistas e intelectuais pela sua disposição contestatória, pela sua propensão ao ativismo, pela sua intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos” (KUCINSKI 2003, pág. 36).

Nas palavras do jornalista Elson Martins³⁵, fundador e chefe de redação do jornal *Varadouro*, esse universo foi amplo, e as lutas sociais na cidade e no campo marcaram o período que o jornal começou a cobrir em 1977.

O jornal tinha a função e o dever moral, porque era para isso que ele existia, de denunciar os crimes praticados contra os seringueiros, os índios, os agricultores, de um modo geral, das pessoas que sempre moraram na floresta e que naquele momento enfrentavam uma violência nunca antes vista, nunca imaginada por eles. Um homem da floresta era capaz de enfrentar uma onça, mas a agressão que ele sofria por parte dos fazendeiros era tão indigna que ele não resistia à humilhação. No *Varadouro* fizemos a opção por apoiar essas pessoas, que nós respeitávamos profundamente, na resistência iniciada a partir da influência da Igreja³⁶ e da Conab³⁷. O *Varadouro* era a voz dessa resistência e com o tempo, passou a ser instrumento de luta do movimento social.

A partir de 1971, iniciou-se a ocupação de terras adquiridas por fazendeiros, começando a grande derrubada de florestas para a criação de campos artificiais, com pastos extensos e férteis para alimentar o rebanho bovino. A expulsão dos seringueiros provocou a desativação de regiões inteiras de seringais – cada uma delas era formada por diversas picadas, com pelo menos cem metros de extensão. A fonte de renda do seringueiro, e também pequeno agricultor³⁸, os recursos naturais da floresta, estava ameaçada.

Ao ser expulso do interior da floresta, restava ao seringueiro tornar-se peão nas áreas de desmate e derrubadas, ou migrar para a cidade na busca de novas oportunidades de trabalho, morando nas áreas periféricas, geralmente alagadiças e degradadas³⁹, como foi denunciado no jornal em reportagens para além de uma

³⁵ As declarações do jornalista Elson Martins foram transcritas da entrevista realizada no dia 24 de junho de 2006, na varanda da casa onde ele mora, em *Rio Branco*, Acre, mais tarde reformulada e refeita no dia 12 de fevereiro de 2008, na Biblioteca da Floresta Marina Silva, onde atualmente trabalha. Ele atuou como editor-chefe do jornal durante toda a sua existência, como veremos mais à frente.

³⁶ A arquidiocese de *Rio Branco* era comandada pelo bispo Dom Moacir Grechi e tinha alinhamento com a Teologia da Libertação, sendo decisiva na organização social das populações tradicionais com as CEB's.

³⁷ Confederação Nacional dos Agricultores (Conab), que passou a atuar no Acre na década de 70, fundando o primeiro sindicato da região, aglomerando trabalhadores de Brasiléia e Xapuri.

³⁸ O processo de pecuarização do Acre afetou com maior profundidade e violência o trabalhador seringueiro, pois esse não era mais um simples extrator de látex, e sim também um agricultor. O seu sustento agora provinha do seu trabalho da extração da seringa e secundariamente da castanha, complementado pelo cultivo do roçado, do pomar e do criatório de pequenos animais; esse trabalho era compartilhado por toda a família.

³⁹ A onda migratória atingiu com maior impacto a cidade de *Rio Branco*, capital do Acre e que, portanto, oferecia a melhor infra-estrutura. A “bovinização” fez o crescimento demográfico atingir a taxa geométrica anual de 9,6%, durante a década de 1970; atípico comparado ao do restante da Amazônia, cuja taxa média foi de 4,1% para a mesma década, de acordo com dados do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR). A recepção desse contingente populacional inchou a cidade e forçou a criação de novos bairros. Em 1980, cerca de 40 mil pessoas habitava as áreas periféricas de *Rio Branco*, aproximadamente metade da população urbana.

simplificação do retrato do êxodo rural, mas a uma constante análise sociopolítica do reposicionamento dos ex-seringueiros na cidade, acionando elementos comuns às categorias citadas e ao modo de vida na floresta, construindo, em última instância, uma crônica sobre *Rio Branco*, capital do Acre, que teria seus problemas urbanos intensificados naqueles “anos de chumbo”.

O Bairro Cidade Nova surge na margem direita do Rio Acre, que corta a cidade ao meio, sujeito a alagações, compondo “um quadro de abandono e miséria social”. As suas casas trazem as marcas dos tapiris (...) e tinham como elementos novos o alumínio na cobertura e a tábuas beneficiadas, substituindo a paxiúba. (...) No mais é a divisão típica da morada do seringueiro, apenas com dois cômodos e o primeiro totalmente aberto para as conversas, os descansos e as hospitalidades. (...) Dentro delas vive a mesma população castigada dos seringais, das colocações, das margens e dos centros. Essa gente, ao mudar para a cidade, não melhora de situação apenas troca um problema pelo outro, perdendo na troca. A alimentação tiram do rio ou do poço, sempre impuras, diferente do seringal, onde só bastava pegar ou pedir. O seringal que lhes resta é mesmo aquele ali, com *Varadouros* empoeirados ou encurralados, sempre sem sombra e mal cheiroso. (*Varadouro, edição 01, pág. 17*)

A situação piorou na segunda metade da década de 1970, quando as novas formas de exploração da floresta passaram a ter lucro. A indústria extrativa madeireira aumentou sua produção graças às inovações tecnológicas e ao emprego das motosserras. A Castanha do Brasil, em que pese a derrubada e queima de milhares de árvores, a partir de 1975 voltou a apresentar regularmente bons resultados na produção. O rebanho bovino passou de 72.455 cabeças em 1970 para 300 mil em 1980, tornando o Acre auto-suficiente e também exportador da carne bovina. Também se desenvolve a pecuária leiteira, surgindo a indústria de laticínios e beneficiamento do leite (SOBRINHO, 2002).

Além de ser um conflito socioambiental, a crise acreana naquele período foi de caráter ecopolítico (político – institucional), diretamente relacionado com os sistemas institucionais e de poder que regulam a propriedade, distribuição e uso dos recursos econômicos e naturais. Por este desenvolvimento, as instituições de caráter econômico, envolvendo todo o seu aparato de poder, implantavam seus programas como uma ordem a ser acatada a todo custo. Todavia, o etnocentrismo e as nostalgias coloniais da “missão civilizadora” limitaram-se a desempenhar um papel marginal.

Por esse viés, surge algo contraditório. *Varadouro* não se encaixaria nas classes de jornais alternativos apresentados por Kucinski (2003): predominantemente políticos, com raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 1960, sem ser pedagógico ou

dogmático; ou nos movimentos de contracultura norte-americana e, através deles, no orientalismo, no anarquismo ou no existencialismo de Jean Paul Sarte.

O “jornal das selvas” fugia à regra e antecipava as características das gerações seguintes de alternativos, mais interessados nas transformações protagonizadas pelo movimento social, optando por falar diretamente com aqueles que privilegiava na cobertura. Como o próprio Kucinski admite, o *jornal das selvas* tinha linguagem e estética peculiares, num padrão quase artesanal de produção e fazendo uso de desenhos a traço para ilustrações, que conseguiu, “pelo seu aspecto rústico, despojado, por sua estética de artesanato, expressar um ethos amazônico”. “*Varadouro* não se parecia com nenhum outro dos jornais alternativos. (...) Sua linguagem era inovadora: ‘abriu as páginas da palavra escrita para a palavra falada’. Apesar de suas reportagens abordarem aspectos da vida na Amazônia de forma crítica e colada às camadas populares, sem meias palavras, o jornal contava com anúncios do comércio local. Não possuía nenhum ranço da linguagem doutrinária dos alternativos nacionais”, complementou⁴⁰.

Entretanto, mais uma vez é importante posicionar *Varadouro* neste coletivo nanico, ainda de acordo com a teoria elaborada por Kucinski, uma vez que o elemento referencial desse segmento, a identificação no combate político-ideológico à ditadura, na tradição por mudanças estruturais e de crítica a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação, é perceptível no jornal.

O espírito do *Varadouro* não morreu. É um espírito 1968, libertário, de resistência cultural, de luta, que não fica só no denunciamento, só pela denúncia. Antigamente, contribuía de alguma maneira para que as populações nativas pudessem se organizar e batalhar por direito. A Comissão Pró-Índio nasceu dentro do *Varadouro*, o movimento indígena nasceu dentro da CPI. O jornal foi um grande guarda-chuva, uma samaúma, que as outras árvores foram crescendo e cada uma se tornou maior que a outra. Teve um momento em que o movimento indígena ficou maior que a CPI. Mas, a organização foi criada com esse espírito. Até hoje, se você for lá no sítio da CPI, no centro de formação dos indígenas, você vai ver professores fazendo cursos de formação, elaborando materiais que vão ser levados pra aldeia. O índio organizando cursos. Até hoje, (o espírito) está vivo. Quando você cria uma coisa que não é pra você, que procura ser ético e verdadeiro. Sem visar interesses pessoais, essas coisas tendem a crescer, a não morrer. Espírito de movimento coletivo. (Txai Terri Valle de Aquino, E2)

Levantamento e copilação das edições do *Varadouro* confirmam a declaração de Elson e a análise de Kucinski. Nas 24 edições do jornal, publicadas entre maio de 1977 e dezembro de 1981, o jornal das selvas, a partir dos posicionamentos do seu núcleo fundador, privilegiou a cobertura dos conflitos vividos pelos pobres do Acre, abordando

⁴⁰ Cf. Kucinski, 2003, pág. 103.

principalmente a disputa da posse da terra, a questão indígena e a ambiental, tratando de modo transversal estes problemas pertinentes à pauta do jornal, mediados por uma participação intensa das lideranças e da base do movimento social, na produção, organização e distribuição, respectivamente, do jornal das selvas.

Tema fundamental, a questão indígena foi abordada em 19 edições do jornal, que contava com a participação assídua dos índios nas reuniões de pauta e inclusive, na dobragem das páginas do periódico. A opção por esse aspecto do conflito ficou nítida logo na primeira edição do jornal, que trazia uma reportagem de sete páginas e uma manchete elucidativa “Índios do Acre”. O editorial explicava:

Varadouro deu especial destaque, neste número de estréia, ao problema do índio na região, por entender que sobretudo no Acre o homem branco tem uma dívida muito grande a saldar com os povos indígenas, que sempre procurou massacrar, oprimir e estigmatizar, teimando em negar consciente ou inconscientemente os seus valores e a sua cultura. A partir da página 7, até a 13, procura mostrar que o índio é uma presença viva (embora ameaçada) na formação histórica do Estado, e tenta despertar naqueles que nunca pensaram nisso, a consciência de sua omissão e a necessidade de reparo. (*Varadouro*, edição 01, editorial, pág. 02)

A manchete reafirmava que existiam “Índios no Acre”, ilustrada com uma xilogravura – técnica recorrente no jornal – de um índio Caxinawá, como Elson Martins explica na seqüência da entrevista:

Decidimos publicar a matéria sobre os índios no Acre para dizer à sociedade acreana que ainda haviam índios no Acre; isso porque chegamos a tal ponto de abandono e distanciamento que já se pensava que não haviam mais índios no Estado. Também era um momento importante para o movimento indígena porque eles haviam organizado a Aliança dos Povos da Floresta⁴¹ e estavam gritando, para todos ouvirem, que existiam e estavam liderando a resistência. (E1)

Entretanto, foi a questão da terra que se tornou emblemática ao *Varadouro*, como avalia Elson Martins em artigo publicado em 18 de outubro de 1997, na edição nº03 de *O Acre*, jornal que circulou em *Rio Branco* financiado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), intitulado “*Varadouro* mostra a cara do conflito”:

A manchete da capa tratou do tema que virou marca registrada do jornal: conflitos de terra. A matéria “Terra, a briga para ser dono” ocupou as quatro páginas centrais, e a quinta edição de

⁴¹ A Aliança dos Povos da Floresta é a união dos trabalhadores extrativistas com os povos indígenas para a defesa conjunta da reforma agrária e das terras indígenas, que começou no início da década de 1970 e continua a se articular até os dias atuais. Essa aliança foi iniciada a partir da participação do Conselho Nacional dos Seringueiros em assembléias indígenas e na participação de índios nas assembléias de seringueiros.

5 mil exemplares praticamente esgotou.(...) A matéria sobre a briga pela terra foi uma pauleira só. Pegou a equipe de surpresa na boca da noite, no fechamento da edição, com a notícia de que posseiros do seringal Nova Empresa tinham emboscado e matado o capataz Carlos Sérgio, e seu auxiliar, Olwaldo Gondim. Calafrios na turma! Porque o Carlos Sérgio Zapparoli Sena era o cara que o Antônio Marmo⁴² entrevistara dias antes, a matéria estava até diagramada na página 3, e todos o tinham como uma morte anunciada. Sua entrevista teria que ser deslocada para juntar-se às opiniões do governador, do bispo, do Incra, do posseiro, do policial e do patrão do capataz nas páginas centrais. Carlos Sérgio havia dito que nasceu e foi criado no sistema capitalista, e se mudassem o sistema, ele iria para a Austrália caçar canguru. (...) A matéria do *Varadouro* é um documento histórico completo que dá a dimensão dos conflitos, omissões e irresponsabilidades do Acre dos anos 70/80. (E1)

A cobertura dos conflitos de terra apoiava os índios, seringueiros e posseiros, os despossuídos na ótica da posse da terra empregada pelas classes dominantes, composta de seringalistas e fazendeiros. Em *Varadouro*, denunciou-se a violência com que essas classes dominantes tratavam os povos da floresta, e apoiava a resistência desses.

Exemplo desse apoio foi a relação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, cuja fundação foi veiculada no jornal e que em menos de dois anos passou de movimento de posseiros, seringueiros e colonos, em todo o Estado, a ação sindical, envolvendo 20 mil trabalhadores rurais. O *Varadouro* foi o primeiro a reconhecer que a resistência então passava de individualizada e isolada a coletiva e, a institucionalmente reconhecida. A categoria “trabalhadores rurais” era ampla e abrangia distintas categorias.

O jornal chegou a publicar resumos de depoimentos feitos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, na edição nº 5, de novembro de 1977. O jornalista Elson Martins, editor do jornal, depôs na CPI e não hesitou em publicar o resumo do seu depoimento, assim como o dos bispos das Prelazias do Acre e Purus e do Juruá, do vice-governador José F. do Rêgo e do juiz Romeu César Leite.

A questão política e social era constantemente relacionada aos dilemas pessoais, como forma de reproduzir os dramas vividos nos seringais. A edição nº 7, fevereiro de 1978, trazia entrevista da ex-seringueira Valdízia Alencar de Souza. Na entrevista, ela contou como passou a ser sindicalista e um dos ícones do movimento social na região de Brasiléia, na fronteira com a Bolívia. Ela mesma fez o contato com a Contag e arregimentou a população local para a resistência, depois que foi proibida pelos “paulistas” de plantar o roçado e cortar seringa em suas terras. Eles haviam “escolhido” aquele seringal para criar boi e iam “indenizar” a seringueira. Valdízia disse não. “Paulistas” foi a classificação mais comum utilizada em o *Varadouro* para identificar os

⁴² Antonio Marmo atuou como repórter do *Varadouro*, como veremos adiante.

grandes latifundiários e pecuaristas que se apropriavam por qualquer meio de terras acreanas do Acre.

A militância e o envolvimento político quase orgânico com o movimento social fizeram do *Varadouro* um importante núcleo de mobilização no Acre, em torno do qual se formaram os quadros dirigentes que vinte anos depois dariam combate ao domínio das oligarquias ligadas ao narcotráfico

Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes (Xapuri, 15 de dezembro de 1944 – 22 de dezembro de 1988), foi um seringueiro que iniciou sua carreira sindical em 1975 como secretário geral do recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, e tornou-se um dos mais expressivos ativistas do ambientalismo brasileiro. Sua intensa luta pela preservação da Amazônia o tornou conhecido internacionalmente e foi a causa de seu assassinato. Figura constante no *Varadouro*, era reconhecidamente posicionado como uma liderança emergente entre os seringueiros, uma vez que iniciou a inserção política dessa ação:

"Por achar que a tribuna da câmara não dá solução para os trabalhadores e por achar que o político que se compromete com a luta dos trabalhadores deve estar ao lado deles, decidi, então, ir quebrar castanha para estar ao lado dos seringueiros". Na boca de qualquer político acreano, esta frase sairia atravessada e dificilmente convenceria. Dita, entretanto, pelo vereador Francisco Mendes, ou Chiquinho Mendes, ela soa natural, espontânea e convence. Chiquinho Mendes, no dizer de um dirigente da Contag, é o único político acreano que se pode confiar. Originariamente foi seringueiro, ajudou a fundar os sindicatos dos trabalhadores rurais de Brasiléia e Xapuri, elegeu-se vereador pelo MDB de Xapuri e atualmente, voltou ao seringal Porvir onde está trabalhando, durante o recesso parlamentar, na coleta de castanha. Foi a maneira que encontrou para passar suas férias. Sua história de vida é simples e comum como à da grande maioria dos trabalhadores acreanos. Nasceu no seringal Porto Rico, município de Xapuri, e, aos dez anos, já trabalhava como seringueiro para sustentar a família, porque o pai ficou aleijado. Com a morte deste, mudou-se com a mãe para a sede do município. Mas quando a Contag chegou no Acre e começou a campanha de sindicalização por Brasiléia, Chiquinho Mendes foi dos primeiros a se engajar na luta porque, como diz, "antes mesmo que a Contag chegasse, eu já sentia o problema dos seringueiros explorados pelos patroes seringalistas e acochados pela polícia quando vendiam a borracha para terceiros e todas aquelas barbaridades dos seringais do Acre". EM 1975, começa também a investida dos fazendeiros "paulistas". Em Brasiléia, quase todos os Seringais foram vendidos para grupos sulistas (*Varadouro*, ed. 20, março de 1980, p. 18).

Chico Mendes foi vereador pelo MDB de 1977 a 1982, período em que tentou aproximar o Poder Legislativo Municipal do movimento social, iniciativa que motivou ameaças de cassação em sessão secreta da Câmara dos Vereadores de Xapuri. A ata da reunião foi extraviada ou nunca existiu⁴³, mas as seguintes registraram o fato.

⁴³ Allegretti, Mary. "Sessão secreta é tradição na ditadura", artigo publicado no blog da autora em 12 de setembro de 2007. Data de acesso: 20/09/2007. (www.maryallegretti.blogspot.com)

No dia 17 de setembro de 1979, o vereador, então presidente da Câmara, organizou, no plenário da Casa, uma reunião de seringueiros ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri para discutir os problemas que estavam enfrentando em relação aos conflitos fundiários.

No dia 23 de novembro o vereador João Simão dos Santos, vice-líder do MDB, apresentou ao Presidente da Comissão de Justiça uma denúncia formal contra o Presidente da Câmara Municipal de Xapuri, sob a alegação de que a reunião realizada com os seringueiros no plenário da Câmara contrariava os estatutos e convocou, em seguida, os membros da Comissão para uma reunião na qual deveriam resolver os devidos processos. A maioria dos vereadores, que acrescentaram críticas à atuação do STR de Xapuri, endossou o pedido.

Na última sessão ordinária do ano, realizada em 30 de novembro, Chico Mendes já havia renunciado ao cargo de Presidente da Câmara dos Vereadores de Xapuri. A sessão esteve sob a presidência em exercício do vereador Amadeu Dantas e foi secretariada, em exercício, pelo vereador Eurico Gomes Fonseca Filho. Foi registrada a entrega, para a Mesa Diretora, de um envelope lacrado com documentos e uma fita de uma sessão secreta realizada dia 29/11/79 na Câmara, que foi verificada pelo Presidente da Comissão de Justiça na qual teria sido decidida a cassação de Chico Mendes. Para não perder o mandato, ele renunciou da presidência.

Distante de se desiludir com a política, tornou-se presidente do sindicato, uniu-se mais ainda à esquerda e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores no Acre, o “partido das massas”. Candidatou-se a Deputado Estadual em 1986, porém, não foi eleito, mesmo tendo recebido o apoio do sindicalista então Luiz Inácio Lula da Silva, presidente reeleito do Brasil⁴⁴.

No decorrer de sua trajetória, *Varadouro* trouxe entrevistas com intelectuais em todas as suas edições. Além do debate sobre o Acre, iniciou-se o debate sobre as transformações sociais na Amazônia.

2.1 O jornal e os jornalistas; “cabia todo mundo – mas sem salário”

⁴⁴ Em 27 de outubro de 2002, Lula foi eleito presidente do Brasil, derrotando o candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro da Saúde e então senador pelo Estado de São Paulo, José Serra, do PSDB. Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, com mais de 60% dos votos válidos.

A influência, por dissociar e reconhecer os diferentes sujeitos sociais e apoiar sua luta abertamente, e a importância, ao ter se tornado o principal veículo de comunicação do Acre nesse período, do *Varadouro* devem-se fundamentalmente àqueles que ousaram criar um jornal não apenas comprometido com os pobres, mas de oposição às elites acreanas, em um contexto plural.

A história de *Varadouro – um jornal das selvas* começa ainda durante a primeira metade da década de 1970, período em já circulava em *Rio Branco* e algumas cidades e comunidades acreanas o boletim católico *Nós Irmãos*, informativo de 35 páginas e tiragem de até 1 mil exemplares. *Nós Irmãos* é considerado, por muitos, o precursor do *Varadouro*, por sempre tratar a questão social como assunto relevante e se opor à opressão praticada pelos grupos que ocupavam o Poder⁴⁵.

Àquela época, a Igreja Católica já contava com a articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entidade cujo núcleo articulou a efetiva participação política dos movimentos sociais, sempre em oposição às classes dominante – cujas elites eram formadas basicamente por fazendeiros e oligarquias, ligados ao regime militar -, no que se convencionou chamar de esquerda católica. Esse núcleo fundou o *Nós Irmãos* e mais tarde, com o fim da reforma partidária, em 1979, a maioria da esquerda católica se mobilizou pela formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre.

O bispo da Prelazia do Acre e Purus, região que compreendia a intensidade dos conflitos no campo, à época, Dom Moacir Grechi, acreditava que o boletim diocesano não atendia mais à demanda por espaço dos movimentos sociais e que já era hora de criar um periódico com cara e corpo de jornal. O dilema é retratado em *Jornalismo Alternativo na Amazônia Ocidental*.

(...) O boletim *Nós Irmãos* aumentou o número de páginas e as tiragens de suas edições, o que implicava na necessidade de aumentar a equipe que cuidava da redação e as pessoas que se envolviam com os serviços de impressão e do seu acabamento. Junte-se ainda a esses

⁴⁵ *Nós Irmãos* foi publicado durante dez anos. Em *Jornalismo Alternativo na Amazônia Ocidental*, Francisco Sobrinho (2002) conclui que *Nós Irmãos* teve papel fundamental no desenvolvimento de uma imprensa alternativa no Acre. “Nas páginas do boletim, as manifestações artísticas e culturais dos indivíduos e grupos das comunidades sempre tiveram espaço. As dramatizações populares, festas religiosas ou profanas, encenações teatrais, festival de música religiosa e sobretudo a poesia popular. Para esta, o espaço era obrigatoriamente reservado, pois em quase todas as edições foram publicados poemas de autores populares. Durante esses dez anos, *Nós Irmãos* foi sempre o boletim diocesano cujo conteúdo tratou a questão social como assunto relevante, fazendo um jornalismo popular e cumprindo o papel de meio de comunicação alternativo para os movimentos sociais, dando assim a palavra a milhares de calados do Acre”.

encargos a expedição do boletim para as paróquias e CEBs. Nós Irmãos tornou-se escoadouro natural de todas as denúncias de opressão aos pobres, orientador dos movimentos e porta-voz de suas reivindicações. Ao trabalho de evangelização propriamente dito sobrava pouco espaço, mesmo levando-se em consideração que as novas práticas pastorais não dissociavam a religião da vida cotidiana das comunidades cristãs. A criação de um outro periódico com outro formato, impressão gráfica, veiculando as questões sociais exigidas pelo momento, circulando em bancas e posto ao acesso e disposição do público, foi considerada nas discussões iniciais que trataram o assunto. Até mesmo se pensou em aproveitar o Nós Irmãos, produzido a partir dele um periódico similar ao O São Paulo, da arquidiocese paulistana. Mas tal idéia foi logo abandonada pelos convidados que participaram das discussões iniciais. As condições de espaço na Prelazia eram precárias, e até porque as pessoas achavam que um jornal saindo com a chancela aberta da Igreja não era adequado para atender ao objetivo ao qual se pretendia dar conta” (SOBRINHO, 2002, p. 153) .

Assim como toda a rede de nanicos, como nos apresenta Kucinski, a imprensa alternativa no Acre surgiu movida por duas forças: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, por espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. O nexo de articulação desse encontro entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos é baseada nessa dupla oposição, ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo.

Eram as pessoas que escreviam as matérias, eram pessoas do movimento, os trabalhadores rurais, eram os primeiros fundadores do PT, era quem ficava ali pra terminar. Cada edição era isso. O *Varadouro* era muito importante, fazia parte da vida das pessoas, principalmente das pessoas organizadas de movimentos, que queriam se ver; dos que não tinham participado, mas que sabiam que iam falar sobre isso. Havia um aguardo diferenciado em relação da imprensa de hoje, que ninguém tem mais saco de ler as matérias. Com a banalização da informação hoje, os conteúdos de reportagens de análises, sem expectativa de as reportagens criarem uma repercussão, hoje ela é só notícia. Ele traduzia o chamamento, pela análise do que tu achas, que hoje não tem. Esta tendo um debate sobre pedofilia, ele não pode se resumir a um seminário. Quantos milhões de reais são gastos anualmente para discutir pedofilia em seminários, workshops de começo, meio e fim, que terminam assim mesmo? Agora não há uma investida. Essa reflexão pode acontecer, mas o jornal não tem. Quando o *Varadouro* propunha um tema, ou ele retratasse ou abrisse espaço para um tema, era um chamamento. Por exemplo, fazia uma reunião com o sindicato dos trabalhadores rurais, o *Varadouro* era discutido porque ali tinha dados, tinha matérias, as matérias tinham dados, informações que, às vezes, o sindicato podia não ter ou servia como subsídios para avaliação. Ou a matéria era sobre uma reportagem feita no sindicato, aí eles iam avaliar o que saiu. Ele era uma alavanca, um motivador do debate (Célia Pedrina, E3).

Para grupos sociais constituídos por esses protagonistas, a informação não é um produto como outro qualquer, suscetível de ser comprado ou vendido, reduzido a visões mercantilistas, rendoso ou dispendioso, condenado logo que deixa de ser rentável. Por essa consciência, imputam-se uma vigilância particular⁴⁶.

O *Varadouro* tem uma leitura forte, ele é vendido com um resultado de cinco anos de análise, com essa questão do pensar. O jornal passa por uma avaliação, aí quando ele é impresso, é completamente diferente do primeiro momento que você pensou. Eu viajo, vou lá e volto. Por isso que eu to te dizendo. Tirando o eixo redação do jornalista, tirando esse eixo que o jornal pressupõe-se disso: redator, editor e colaboradores, o *Varadouro* era feito por representantes do movimento (idem).

Para tanto, conversas mais diretas foram iniciadas em 1976, com reuniões entre o bispo Dom Moacir Grechi, João Mastrangelo, João Maia (ambos do movimento social) e Elson Martins da Silveira, jornalista, então correspondente da Folha de São Paulo no Acre. Depois se juntaram ao grupo os também jornalistas, Silvio Martinelo e Antonio Marmo, fator que deu mais objetividade aos encontros, pois conheciam técnicas de elaboração do jornal e circulação. Estes últimos, mais Elson, estavam municiados de uma visão mais profissional sobre como se fazer um jornal e formaram o trio de jornalistas profissionais do jornal das selvas.

Surgiu (a idéia de fundar o jornal) em decorrência do momento que o Acre vivia. No começo dos anos 70, a revoada de jacus chegando... a imprensa aqui era “O *Rio Branco*” feito com notícias que eram mandadas pela elite, não tinha repórter. Não havia preocupação de ver o que acontecia no Estado. Estava acontecendo muita coisa que só veio aparecer com o *Varadouro*. Era como se não tivesse conflito aqui. Mas já havia expulsão, desmatamento, desde o comecinho dos anos setenta. Em 75 foi que a gente começou atuar aqui, quando se formavam grupos da igreja, da universidade, e o grupo que queria o jornal (O Acre, n. 3, *Rio Branco*, ago. 1997).

A igreja se comprometeu a financiar a estruturação e as cinco primeiras edições do jornal, investindo de cerca de R\$ 200 mil, na moeda atual, de acordo com Elson Martins, mas sem interferir no desenvolvimento do trabalho. Ficou definido como objetivo, combater a desinformação veiculada pelos jornais locais, de propriedade das oligarquias, informando a sociedade acreana sobre o que acontecia ao seu redor, nos seringais e terras indígenas, por exemplo.

Elson conta ainda que, a partir das reuniões, estava fundado o núcleo central do *Varadouro*. Entre os envolvidos no projeto, havia um elo ideológico e político para com

⁴⁶ Cf. idéia original de Serge Halimi, “Os novos cães de guarda”, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

a gente humilde; talhado a partir da formação pessoal, individual, porém, não atomizada, de cada um, aliado ao contexto do grupo e ao qual ele estava inserido. Era importante consolidar uma estrutura de poder ao jornal baseado em propósitos democráticos e participativos.

O D. Moacyr tinha a maior preocupação com o jornal que seria montado. Tanto que as primeiras reuniões aconteceram dentro da Prelazia. O D. Moacyr foi nos mostrar a salinha onde fazia o jornal da igreja, *Nós Irmãos*. Lá me apresentou ao Mastrângelo, que trabalhava no jornalzinho. Achava que eu e o José Mastrângelo faríamos um jornal naquela salinha. Aí começou a série de discussões que durou 8 meses. O D. Moacyr parece ter percebido que aquelas reuniões não iam levar a nada. Aí vieram o Sílvio e o Marmo. O Sílvio já era jornalista formado, o Marmo tinha experiência também. E nós chegamos a uma conclusão. Dissemos: olha, chega de reunião, vamos fazer o jornal (O Acre, n. 3, *Rio Branco*, ago. 1997).

Varadouro – um jornal das selvas teve 24 edições publicadas entre maio de 1977 e dezembro de 1981. Apesar de ter anúncios comerciais em suas páginas, evitando utilizar aqui os termos publicitários, havia uma grande aversão à monetarização do produto jornalístico, na rejeição do que Weber denomina de “espírito capitalista”⁴⁷, uma vez que nunca se estabeleceu uma meta comercial para manter o jornal em circulação, mesmo considerando importante ter uma média de circulação que chegasse aos mais distantes seringais no Acre.

Sem bases acumulativas, foi impossível manter o jornal quando a igreja retirou seu apoio financeiro. O movimento social ampliou sua ação no hiato em que o jornal não circulou, provocando uma desarticulação natural do núcleo fundador. Porém, a décima nona edição foi o marco de uma crise interna no jornal.

Elson Martins reconhece que a transição de Toinho Alves, Romerito Aquino, ambos jornalistas e Fátima Almeida, historiadora, de colaboradores para diretores do jornal foi resultado de uma fase de críticas internas, que mostram as diferenças dentro do grupo. As pessoas começaram a dizer: ‘o jornal está se tornando o jornal do Elson e do Sílvio’. Sentiram que era preciso mudar a direção. Ao mesmo tempo, os editoram saíram dessa condição e passaram a ser colaboradores. Aí entra uma turma mais nova, com uma abordagem mais urbana, de comportamento. Há matérias abordando homossexualismos, a doutrina do Santo Daime, entre outros. Assim, assume-se o *Varadouro* enquanto instrumento de ação, que passa de uns para outros, sem perder seu propósito de resistência.

⁴⁷ Weber, Max. A ética protestante e o espírito capitalista, pág. 47-48.

Com o fim da censura aos jornais em 1982 pelo Governo Militar, Martins acredita que a imprensa alternativa cumpriu sua missão e fechou as portas, com seus membros retornando aos ‘jornalões’. Dessa fase da imprensa alternativa, Elson reconhece a rede de nanicos como “algo fantástico”: uma rede informal, solidária, que nunca se repetiu ou repetirá. A rede fazia o jornal circular por cidades de todo o País, entre exilados no estrangeiro, ao mesmo tempo em que o *Varadouro* circulava outros alternativos no Acre.

Parte dessa influência é notoriamente de Toinho Alves, militante do jornalismo e da cultura, ex-secretário de Cultura do Estado do Acre e, atualmente, assessor político do governador, Arnóbio Marques. Como jornalista, atuou nos principais jornais de *Rio Branco*; contribuiu com o movimento de esquerda na universidade que, anos depois, fundaria a Frente Popular do Acre, responsável por levar o PT à prefeitura e ao governo do Acre. No *Varadouro*, entrou para o núcleo do jornal na segunda geração, mesmo momento em que passava por um intensa transformação, a conversão à doutrina do Santo Daime, que influenciaria sua trajetória desde então. A conversão marca a ruptura com os movimentos político e cultural, para, depois, ser “reconstruído”, tendo esse novo elemento como referencial.

Quando o jornal retornou a circulação, em 1981, Toinho havia assumido a direção do jornal e era o principal editor. Além deles, Marco Antonio e Saulo Petean também assumiram a nova diretoria. A segunda e última fase do *Varadouro* compreende quatro números do jornal, mais voltado para os problemas urbanos.

A primeira edição da segunda fase (Ed. 21, 1981) tinha como matéria de capa o tema do consumo da maconha, ligado à doutrina do Santo Daime. Entrevistaram jovens da cidade, sobre o que sentiam e pensavam sobre o uso da maconha. O segundo número falava sobre homossexualismo. De acordo com Toinho, os temas incômodos levaram os representantes da Igreja Católica a retirar o apoio financeiro e o jornal não tinha mais dinheiro pra circular.

2.2 Trajetória do Núcleo Fundador

Após a reunião dos membros do grupo fundador, a obtenção do financiamento pela Igreja Católica, o passo fundamental para dar início à publicação de *Varadouro* – *um jornal das selvas* foi a criação da Empresa Macauã Ltda, cujos sócios eram os

próprios fundadores⁴⁸ do jornal e se distribuíam segundo exigia a divisão do trabalho, como ficou registrado na primeira edição do jornal.

Diretor responsável: Elson Martins da Silveira. Editor: Silvio Martinello. Redatores: Célia Pedrina Rodrigues Alves, Elson Martins da Silveira, Luiz C. Carneiro, Rosa Maria Carcelen, Silvio Martinello, Terri Valle de Aquino. Fotográfica: Adalberto Dantas. Arquivo: Jalva da Silveira. Diretor-Financeiro: Abraham Farhat Neto. Redação: Rua Cel. João Donato, 291 - fone 3382 – Bosque. Composto e impresso nas oficinas do SERDA.

À época da fundação do *Varadouro*, Elson Martins era correspondente do *Estado de São Paulo* no Acre, desde 1975, tendo sido deslocado da sucursal no Pará, e como tal, já realizava a cobertura jornalística da mobilização social, que envolvia, principalmente, índios, seringueiros e ribeirinhos. O jornal, de circulação nacional, publicava com destaque as notícias e reportagens que Elson enviava.

Isso (a atividade que Elson exercia como correspondente do jornal O Estado de São Paulo) concretizou a formação. Mas eu queria dizer que em 1975 as pessoas sentiam necessidade de um jornal que tivesse a coragem de dizer o que estava acontecendo, de mostrar os conflitos. O próprio governador Mesquita, que tinha uma tradição de esquerda, de compromisso social, não acreditava que tinha jagunços expulsando seringueiros, achava que era invenção da igreja, dos radicais (Silvio Martinello, E5).

O trabalho como repórter do Estadão marcou o retorno de Elson à sua terra natal, pois é acreano de Sena Madureira, a 140 km de *Rio Branco*, capital do Acre. Ainda menino, saiu de Sena para ir estudar em *Rio Branco*; nos fins dos anos 50, foi estudar em Minas Gerais, onde também cursou Belas Artes e Cinema – este último na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Belo Horizonte, a primeira a oferecer o curso no país.

Elson largou a universidade para se aliar ao movimento estudantil de oposição ao regime militar, engajando na resistência armada através da Aliança pela Libertação Nacional (ALN). Em 1970, juntamente a João Capiberibe, ex-governador do Amapá, foi

⁴⁸ A escolha dos personagens para essa dissertação se deu pelos seguintes critérios: ter pertencido ao núcleo fundador do jornal; acessibilidade e familiaridade, considerando que o trabalho de campo se concentra na cidade de *Rio Branco*, no Acre; concordância em conceder entrevista à pesquisadora, com conhecimento à divulgação do trabalho em situações diversas. No ano de 2008, foram entrevistados Elson Martins, em 12 de fevereiro (E1); Terri Valle de Aquino, em 15 de fevereiro (E2), Célia Pedrina, no dia 18 do mesmo mês (E3). No decorrer do levantamento de dados, considerou-se importante entrevistar um membro da segunda geração de editores do jornal. Para a escolha, foram observados os mesmos critérios. Na ocasião, o membro indicado e entrevistado foi Toinho Alves (E4). Uma entrevista coletiva entre os membros do jornal publicada na ed. 03 do jornal O Acre também foi resgatada e utilizada (E5) neste trabalho.

enviado pelo PSB a Belém, no Pará, para criar um braço de resistência armada. Por divergências internas, Elson largou o movimento e passou a sobreviver como artesão.

Eu fui guerrilheiro sem dar um tiro, passei muito tempo na clandestinidade, decidi voltar a Belo Horizonte. Foi quando Lúcio Flavio de Souza Pinto, que era correspondente da Folha em Belém (PA) me convidou para ser correspondente no Acre. Foi aí que finalmente voltei à minha terra e passei a fazer um trabalho que estivesse de acordo com as minhas posições pessoal, de respeito aos mais pobres e de transformação social. Quando surgiu a idéia de *Varadouro*, topei na hora, porque senti que aquela experiência seria algo diferente (E1).

As reportagens que ele produziu no período em que atuou como correspondente tinham um tom contestador da política agrária na região e de uma intensa oposição ao regime militar vigente, porém, sempre recorrendo ao denunciismo, limitação mais tarde superada em sua experiência em *Varadouro*. Tomemos como exemplo a reportagem “Posseiros do Acre vão ao bispo denunciar violências” publicada no dia 03 de abril de 1976 pelo *Estadão*, que trata do conflito entre o fazendeiro Rômulo Bonalume e os posseiros do seringal Redenção:

As pressões vêm de 1973, quando Rômulo Bonalume apareceu dizendo que havia comprado o seringal Redenção e que precisava das áreas próximas à estrada para desenvolver seu projeto. Começou então a luta já comum nesses casos: Rômulo de serviu de policiais de *Rio Branco* (Raimundo Nó Cego, Chico Honorato e Artomildo), ameaçou os posseiros, destruiu plantações e gado e começou a fazer piques na área, dividindo a terra em lotes e alarmando as famílias que se reuniram e decidiram reagir contra a invasão de suas propriedades. Chegara a luta direta com a polícia, até que houve uma pausa, quando Rômulo conseguiu tentar mudar a estratégia. (...) promessa de pagar indenizações de três mil cruzeiros, para que os colonos abandonassem as terras. /Embora preparados para recusar qualquer acordo, pois sabem que Rômulo não tem documentos legais de posse, os camponeses temem constantemente um dos artifícios mais freqüentes – o fogo em suas terras (SOBRINHO, 2002, p. 65).

Assim como Elson Martins, os demais integrantes de *Varadouro* participavam de movimentos sociais, seja vinculados aos segmentos políticos ou aos religiosos, ora direta ou indiretamente. Silvio Martinelo foi frei da Ordem dos Servos de Maria e freqüentou o seminário de Turvo, em Santa Catarina, onde veio a conhecer Dom Moacir Grechi. Entre 1969 e 1973, Silvio veio várias vezes ao Acre e colaborou com o *Nós Irmãos* e o programa radiofônico *Somos Todos Irmãos*, como ele mesmo conta em entrevista ao jornal *O Acre*.

(...) É que nós estivemos aqui em 1969. Eu passei um ano, o programa de rádio é dessa época. Aí eu voltei em 76. Foi quando, através do D. Moacyr, eu e o Elson nos conhecemos. Ele estava com o jornal *Estadão* (o Estado de S.Paulo). Aqui não se falava em conflito, mas a gente em São Paulo acompanhava o problema que estava surgindo no Acre, os conflitos, através do *Estadão*, do qual o Elson era correspondente (Silvio Martinelo, *O Acre*, ed. 03).

Depois do período vivido no Acre, Silvio Martinello estudou jornalismo na Cásper Líbero, em São Paulo, entre 1973 e 1976, período em que trabalhou no Diário do Comércio e Indústria e no semanário O São Paulo, da arquidiocese de São Paulo, e com os alternativos Opinião e Movimento. Em 1976, voltou definitivamente ao Acre e, então, contribuiu de forma decisiva na implantação do *Varadouro*, dada sua experiência em imprensa alternativa. Também trabalhou como correspondente do Jornal do Brasil, no Acre.

Antonio Marmo, também ex-frei e acadêmico de jornalismo na Cásper Líbero, contemporâneo de Silvio Martinello, contribuiu à distância com *Varadouro* e passava as férias dos jornais em que trabalhou (*Gazeta Mercantil* e *Folha de São Paulo*), na redação do jornal em *Rio Branco*. Antonio, Silvio e Elson formavam o trio de jornalistas profissionais do jornal das selvas. Elson conta:

(...) quando a gente começou a conversar, eu, João Maia, D. Moacir (...) a gente trocava idéias e discutia a possibilidade de criar um jornal pra veicular essas denúncias em nível local, pra informar à população regional; porque a gente fazia no jornal do Sul e chegava um ou outro exemplar aqui. A gente não dava retorno (...) E as versões mentirosas continuavam na imprensa local. (E1)

Os demais, nada tinham haver com jornalismo até então. Terri Vale de Aquino, antropólogo, mestre pela Universidade de Brasília (UNB), era o único intelectual ente eles e foi determinante no apoio aos movimentos indígenas deflagrado pelo *Varadouro*, tendo assumido o papel de “editor de assuntos indígenas”, de acordo com Elson Martins. Se dizia jornalista aprendiz e produziu grande parte das reportagens sobre a questão indígena publicadas no jornal.

Terri se aproximou do núcleo fundador do jornal após conhecer Elson, quando este, em outubro de 1975, passou a conviver com José Porfírio de Carvalho, representante da Ajudância da Funai no Acre, o qual considerava uma fonte de informação para as reportagens que enviava para o Estadão. Porfírio andava irritado como desempenho de um antropólogo, Terri Vale de Aquino, enviado ao rio Tarauacá, para fazer um levantamento sobre a situação de índios na região e estava decidido a demiti-lo, principalmente depois que obtivera a informação de que ele passava os dias estirado numa rede. Elson acompanhou Porfírio no seu primeiro contato com Terri:

Aí ele disse: “Vamos ao aeroporto que o filho da puta está chegando agora num aviãozinho, eu mandei buscá-lo e eu acho que já vou demiti-lo”. Aí eu chego lá e vejo saltar aquela

figurinha, o Terri, magrinho e tal. O Carvalho tava querendo instalar a Funai lá no Aeroporto Velho, ficou olhando as instalações enquanto fiquei conversando com o Terri: “Tu és de onde?” “Eu sou daqui do Acre e tal”. Aí começamos a nos identificar, né? Daqui a pouco estávamos nós dois contra o Carvalho. Eu disse: “Você tá é doido, rapaz! O Terri tava arriado numa rede, mas era doente de malária que pegou lá nos altos rios”. Aí foi que o Carvalho chamou o Terri e disse: “Eu tava equivocado. Me deram a informação que você tava lá brincando e não tava fazendo o trabalho”. E foi daí que o Terri foi pro *Varadouro*. O editor de assuntos indígenas (E1).

Por intermédio de Terri, os índios passaram a influenciar na pauta e a trabalhar no acabamento do jornal (montagem), chegando inclusive “a exigir páginas para publicar os conflitos deles”.

A experiência do *Varadouro* foi enriquecedora para todos. Eu era diferente dos outros, porque era, digamos, o único intelectual entre eles. Vinha do mestrado na UNB e tinha começado minhas andanças por essas terras de índio. Fui porque acreditei no projeto, porque era um braço do movimento social e lá dentro conseguimos articular muitas outras mobilizações, como a Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre. Eu fui o repórter da questão indígena, até porque entre todos era o que melhor dominava o assunto e tinha as fontes. Foi lá que a questão indígena começou a ser apresentada para a sociedade acreana e os índios começaram a querer participar. Tinha dias que eu chegava com uns cinco índios para ajudar a montar as folhas do jornal (Terri Vale de Aquino, E2)⁴⁹.

Arquilau de Melo e Castro era estudante de direito e depois advogado, ligado à igreja, se engajou no *Varadouro* ao mesmo tempo em que trabalhava como advogado do movimento social (Contag, Comissão Pastoral da Terra – PT, e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH). Fez carreira na magistratura e veio a se aposentar como desembargador. “Tinha uma farmácia em Cruzeiro do Sul. Eu lia sempre, estava em contato com o pessoal da igreja e conhecia o Alberto, que me apresentou ao grupo”, disse ao O Acre.

Suede Chaves era repórter dos jornais locais e foi recrutado para a redação do *Varadouro*, a partir da sua atuação junto à igreja, chegando a ser membro do Conselho Pastoral da Prelazia Acre e Purus. Silvio introduziu o amigo ao grupo:

Inicialmente, Suede ficou conhecido como o 'aprendiz do Elson', porque trabalhou para o Estado em substituição do jornalista por indicação, e após ser preparado por ele, quando o jornal exigiu que Elson se transferisse para Rondônia. Alberto Furtado disse que conhecia um repórter muito eficiente, jovem e interessado, mas quando foram apresentados, Elson ficou preocupado (Silvio Martinelo, idem).

Elson:

⁴⁹ Esta entrevista será designada como E2.

E foi me apresentar o Suede. Aí foi quando eu vi o Suede: Ele estava usando um sapato “cavalo de aço”, com salto dessa altura, todo almofadinha. Eu pensei: daí não vai sair nada, até pra andar com esse sapato é uma dificuldade (risos). Mesmo assim eu dei pautas e ele trabalhou umas matérias e me mostrou. Não serviram pro *Estadão*, mas acabou no *Varadouro* (*ibidem*).

Depois de 15 dias em Porto Velho, Elson achou a 'cidade um horror', abriu mão da vaga e decidiu ficar no Acre, convidando Suede a integrar a redação do *Varadouro*, cuja participação é marcada por uma singularidade:

O único repórter remunerado era o Suede porque a equipe se apiedou da situação dele. Era cheio de meninos para criar (cinco), desempregado, apesar dele se trajar bem... (risos) Mas o Alberto Furtado e o Arquilau conheciam bem a penúria do Suede. Aí numa reunião ficou estabelecido um pequeno salário pra ele (Elson, E5).

Célia Pedrina era a mulher mais participativa nesse núcleo fundador do *Varadouro*, assumindo posições diversas, vide que não tinha especialidade como os outros membros do jornal, da pauta à distribuição. Sua motivação era exclusivamente a da mobilização, da crítica social e do alinhamento ideológico. Assim como Terri, foi por meio de Elson que ela não apenas se aproximou do *Varadouro*, mas também passou a viver no Acre.

Eles se conheceram em São Paulo, quando Elson foi à cidade para receber o prêmio Esso de Jornalismo com uma matéria sobre “super-funcionários”, que abordava os excessos na folha de pagamentos dos governos. A matéria foi feita por todos os correspondentes do *Estadão*, que resolveu premiar três deles, estando o jornalista acreano entre os mesmos.

Enquanto estive na capital paulista, Elson levou uma carta para Rosa Maria Carcelen, namorada de Luís Carvalho. Ela apareceu no hotel acompanhada de Célia Pedrina e iniciou-se uma nova amizade que renderia inesperados frutos.

Nós fomos beber cerveja, ficou aquele papo intelectualizado, eu contando sobre o conflito no Acre. Aí a Célia disse: eu vou pra lá, não agüento mais isso aqui. Eu disse: vai lá pra casa, não tem problema. Mas eu disse só porque tinha tomado umas cervejas, não pensei que ela viesse. (risos). Uma semana depois vi chegar a minha casa uma mulher com um vestido que ia até às sandálias, aquela paulistana esquisita, com uma sacola. Era a Célia Pedrina. Eu chamei a Jalva, minha mulher, e disse: olha, essa mulher veio para morar aqui em casa. Foi difícil, porque a Célia era toda paulistana, no vestir, nos hábitos, e a Jalva estranhava pra caramba. Mas a Célia teve uma capacidade de assimilação do Acre enorme. De repente ela foi trocando de roupa, colocando blusão, calçando um tênis, e foi figura fundamental no *Varadouro*. Já entrou como sócia, né? (risos) (Elson Martins, E1).

Célia Pedrina liderou a organização dos professores do Acre em torno da sua associação e a radicalização do movimento com as primeiras greves gerais da categoria no Acre, como a adesão à Greve Nacional dos Professores em dezembro de 1979 (*Varadouro*, ed. 17, p. 2, dezembro de 1979).

Elas eram lideranças e eu, porque depois do *Varadouro*... enquanto eu fazia o *Varadouro*, por eu não ser jornalista, o que eu podia ser no Acre era ser professora, né? E por ser professora eu entrei numa assembléia e saí presidente da Associação dos Professores no Acre. Fiz a primeira greve dos professores em todo Estado, aí eu fui ter outras utilidades, começo a fincar meu pé no Acre. Fui pra organização dos movimentos sociais, do PT. Se eu sou o que sou hoje é porque eu devo para o *Varadouro* os primeiros passos, só que depois eu fui pro movimento (E3).

A impressão do jornal era articulação coletiva, com intenção a superar uma série de restrições ao jornal alternativo, estado sob responsabilidade de Luiz Carvalho. “Quando eu entrei no jornal *Varadouro*, o Elson e o Sílvio já haviam negociado com um representante do governo pra fazer a impressão no SERDA (antigo serviço oficial de divulgação), quando surgiu o problema do chumbo pra linotipo e precisou de grana. Disseram: Luís, tu tens que ir ao D. Moacyr e assinar um recibo, pegar uma grana enquanto o Abraham vai ter que mandar buscar o chumbo em São Paulo. Aí foi quando surgiu a idéia de criar e legalizar a empresa, pra regularizar a compra do chumbo e fazer o número zero do jornal”, relata.

Tão citado na fala de seus companheiros, Alberto Furtado era o encarregado pela difusão e publicidade de *Varadouro*, tendo, inúmeras vezes, carregado edições do jornal nas costas para vender nas ruas de *Rio Branco*, de bar em bar, de mesa em mesa, a cada pedestre, onde quer que fosse.

A primeira reunião foi na casa do Elson. Eu tinha sido convidado porque trabalhava com uma banca de revista ali na frente do Cine *Rio Branco*. O Elson me convidou para a reunião, depois para ser o responsável pela distribuição do jornal. Teve a constituição da empresa e já me associaram também. (risos) Eram sete sócios: Elson, Sílvio, Luís, Abraham, eu, Arquilau e a Célia (Pedrina)

Figurou também como gerente administrativo, em parceria com Abraham Farhat, o popular Lhé, fundador do PT no Acre e ativista de movimentos populares de resistência.

Já Toinho não chegou a se formar porque entrou para o movimento estudantil, uma facção do movimento de esquerda que era chamado Organização Socialista Internacionalista (OSI), um grupo trotskista que era forte em São Paulo, conhecido como “Liberdade de luta” no momento estudantil ou pelo apelido de *Libelu*, um apelido depreciativo, mas, que foi assumido pelo grupo. Tinha entrado para esse agrupamento quando morava em Brasília e quando veio para Acre, formei um grupo aqui. A liderança principal aqui nesse grupo era o Antonio Manuel, que também chegou a trabalhar no jornal *Rio Branco*, esporadicamente, porque era um bom escritor.

Quando voltou para morar no Acre, no final de 80, estava desligado do grupo por questão de indisciplina pessoal. Faltava reunião, não vendia jornais, era muito desorganizado. Chegou ao Acre, como ele mesmo afirma, sem profissão, no final do ano de 1980. Começou no jornal *Rio Branco* no final do mesmo ano e, em 1981, já assinava uma coluna. Foi para o *Varadouro* e, depois disso, voltou ao *Rio Branco* no final de 1983. Nessa fase, acontece a mudança no jornal, quando o pessoal do *Varadouro* vai fazer ‘*A Gazeta*’ e a imprensa diária começa a tratar dos mesmos assuntos e quase com a mesma liberdade que a imprensa alternativa tratava.

Ao chegar ao Acre, aliou-se ao pessoal do PT, pois tinha no histórico a participação na articulação no Rio (pelas Diretas Já). Se ‘enturmou’, era trotskista, tinha uma militância de esquerda radical. No movimento político, estreitou laços com estudantes da Universidade Federal do Acre (Ufac), com um discurso diferente do tradicional, reconhecendo a importância histórica de categorias entre os trabalhadores rurais e liderando novas organizações que surgiam.

No jornal *Rio Branco*, fez uma coluna especializada em cultura, comentando livros, peças de teatro, pois havia uma movimentação cultural muito intensa no final da década de 1970, começo dos 1980. Essa identificação pessoal de Toinho com os movimentos culturais o tornaram mais próximo dos artistas do que de políticos, como ele mesmo reconhece:

Isso trazia certa indisciplina, isso era motivo de tensão porque o movimento cultural é por natureza indisciplinado, movedor de limites anárquico, sem falar que bebíamos muita cachaça, fumávamos muita maconha, tínhamos uma vida bastante incompatível com hábitos mais conservadores do que os militantes políticos, que eram mais conservadores. Essa tensão existia e eu fazia parte de um grupo diferente do que era da Marina, do Binho que era o grupo que incluía Chico Mendes, do PRT – Partido Revolucionário Comunista, uma dissidência do PC do B, dissidência da ‘Ala vermelha’ que era uma dissidência do PC do B ligada ao José Genuíno, que fez uma crítica diferente da Guerrilha do Araguaia e passou a adotar posição mais definidas, embora parecessem menos radicais porque faziam uma crítica muito severa à chamada luta armada. Mas eles tinham um alinhamento um pouco mais à esquerda, um grupo que entrou pro PT e passou a ter nesse grupo mais à

esquerda dentro do PT, mas que foi transitando. Não eram tão radicais quanto os petistas e dialogavam muito com o centro e o centro-esquerda, tanto é que o Genuíno passou a fazer parte da grande articulação petista que dominava e ainda domina o PT. A Marina o Binho faziam parte desse grupo. Eu era do grupo dos petistas, a gente não tinha muito relacionamento (E4).

Para o jornalista, esse foi o momento do fortalecimento do grupo que, mais tarde, formularia uma ampla organização política, baseada no conceito da vida em harmonia com o meio ambiente e da negação dos modelos desenvolvimentistas propostos pelos governos. Apesar de ser construída, essa formação se deu em bases consistentes, com a identificação da cultura extrativista, na qual a categoria referencial é o seringueiro. Esta categoria surge como a estruturante porque era a principal atividade monetarizada no período e comum em toda a região, também compreendendo agricultores, pescadores, ribeirinhos, e outras categorias.

Ao eleger as bases do movimento, a identificação do grupo estava posta. O passo fundamental para a mudança do movimento social para as esferas do poder podia ser tomado desde que houvesse quadros suficientemente preparados para um novo modelo de governança, com objetivos de mudar o *status quo* vigente. Também era preciso iniciar um diálogo com as outras camadas da sociedade acreana, com uma história política recente e de dimensões de proximidade entre as famílias mais tradicionais. A aproximação com políticos de centro-esquerda e centro foi a saída encontrada, levando à fundação do movimento que alçou o engenheiro-florestal Jorge Viana a prefeito de *Rio Branco* e, posteriormente, a governador. Ao mesmo tempo, elegeram-se senadores, deputados federais e estaduais, além de vereadores.

Depois do *Rio Branco*, Elson convidou Toinho para o jornal *Gazeta* do Acre, onde ficou até 1983, quando Nabor Júnior assumiu o governo, e Elson e Silvio foram trabalhar no *Folha do Acre*, jornal de Mário Maia, eleito senador da República. A equipe formada não incluía Toinho, que voltou para o jornal *Rio Branco* e iniciou a coluna ‘O espírito da coisa’, um grande sucesso na imprensa nesse período de 93, sustentada até 95. Depois, começou outra coluna chamada ‘A coisa em si’. Logo, esse foi um período entre idas e vindas, várias demissões do jornal *Rio Branco*, por ter conflitos com todos os chefes do governo.

Porém, até pela própria experiência no jornalismo acreano no período pós-*Varadouro*, Toinho acredita que a fase de liberdade de expressão no jornalismo no Acre, mesmo com as demissões, se deu influenciada pelo sucesso editorial do *Varadouro*, tendo como principal herança, a linguagem empregada no jornal.

(...) ele arrombou um pouco essas convenções que predominavam na imprensa, que tinham uma linguagem muito formalizada, superficial, um tipo de redação num estilo muito antigo. Acho que o trabalho do *Varadouro* trouxe maior liberdade de expressão, de opinião pra imprensa e, eu acho que, na continuidade desse trabalho a minha coluna no jornal *Rio Branco* promoveu uma avacalhão dos formalismos na linguagem na imprensa. Com essas experiências de liberdade, as pessoas se sentiam encorajadas a falar mais e escrevessem com experimentações de estilos que fugiam completamente da linguagem muito padronizada. Mais experimentalismo, formatos diferentes de colunas, de sessões e uma relação bastante íntima com os leitores, mesmo porque, no *Rio Branco*, era ainda que a resposta imediata. A gente encontrava com as pessoas nos dias seguintes e elas vinham comentar o que a gente tinha escrito nos jornais. A pessoa que era mal atendida no hospital, ia e denunciava (E4).

Toinho reconhece no *Varadouro*, um papel importante nesse processo de conquistas. O jornal cobria e participava da polêmica. Publicava artigo dos líderes defendendo suas posições. O jornal, a imprensa, era no meio da disputa. Exemplo dessa participação foi a eleição para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Acre, com a ‘Seringueira’ e Refazendo, uma época que as duas chapas despontaram na eleição. Uma era encabeçada pelo Marcos Afonso e uma, pela Marina Silva. Nessa época, os líderes estudantis, Marina, Carioca, Marcos Afonso, constituíram as principais lideranças políticas do Estado, liderança de conquista de liberdade, espaço pra expor opinião.

Um fato provocou uma ruptura na vida de Toinho. No começo de 1983, afastou-se da militância política mais intensa. Saiu da organização petista e ficou sem nenhum alinhamento político, independente. Final de 83, início de 84, passou por um processo de conversão religiosa, convertendo-se ao Santo Daime, no Centro de Iluminação Cristã - Alto Santo. A partir de então, passou a se concentrar em atividades voltadas aos movimentos sociais, quando iniciou trabalhos com Terri Vale de Aquino, que conhecera ainda estudante, mas tornou-se amigo nas atividades de luta:

Mantinha minha coluna no jornal, mantinha a política como assunto permanente nos meus textos, mas a militância ficou meio distante pra mim, o próprio ambiente partidário era algo que não tinha mais muito sentido pra mim. Mas, de qualquer maneira, esse afastamento coincidiu com o trabalho das entidades não governamentais. Passei a trabalhar com a Comissão Pró-Índio com o *Terri* e mais tarde, com CTA, com o Binho. Eu também reconheci que, entre os grupos que compunham o PT, o pessoal do PRT foi aquele que mais acertou na incorporação de setores dos trabalhadores rurais, o pessoal que se aproximou do Chico Mendes, enquanto os outros grupos se dedicaram mais a conquistar lideranças urbanas. O PC do B foi forte no sindicato dos bancários, os trotskistas permaneceram em lideranças com políticos, estudantes e professores. Mas o pessoal do PRT, e o fato de Marina e Binho serem professores, buscou aproximação com os seringueiros, com o movimento rural, particularmente com seringueiros e o pessoal da igreja, que tinha uma articulação grande com trabalhadores rurais, mais com agricultores (E4).

Também motivado por amizades foi que toinho voltou ao movimento político, participando da articulação da Frente Popular do Acre (FPA), liderada pelo PT, que mais tarde, ganharia as eleições para a prefeitura de *Rio Branco*, e para o Governo do Acre. Entretanto, a permanência no poder mudou a visão do jornalista sobre o próprio movimento.

Para ele, a governança ‘não somente está em crise, como é a crise’. Toinho usa o setor da comunicação pública do Estado e a imprensa local para exemplificar a crise. Para os governos atuais, a imprensa não é tratada como uma questão de Comunicação, espaço de diálogos entre os diversos setores da sociedade, mas como um problema político, em que o diálogo é cerceado. Ao manter um sistema falido, uma vez que os jornais de circulação diária não cumprem o dever de informar, mas de divulgar, o governo manteria uma rede de corrupção ativa e passiva. Os veículos de comunicação que recebem recursos de publicidade do governo serviriam de canais de distribuição desses recursos para finalidades privadas.

Analisando o contexto histórico, não apenas do *Varadouro*, mas da imprensa no Acre, Toinho concorda com Elson quanto aos motivos que levaram ao fim do *Varadouro*. Além da mudança na pauta, com a abertura dos outros jornais aos temas do campo, a essa altura, com Elson e Silvio trabalhando no *A Gazeta*, o *Varadouro*, como toda imprensa alternativa nesse período, ficou numa espécie de limbo, porque a imprensa diária cobria os eventos com a mesma qualidade. Outros diferenciais aos jornais foram surgindo. O segundo caderno nos jornais, com matérias de cultura. O jornal *O Rio Branco* passou a fazer o “Contexto Cultural”, com Clodomir Monteiro, por exemplo. Então, a imprensa diária começou a ter uma abertura e o *Varadouro* foi perdendo a pauta.

Entretanto, Toinho observa que o controle político feito pela ditadura no período do *Varadouro* foi substituído pelo controle econômico. A gravidade das relações econômicas que permeiam a imprensa talvez sejam mais críticos do que naquele período, devido à grande aproximação entre as corporações de mídia e as estratégias governamentais de comunicação, a ponto de criar um cenário mais favorável a uma nova imprensa alternativa.

Toinho acredita que começa a haver mais espaço para experiências como as de *Varadouro*, senão impressas, na Internet, espaço ainda não totalmente ou aparentemente dominado comercialmente, ainda oferecendo espaços para a criação de novos instrumentos de luta.

2.3 Publicação e Distribuição

A participação desses novos “jornalistas” no *Varadouro* fortaleceu e consolidou a proposta do jornal das selvas, de informar o público em geral sobre a violência no campo – pois esses, em sua maioria, não tinham acesso aos jornais que circulavam no sul do país, no qual eram publicadas as matérias dos correspondentes – Elson e Silvio. Buscava-se pôr fim ao silêncio imposto em torno do movimento de resistência de trabalhadores rurais no Acre.

Formada a redação, os principais obstáculos para transpor e colocar essas informações nas ruas eram composição e impressão do jornal. O parque gráfico local era demasiadamente precário, sendo as oficinas dos jornais *O Rio Branco* e do SERDA (imprensa oficial do estado), este já citado, as únicas a poder fazer o trabalho: composição a quente e impressão tipográfica. Nem volume de papel suficiente havia para atender as necessidades do jornal.

Elson Martins relata, em artigo, a agonia que envolveu a impressão da terceira edição do jornal das selvas:

O *Varadouro* nº 3 (encartado nessa edição) circulou em agosto de 1977 após enfrentar novas dificuldades com a impressão. O empresário Luiz Tourinho, por exemplo, fechou a cara e a gráfica quando viu o conteúdo do jornal. Foi necessário acionar a rede dos nanicos, que indicou as oficinas PAT – Publicações e Assistência Técnica LTDA, de São Paulo. Impresso em off-set, o jornal ficou mais limpo e bonito, sem custos adicionais, mesmo incluindo o frete daquela lonjura (O Acre, nº3, 1997, pág. 14).

A distribuição do jornal era feita, além de Alberto Furtado, pela Delegacia da Contag no Acre, que fazia chegar aos sindicatos rurais, e assim, à população regional – “o público escolhido pelo *Varadouro*”. A Igreja enviava um bom número de exemplares para as CEB’s e as paróquias. Mas como um dos propósitos do jornal era ampliar o debate sobre os “conflitos” nos seringais, havia uma “batalha” por espaço nas bancas de jornal da cidade e pela conquista de novos leitores.

O responsável por essa distribuição era Alberto Furtado, que tinha o apoio mais direto de Lhé, o administrador. Ele deu o seguinte depoimento em *Jornalismo Alternativo na Amazônia Ocidental*.

(...) Juntei uns dez meninos para vender o jornal na rua. A meninada não tinha experiência, era só voltando com os jornais para entregar. Eu fiquei mais assustado ainda. Quando foi à tarde eu coloquei os jornais nas costas e fui lá para a universidade e fiquei oferecendo lá dentro. Fiquei lá até às dez horas da noite e consegui vender uma quantia razoável. No dia seguinte, eu resolvi vender na rua mesmo. Vou dizer uma coisa pra vocês: tive medo que o

jornal não tivesse seqüência porque naquele momento eu não estava conseguindo vender. Eu encontrei o Luís e o Silvio na rua e eles me deram uma força danada. Aí eu me tornei vendedor de jornal. Entrava em todos os botecos, escolas e repartições, nem queria nem saber se o pessoal não comprasse. Rapaz, quando eu comecei a ver a quantidade de jornais diminuir, eu me animei. E ainda, Silveira: Era impressionante no dia que saía, a cidade parava, sabe? Eram todas as categorias lendo o jornal. Parecia assim, que o povo estava esperando há muitos anos que surgisse alguém, um órgão pra dizer aquelas coisas que estavam entaladas na garganta de todo mundo (SOBRINHO, 2002, p. 158).

As tiragens do jornal foram crescendo de edição para edição. As redes articuladas pelos sindicatos e CEB's consumiam dois mil exemplares, juntas, e o jornal chegou a circular por várias cidades fora do Acre, como Porto Velho, Belém, Macapá e Manaus, no Norte; Brasília, no Centro-Oeste; Recife, no Nordeste; Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste. Algumas edições chegaram a 5 e 7 mil exemplares, superando em muito a tiragem dos demais jornais de *Rio Branco*, de pouco mais de 300 exemplares diários.

Capítulo III

3. Jornalismo de seringal: categorias, temas e problemas

O índio, o seringueiro e o colono tiveram maior atenção do *Varadouro*, assim como os temas a eles relacionados: questão indígena, meio ambiente e da terra, coerente com sua linha editorial de apoiar as lutas dos que chamava de “pobres do Acre”.

Inicialmente, consideramos importante volta ao quadro demonstrativo que periodiza as publicações, identificado as respectivas manchetes dos jornais, que demonstram a hierarquia dos temas apresentados:

Tabela II – Quadro resumo de edições

Identificação	Data	Manchete
Ano I – n.1	Mai de 1977	“Índios do Acre”
Ano I – n.2	Junho de 1977	“O Acre nos jornais antigos”
Ano I – n.3	Agosto de 1977	“Terra - a briga para ser dono”
Ano I – n.4	Setembro de 1977	“Centenário de migração nordestina para o Acre”
Ano I – n.5	Novembro de 1977	“Caeté – onde se vive apenas 20 anos”
Ano I- n. 6	Dezembro de 1977	“Prostituição – Acre”
Ano I- n. 7	Fevereiro de 1978	“Nóis queria um governador que olhasse pra nossa miséria”
Ano I- n. 8	Março de 1978	“Amazônia ameaçada”
Ano I- n. 9	Mai de 1978	“Índio sabe falar sim”
Ano I- n. 10	Junho de 1978	“Trabalhadores, se a gente se unir numa boca só...”
Ano II- n. 11	Agosto de 1978	“Lavadeiras: as patroas vão ter de pagar mais”
Ano II- n. 12	Setembro de 1978	“A quem serve a justiça acreana”
Ano II- n. 13	Dezembro de 1978	“MDB ganha mas não leva”
Ano II- n. 14	Março de 1979	“O Acre corre sérios riscos”
Ano II- n. 15	Junho de 1979	“Os seringueiros precisam gritar bem alto e todos juntos”

Ano II- n. 16	Outubro de 1979	“O grande mutirão contra a jagunçada”
Ano II- n. 17	Dezembro de 1979	“Um retrato do Acre”
Ano II- n. 18	Março de 1980	“Violência está aumentando no Acre”
Ano II- n. 19	Maio de 1980	“Os novos donos do Acre”
Ano IV- n. 20	Abril de 1981	“Bairro João Eduardo”
Ano IV- n.21	Maio de 1981	“Panela no fogo, barriga vazia”
Ano IV- n.22	Junho/Julho de 1981	“Seringueiro defende seu chão”
Ano IV- n.23	Agosto/Setembro de 1981	“Onde há terra para viver?”
Ano IV- n.24	Dezembro de 1981	“Maconha: ilusão ou busca”

Percebe-se, a partir da exposição no quadro, a divisão do jornal em três períodos. A primeira fase compreende as publicações do Ano I, com dez edições; a segunda, Ano II, com nove edições; e a terceira, Ano IV, com cinco – que corresponde ao período em que a publicação do jornal foi escassa, devido a problemas editoriais, com a saída de alguns dos membros do núcleo fundador, e financeiros, com a retirada do apoio da igreja, devido a motivos que trataremos à frente.

A análise dos jornais indica que o *Varadouro* privilegiou três categorias centrais como preferenciais à cobertura: **índios, seringueiros e colonos**, aos quais reconhecia como “povos tradicionais do Acre”. Esta tradição era reivindicada por esses grupos como reivindicação contemporânea e como direito envolucrado em formas de autodefinição coletiva (Shiraishi, 2006). Diametralmente, apontava como fundamentais três principais temas: **terra, meio ambiente e a questão indígena**.

Foi a partir dos eventos ocorridos nos seringais acreanos, aos poucos transformados em fazendas, que começou a se desenvolver um novo discurso de união entre os moradores da região, enquanto “povos” ou comunidades “tradicionais”, que mesmo sendo heterogêneas materialmente reconheceram nessa situação específica uma forma de existirem conjuntamente sob a tutela da “identidade” dos “povos da floresta”, os “pobres do Acre”, procurando afirmar o Acre, na Amazônia, contra o Sul desenvolvido.

O princípio dessa cobertura foi à distinção entre os grupos sociais que compunham os povos tradicionais acreanos, que tinham modos de vida diferentes, porém eram pequenas e auto-suficientes - sabiam onde começavam e onde terminavam suas comunidades e faziam uso dos recursos naturais da floresta -. Então, mesmo distintas entre si, estavam envolvidos por um sistema maior, a Floresta, que dava a eles a “identidade” das “comunidades”.

A partir desse entendimento, a “identidade comunitária” foi o argumento mais utilizado para definir a distinção entre os povos locais e os grupos que chegavam, para

“explorar” a Amazônia. Com muita clareza, o jornal afirmava que índios, seringueiros e colonos eram as categorias tradicionais da região; e que “paulistas” eram retirantes, invasores e assassinos.

É necessário explicar que estas categorias principais envolviam outras, como pequeno agricultor, pescador, caçador. O seringueiro e o índio também eram posseiros e pequenos agricultores; assim como o posseiro, que também era seringueiro.

O jornal trabalhou cada uma dessas categorias e os temas ao quais estavam inseridos, porém, sem deixar de fazer entender que todos estavam relacionados, devido à sua relação de uso dos recursos naturais. Por essa relação, a defesa da preservação da floresta, aliada ao direito à posse da terra das comunidades locais e do estabelecimento de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento sustentado da região, foram a bandeira do *Varadouro*.

O jornal percebeu a transformação nas divisões do trabalho, numa acelerada mudança da economia extrativista para a agropecuária, que fazia o Acre ganhar contornos de reserva de mão-de-obra, fornecedor de matérias-primas e mercado de consumo para o mercado do Sul.

Delineou traços identificadores da região: a floresta, a pobreza, a secura (ou a decadência da borracha), a linguagem. Foi por muitas vezes, muito rica da descrição do cenário regional, captando a diversidade, a dinâmica da região, além da história social e econômica do Acre, nunca fora de um contexto regionalista, voltado para o que desde então chamou de “desenvolvimento sustentável”.

Região se explica como um conceito que, fundado sobre um critério territorial – espaço e físico, portanto – inclui um plano simbólico (Penna, 1992); um espaço (não institucionalizado com o Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (Costa, 1988, apud Penna).

Porém, já que havia “povos oprimidos”, havia então “opressores”, neste caso, a categoria “patrão”, constantemente tratada de forma pejorativa e adjetivada, principalmente, com o termo “paulista”. Os “paulistas” representavam os grupos que compunham a frente de expansão agroextrativista; os quais, de acordo com o jornal, mantinham estreitas relações com autoridades e às “elites” locais, por isso, “expulsavam os seringueiros de suas terras”, “roubavam” e “matavam” impunemente. Em alguns

casos, a palavra “bandeirante” também foi usada. Porém, os “paulistas” não eram apenas os patrões, mas era também o “capataz”, o “pistoleiro”, o “matador”.

O tratamento dado a essas categorias reforça a teoria da identidade comunitária reconhecida e trabalhada pelo jornal em seu contexto. Uma vez não sendo “acreanos de origem”, aqueles que vinham de outras regiões para o Estado para investir em agronegócio, em qualquer situação, eram tratados como “paulistas”.

Por essa interpretação, a identidade regional foi fator de distinção no campo das interações sociais no Acre, de acordo com a realidade apresentada pelo *Varadouro*. Enquanto os “povos tradicionais do Acre” estavam sujeitos às injustiças das ações políticas objetivas promovidas pelo governo militar, eram os “paulistas” que efetivavam essas ações, “sem o menor respeito” por aqueles que “são os donos da terra”.

Porém, o *Varadouro* sabia que a maior parte dos “paulistas” não pertencia às elites paulistas, então região industrializada e capitalista, portanto, individualista. A maior parte desses “paulistas” era tão pobres quanto aqueles que ameaçavam e chegaram ao Acre em busca de emprego, que supostamente haviam sido criados pelo fenômeno do desenvolvimento promovido pela Operação Amazônia. Em subempregos, estes homens, de acordo com análise do jornal, “fariam qualquer coisa” para sobreviver. Estavam armados e agiam sob a “tutela do estado”.

A partir do fluxo migratório e dos eventos envolvendo “paulistas” registrados nas matérias, o jornal demonstrou que a Operação Amazônia, assim como muitas das políticas públicas voltadas para a região, não tinham objetivos de garantir emprego e renda para os povos locais; mas sim a uma massa de excluídos de regiões com maior concentração de capital e, conseqüentemente, de renda. Os retirantes “paulistas” no Acre são descritos no jornal como categoria resultante de uma ação equivocada do Estado/nação, que atraiu os excluídos e marginalizados de outras regiões para “trazer” o tão sonhado “desenvolvimento”.

Este “desenvolvimento” o *Varadouro*, aliás, invariavelmente negado pelo jornal, e atuando no sentido de provocar uma discussão crítica sobre a questão, sugerindo, já em 1977, que o Acre podia ser percussor de um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, este “sustentado” e “que atendesse as necessidades dos povos tradicionais”.

No conjunto das edições retratou um período de transformação do ponto de vista dos pobres e em seu próprio tempo, nos dando uma visão ampla sobre o Acre da década de 1970 e nos alertando sobre nossas escolhas. O *Varadouro* fez a sua; não desconsiderou as desigualdades que persistem, de fato, no espaço acreano, mas optou

por evidenciar que a expansão do capitalismo na região não implica na homogeneização do espaço, mas sim na articulação de diferenças, com base nas fontes concretas da diferenciação.

Clodovis Boff (Ed. 10, 6/78, pág.2) enfatizou em sua carta que o trabalho feito pelo *Varadouro* atingia diretamente a população acreana: “É o povo que está em jogo”. O jornal das selvas foi determinante no despertar da consciência social da população, principalmente entre pobres, seu principal público e ao qual o jornal chegava com o apoio das Ceb’s e da Contag.

Ao fortalecer esse movimento que encontrou na Identidade o modo de organização política e social do grupo, o *Varadouro* foi além das funções tradicionais do Jornalismo, em sua missão de “informar as massas”, mas cumpriu reconhecidamente seu papel de jornalismo alternativo e de interesse público.

3.1 A primeira fase – A influência da igreja

No primeiro ano, durante o qual foram publicadas as edições de número 1 a 10, a relação de homogeneidade entre os diferentes grupos sociais representados no *Varadouro* ocorria a partir de denominações como: “homem da Amazônia”, “peão”, “mão-de-obra”. Nesse mesmo período, a diferenciação se dava na origem das pessoas que compunham as categorias, a exemplo do nordestino que se transformou em seringueiro, passando de ‘homem da seca para homem do rio’. O movimento era individual, focalizado entre grupos organizados por colocação ou seringal.

Os principais temas abordados no jornal tinham ligação direta com seus sujeitos sociais, estando em consonância com as reivindicações contextuais desses grupos. É importante compreender que nenhuma dessas questões estava isolada em seu próprio contexto, mas sua complexidade levava a um diálogo tácito entre os temas. Por exemplo, a questão ambiental, interpretada enquanto questão ecológica, estava relacionada à questão indígena e à da terra.

Ainda nas edições do primeiro ano, vemos uma reconstrução das imagens de índios, seringueiros e colonos, os “povos da floresta”: “índio sabe falar sim”, “tem direito a terra”, “trabalhadores rurais têm direitos”; assim com se questionava o modelo desenvolvimentista, provocando a discussão: “procura-se um modelo acreano, mas que respeite o homem e a floresta”, “é preciso delimitar as terras indígenas e dar a posse aos seringueiros”.

Elson Martins tinha a preocupação de cobrir os fatos que aconteciam no campo, em matérias detalhadas no *Varadouro* e no Estadão. A isso também está relacionado, o fato dele ter privilegiado, enquanto preferenciais, as edições número 1 e 5, sobre índios e sobre a vida dos seringueiros, respectivamente. A matéria com foco aos povos indígenas chocou Elson, que, emocionado com o relato de vida dos índios Caxinawás, fez uma xilogravura para a capa do jornal, copiando uma fotografia, em homenagem.

Percebe-se na fala do jornalista, uma tentativa de análise sobre sua própria posição no que classifica como resistência. Para ele, sua história de vida está associada à “história da borracha”, por isso, tamanho identificação com os seringueiros, índios, colonos, posseiros e ribeirinhos. Ao mesmo tempo, ao acionar sua própria história para justificar a participação no jornal, Elson denuncia o elemento referencial na sua associação de luta, como identificada os indivíduos com os quais compartilharia seus ideais.

(...) Acho que pela a minha disposição, pelo meu sentimento, e pelas pessoas que foram se juntando pra ajudar, pessoas expulsas, jovens que as famílias já tinham vindo do seringal, e pessoas que estavam entrando nas universidades, pesquisadores que vinham o Acre atraído pela difamação de recursos, que tava surgindo um sindicato forte de seringueiros, eles queriam ver como é que é isso para fazer tese, como foi o caso da Mari Allegretti, os índios mobilizados. Então, nós começamos a dar também esse tom de resgate da cultura extrativista e da valorização, começamos a contar a história da borracha (...) (E1)

O nicho de resistência no *Varadouro* acionou, especialmente, as **categorias seringueiro e seringal** como elementos referenciais aos pobres do Acre, tendo organizado toda a cobertura do jornal, tanto em sua primeira quanto na segunda fase. Para ele, os seringueiros construíram um modelo de sociedade dentro da floresta, que acabou avançando para uma dimensão amazônica. Ao reconhecer que o seringueiro era o homem da região, com direitos naturais e adquiridos, defenderam o extrativismo, representado pelo seringal, como o modelo econômico que melhor compreendia as relações humanas e dimensão monetário, portanto, que merecia investimentos governamentais, em oposição ao grande latifúndio, as fazendas.

Nesse período, é notória a influência da igreja na produção do jornal, enquanto fonte de informação para as matérias e como instituição apoiadora do movimento social, que influenciava na escolha “quase que religiosa” na abordagem dos temas. Caso exemplar desse conflito foi a edição

O público do *Varadouro*, para Elson, era um público com o pé no seringal. O povo da cidade o jornal queria convencer de que a ameaça que estava acontecendo dentro dos seringueiros era uma ameaça a todos que dependiam dessa cultura da sociedade da floresta. Também parece ser importante para Elson, que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, tanto do Acre, quanto, mas, especialmente, de outros estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, reconhecessem *Varadouro* como referência no contexto da resistência. Muitos deles, dependendo da proximidade com o jornal, participavam de reuniões de pauta.

Um aspecto importante na fala de Elson é sobre a participação na discussão do jornal de representantes dos movimentos sociais, em uma organização que permitia fala de todos os que permaneciam na reunião de pauta, na qual se discutiam os temas a serem abordados pelo jornal. Para permitir a participação de todos os interessados e garantir que cada um desse sua contribuição, Elson e Silvio, os diretores de redação, formavam grupos para a produção de reportagens. Entretanto, com a preocupação crescente com as ameaças do regime político vigente, ninguém assinava as matérias, para a proteção as pessoas. Os diretores terminavam assumindo toda a responsabilidade, com apoio dos sócios da empresa Macauã.

3.2 A segunda fase – Um pensamento sobre a Amazônia

No segundo ano, o *Varadouro* volta sua cobertura para o movimento social organizado em torno dos sindicatos: “fortalecimento dos sindicatos”, “movimento sindical”, “continuar com os empates”, “sindicalismo é a única alternativa dos trabalhadores rurais do Acre”.

A questão política também passa a ser mais evidente na pauta do jornal, figurando como elemento central em algumas edições, que reproduzem a tensão pela qual passava o país com o enfraquecimento dos governos militares e a retomada das discussões pela redemocratização do País, com críticas os partidos existentes e um discurso emergente pela fundação de novos partidos, aos quais pudessem estar vinculados os movimentos sociais, notoriamente o Partido dos Trabalhadores (PT).

Nesse contexto, existe a preocupação em formar quadros e eleger representantes do movimento: “é preciso eleger representantes legítimos dos povos do Acre”, “fortalecimento do sindicato”, “maior perspectiva de luta”.

Para Célia Pedrina, o *Varadouro* ganhou importância porque fazia parte da vida das pessoas, principalmente das pessoas organizadas de movimentos, que queriam se

ver; dos que não tinham participado, mas que sabiam que iam falar sobre isso. Para ela, havia um aguardo diferenciado em relação da imprensa de hoje, cujas matérias não motivam os leitores, por apresentar a banalização da informação.

Assim como Elson, ela defende uma natureza diferenciada do *Varadouro*, não porque chamava a participação, mas porque traduzia esse chamamento, pela análise que hoje não tem no jornais. Quando o *Varadouro* propunha um tema, ou ele retratasse ou abrisse espaço para um tema, era um chamamento. Por exemplo, fazia uma reunião com o sindicato dos trabalhadores rurais, o *Varadouro* era discutido porque ali tinha dados, tinha matérias, as matérias tinham dados e informações, que, às vezes, o sindicato podia não ter ou servia como subsídios para avaliação. Ou a matéria era sobre uma reportagem feita no sindicato, aí eles iam avaliar o que saiu. ***O jornal era uma alavanca, um motivador do debate.***

Ela critica a imprensa acreana atual utilizando o Sistema Público de Comunicação, com a TV Aldeia, que, apesar de retransmitida aos 22 municípios, nela não existe a voz do povo, numa fala direta, como em *Varadouro*.

O *Varadouro* tem uma leitura forte, ele é vendido com um resultado de cinco anos de análise, com essa questão do pensar. O jornal passa por uma avaliação, aí quando ele é impresso, é completamente diferente do primeiro momento que você pensou. Eu viajo, vou lá e volto (E3).

Ela reconhece que Chico se tornou um expoente porque era uma liderança que não estava fixado em Xapuri, “ele era líder dos trabalhadores em Boca do Acre, dos trabalhadores rurais onde houvesse”. Aponta que Chico esteve ligado, principalmente, ao movimento de empate, da organização de defesa.

(...) Talvez ele seja o mais forte representante do movimento de resistência à invasão do boi, que é diferente das lavadeiras, que tem um raio de atuação muito menor. Isso porque ele era organizador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos Seringueiros, e os diálogos que ele passa a ter com... (Célia suspende a gravação da entrevista porque não pode falar sobre um dos membros do jornal, com quem teve um longo e proibido relacionamento, que gerou um filha. A entrevistada não pode falar sobre o assunto em função de um acordo com o Vaticano. A fala em off não pode ser transcrita, a pedido da entrevistada (E3).

Célia também parece ter uma visão idílica de si mesma, da pessoa que fundou um partido, no caso, o Partido dos Trabalhadores, com todo o peso histórico e ideológico que organizaram sua vida. Diz que é um vínculo de sangue. Lembra que o

atual presidente da República, Lula, dormiu na casa dela, onde chegou a passar uma semana escondido do governo militar.

São essas relações socialmente construídas que podem justificar a decepção de Célia com o atual governo do presidente Lula. Ela defende o Partido dos Trabalhadores, mas, não as pessoas envolvidas. Diz que, enquanto movimento histórico, o partido errou sim e que vive uma fase de desesperança.

3.3 A terceira fase – Novos varadouros

A última fase do jornal mostra a mudança mais drástica na linha editorial do jornal, passando de temas mais ligados aos conflitos ao campo para os problemas urbanos, como a fome, a formação de novos bairros da cidade de *Rio Branco*, sendo a cidade um espaço referencial a partir do êxodo rural, sendo ocupado por famílias de seringueiros, que tentavam, segundo os textos do jornal, transferir seu modo de vida na floresta para a área urbana, onde surgiam novos problemas a serem compreendidos e enfrentados pelas famílias que chegaram aos ‘bairros de seringueiros’.

Os conflitos de terra são tratados por uma nova perspectiva, desta vez, de uma massa de excluídos em todo o País, que, desesperados, tentam encontrar um lugar para viver. A última edição do jornal traz a discussão sobre a inserção da ‘maconha’ no Santo Daime, religião reconhecida como original à floresta, de acordo com a reportagem publicada. Apesar de ainda estar vinculado à Igreja Católica no Acre, o jornal esteve aberto a discutir ‘as novas religiões’ no decorrer de sua trajetória.

Elson reconhece que a transição de Toinho Alves, Romerito Aquino e Fátima Almeida de colaboradores para diretores do jornal foi resultado de uma fase de críticas internas, que mostram as diferenças dentro do grupo. As pessoas começaram a dizer: ‘o jornal está se tornando o jornal do Elson e do Silvio’. Sentiram que era preciso mudar a direção. Saíram da condição de editores e depois passaram a ser colaboradores. Aí entra uma turma mais nova, com uma abordagem mais urbana, de comportamento. Há matérias abordando homossexualismos, a doutrina do Santo Daime, entre outros. Assim, assume-se o *Varadouro* enquanto instrumento de ação, que passa de uns para outros, sem perder seu propósito de resistência.

Com o fim da censura aos jornais em 1982 pelo governo militar, Elson acredita que a imprensa alternativa, porque estava fora do eixo oficialista, cumpriu sua missão e fechou as portas, com seus membros retornando aos ‘jornalões’. Dessa fase da imprensa alternativa, Elson reconhece a rede de nanicos como algo fantástico, uma rede informal,

solidaria, que nunca se repetiu ou repetira. A rede fazia o jornal circular por cidades de todo o País, entre exilados no estrangeiro, ao mesmo tempo em que o *Varadouro* circulava os jornais deles no Acre. O *Varadouro*, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, o jornal conseguia distribuir 300 exemplares. As pessoas que se encarregavam de vender, vendiam todos, como mostram as mensagens na sessão de cartas do jornal. O Pasquim, além de ter quem vendia o *Varadouro*, mandavam pacotes de edições do nanico carioca pra vender e ficar com o dinheiro do jornal.

Para o jornalista, o *Varadouro* poderia ter se tornado uma experiência empresarial, situação não considerada na época, porque estava-se focando na criação de um instrumento de luta política e social.

Quando se trata de linguagem, Elson reconhece sua tentativa de priorizar a emoção da fala à racionalidade da palavra escrita. Na matéria sobre o bairro Cidade Nova, ele afirma que tinha uma preocupação de dar uma musicalidade, toque de emoção, que não é preocupação literária, mas um relato amoroso, que puxa pelo lado emotivo e verdadeiro da realidade, da simplicidade. Nesse caso, sugiro que há aspecto literários em *Varadouro* e Elson admite a intensão em ficcionar o texto, mesmo que, em um processo não planejado.

De toda forma, a abordagem dada aos temas e problemas escolhidos pelos membros do jornal como prioritários à cobertura marcam um período em que as informações só estão ali, só podem ser encontradas no jornal, uma leitura exclusiva ao *Varadouro*.

Se houve uma crise interna no *Varadouro*, aconteceu quando o jornal passou a ser criticado demais por ser um jornal do Elson e do Silvio. Esse período corresponde a fase da suspensão das publicações, cada vez mais esparsas, justificadas, convenientemente, por questões financeiras. Quando o jornal retornou a circulação, em 1981, Toinho havia assumido a direção do jornal e era o principal editor.

Alem dele, Marco Antonio, Romerito e Saulo Petean assumiram a nova diretoria. A segunda e ultima fase do *Varadouro* compreende quatro números dos jornal, notoriamente mais voltado para os problemas urbanos.

A primeira edição da segunda fase (Ed. 21, 1981) tinha como matéria de capa o tema do consumo da maconha, ligado ao Santo Daime. Entrevistaram jovens da cidade, sobre o que sentiam e pensavam sobre o uso da maconha. O segundo número falava sobre homossexualismo. De acordo com Toinho, os temas incômodos levaram os

representantes da Igreja Católica a retirar o apoio financeiro e o jornal não tinha mais dinheiro pra circular.

3.4 A questão indígena

A questão indígena foi a que recebeu maior atenção do jornal das selvas, presente em todas as edições, ao menos em nota, e abordado em grandes reportagens em 19 das 24 edições do jornal, do ponto de vista social, étnico e histórico. As fontes eram principalmente antropólogos e índios e índias, jovens e velhos, cujos relatos sobre diversos aspectos da cultura e história indígena se tornaram frequentes no jornal. O jornal sempre apontou as frentes de avanço (pecuária, madeireira), incentivadas pelo governo militar, como “opressoras” e “sanguinárias”, identificando principalmente os “paulistas” na posição de “patrões”, sempre interessados em “invadir”, “expulsar”, “desmatar” e “explorar” a floresta e a “gente que vive nela”.

O jornal chegou a ter um repórter especial para cobrir os conflitos indígenas, o antropólogo e colaborador voluntário Terri Vale de Aquino, que mais tarde passou a ser chamado de Txai Terri (que em Caxinawá é equivalente a amigo Terri) em reconhecimento ao seu compromisso com os povos indígenas.

O tema foi destaque logo na primeira edição do jornal, em maio de 1977, na matéria “Índios”, na qual se reafirmava a existência de índios no Acre, assim como sua capacidade de mobilização social e denunciava o histórico de opressão sofrido por esses povos, humilhados e massacrado por homens brancos (“cariú”).

A atenção que seria dada à questão foi apontada logo no quadro-resumo da edição nº1:

(...) Por entender que sobretudo no Acre o homem branco tem uma dívida muito grande a saldar com os povos indígenas, que sempre procurou massacrar, oprimir e estigmatizar, teimando em negar, consciente ou inconscientemente, os seus valores e sua cultura (Ed.1, 05/77, pág.2).

As matérias publicadas nas primeiras edições do *Varadouro* denunciaram a situação de miséria e abandono dos povos indígenas do Acre, que os levava a condições de semi-escravidão nas fazendas da região.

Na edição nº04 (set. 1977), o jornal publicou matéria embasada no relatório de trabalho para a Ajudância da Fundação Nacional do Índio (Funai), sobre os Caxinawá, ambos produzidos pelo antropólogo Terri Vale de Aquino.

A população de cerca de 900 índios instalada em aldeias nos rio Tarauacá, Muru, Humaitá, Breu, Tejo e Jordão vivia na miséria e em constante tensão com grileiros, dispostos a tomar as terras que ocupavam. O relatório denunciava as fazendas onde os índios eram usados como mão-de-obra escrava, e retratada no *Varadouro*. As denúncias chegaram à CPI do Índio, no Congresso Federal, que acontecia na época.

Em outros casos, ao ser expulsos de suas terras ou optarem por migrar, índios se mudavam para bairros pobres da capital do Estado, *Rio Branco*, onde as mulheres tinham o prostíbulo como destino quase certo, de acordo com matérias do jornal.

O preconceito também foi um aspecto abordado com frequência pelo jornal. Matéria na edição nº5 relatava a visita de um grupo de Poyanawas à cidade de Cruzeiro do Sul, durante o desfile de 73 anos de fundação da cidade, quando foram veementemente vaiados pelo público do evento.

Como demonstração de reprovação de tal ato, parte da matéria foi dedicada a desmistificar a figura de Mâncio Lima, “um dos maiores exterminadores de índio”, retratado como herói no desfile comemorativo.

A matéria trazia muitos relatos de índios que sobreviveram à ocupação e à escravização, quando eram marcados a ferro com as iniciais dos seus “patrões”. Também apresentou opiniões de brancos sobre os índios, cujas opiniões simples relacionadas a direito de existir ou de ser “civilizados” o jornal considerava importantes.

A linha editorial do jornal sugeria que essa era apenas a perpetuação de velhos estigmas, como os ocorridos durante a ocupação do Acre pela expansão extrativista da borracha com o extermínio dos povos indígenas por “heróis civilizadores” e durante as “correrias, a cruzada contra os índios”.

A questão histórico-indígena sempre foi tratada com grande atenção, atingindo seu ápice na edição 21, ao dar “voz aos índios” para contrapor a história oficial, constantemente desqualificada nas páginas do jornal.

A edição dedicou sete páginas à matéria “Índios (ou caboclos) do Acre”, fazendo um resumo da ocupação do Acre pela expansão extrativista da borracha, o extermínio dos povos indígenas pelas “correrias”, denunciando a liderança “sanguinária” de “heróis civilizadores” como Mâncio Lima e Absolon Moreira.

A prática do extrativismo entre povos indígenas também foi um aspecto importante abordado no jornal. Era importante fazer entender que índios também era trabalhadores extrativistas e tinham a produção da borracha como uma das suas

principais atividades econômicas, quando não a única. Havia enorme preocupação quanto à delimitação desordenada de terras indígenas, que poderiam criar conflitos entre pobres: seringueiros e índios.

Porém, além de denunciar e buscar a retratação histórica, o *Varadouro* avançou na discussão na questão indígena, cobrando insistentemente a delimitação das terras indígenas dos Caxinawá, como forma de garantia de território para sobrevivência desse povo, onde poderiam reproduzir sua cultura sem pressão externa.

Nas últimas edições, o *Varadouro* passou a retratar a articulação indígena como movimento, agora composto por índios conscientes de seus direitos e dispostos a lutar por eles, como está demonstrado na Carta Conjunta dos Caxinawás e Kulinás dirigida à Funai, publicada na edição nº19, abril de 1981:

“(...) Funai quer dar três pedaços de terra (...) Nós Culina e Kaxinawá queremos um pedaço tudo junto. (...) Queremos todos juntos de nós estamos em cima da terra para fazendeiro branco não explorar mais. Os brancos falam que índio não tem terras mas se branco entrar nós agora joga fora. Branco já estragou nosso cemitério, nossa terra, derrubou madeira de lei, espantou caça, estragou pirarucu pra urubu comer. (...) Funai vamos dizer para você escutar, vamos demarcar a terra para nós trabalhar. Nós espera terra grande, já começamo o pique. Funai vem logo nós ensina medir terra, assim branco acredita. (...) Será que tu ta com medo de onça ou ta com medo de passar fome? Nós arranja para tu macaxeira banana madura. (...) já começamo o pique de nossa terra, agora nós espera Funai fazer tua parte” (Ed. 19, 05/80, pág.176).

Para o jornal, foi o movimento indígena que articulou e liderou a resistência ao avanço da exploração madeireira e agropecuária do Acre, durante os chamados “anos de chumbo”, articulando o que mais tarde viria ser chamada de Aliança dos Povos da Floresta. Os índios começaram e fortaleceram a resistência à ‘ganância dos paulistas’ e por esse feito, deveriam ser reconhecidos pelos homens brancos.

3.5 A Questão Ambiental

A questão ambiental esteve intimamente relacionada à questão da terra e foi retratada pelo *Varadouro* como um aspecto importante para a reforma agrária, que o jornal começava a exigir das autoridades frente ao avanço das frentes de ocupação das terras acreanas. A defesa da floresta e de suas riquezas naturais foi colocada de modo claro e imprescindível.

O *Varadouro* deu início às discussões sobre um modelo de desenvolvimento sustentado para o Acre enquanto uma questão política e tomou posição logo na primeira edição. Para o jornal, a única alternativa seria um modelo que contemplasse os índios, os seringueiros e os posseiros, seus atores preferenciais.

Logo na primeira edição o jornal publicou matéria denunciando o intenso processo de desmatamento que vinha ocorrendo no interior dos seringais acreanos e apontou este como um dos fatores para a intensificação de conflitos no campo, além do êxodo rural. Como prova das queimadas irregulares que ocorriam, em função do desmate, o jornal apontava a fumaça que cobria a cidade de junho a agosto.

A oposição aos “paulistas” estava sempre explícita nas reportagens, fosse nas observações dos repórteres ou em entrevistas, como nesta frase do Dr. Warwick Keer, na posição de diretor do INPA: “Não podemos permitir que gaúchos, paulistas e outros venham acabar com as florestas da Amazônia. Eles chegam aqui, criam o boi, mandam a carne para a Alemanha e outros países; o dinheiro fica por lá e o homem da Amazônia fica apenas com o “berro do boi”.

Foi assim que o *Varadouro* observou o dilema:

Em outras palavras, o cientista condena aqueles que preconizam e defendem uma política de ocupação da Amazônia baseada apenas em objetos agropecuários, na bovinização, e em vista das exportações, sem levar em conta o desenvolvimento harmônico e em proveito da população local. Todas essas medidas, entretanto, serão inócuas se não houver uma reformulação na política de ocupação da Amazônia. Do contrário, o homem da Amazônia, incluindo o acreano, ficará mesmo apenas com o “berro do boi” (Ed. 1, 5/77, pág. 5).

O jornal fomentava o debate e tentou instigar a participação de todos na discussão, como está demonstrado em uma das primeiras matérias a abordar o tema, na edição nº03:

Atenção leitor. Esta matéria é sobre política no Acre e não chegou a ser elaborada de fato. Ficou somente no esboço, no que se chama na redação de “pauta”. A idéia que surgiu foi a seguinte: Por que não o próprio leitor dar uma mãozinha e refletir num texto, em conclusão, em questões que estão aí abertas, para serem pensadas? A primeira sugestão que serviria de título, seria uma indagação: Qual o modelo? (Ed. 3, 8/77, pág. 16)

A questão ambiental passou a ser interpretada enquanto questão ecológica, do ponto de vista eco-social⁵⁰, ao qual estavam relacionadas a questão indígena e a da terra. A idéia inicial, apesar de não muito clara quanto à estratégia de desenvolvimento e

⁵⁰ Eco-Socialismo/Marxismo tem suas origens no movimento de crítica interna do marxismo clássico no que diz respeito à concepção do mundo natural, principalmente a partir da década de 60. Para os ecomarxistas a visão da natureza para Marx é tida como estática, pois a considera apenas uma virtude da ação transformadora do homem, por meio do processo de trabalho, proporcionando-lhe as condições naturais desse trabalho e o arsenal dos meios de subsistência. Os neomarxistas advertem que os temas do que considera a “ecologia humana” está se tornando a pauta principal do século e é considerada como tal porque milhares de pessoas, além de instituições e organizações, entenderam que suas lutas econômicas, sociais, políticas e culturais, tendo em vista sua sobrevivência contra a pobreza e a miséria, são também lutas ecológicas. Para estes estudiosos, os povos do mundo estão começando de formas variadas e às vezes contraditórias, a levar em conta as relações entre si e com o resto da natureza. (in: Capitalism, Nature, Socialism. Nov. 1989:1-2 apud Diegues, 2004).

política pública, estava ligada à compatibilização entre crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. Era preciso garantir a posse da terra aos “povos tradicionais”, como garantia de delimitação de espaço de sobrevivência para as diferentes categorias:

- Seringueiro – regularização da posse, que delimitação a floresta e definição/manutenção das estradas de seringas e outras espécies, como a castanheira, para garantir a sobrevivência como extrativista, mas também como pequeno agricultor.
- Índio – demarcação de Terras Indígenas, determinante para a segurança dos povos indígenas e onde poderiam reproduzir suas manifestações culturais, inclusive falando a língua nativa (nota sobre a proibição da língua nativa na época das correrias – buscar literatura), fortalecendo seus laços de identidade social enquanto organização política do grupo.
- Posseiro ou colono – regularização legal da propriedade dos lotes de terra e cumprimento de todos os benefícios garantidos pela Legislação, além da implementação de projetos de assentamentos dirigidos pela iniciativa do INCRA e do governo estadual. A grande propriedade deveria sofrer restrições e adequar seus projetos agropecuários ou madeireiros às condições ambientais.

3.6 A Questão da Terra

Foi a questão da terra que se tornou emblemática ao *Varadouro*, sendo a questão indígena e a ambiental, indissociáveis a esse tema, principalmente porque os povos tradicionais perceberam que sua sobrevivência dependia da simultaneidade das lutas dessas categorias por um bem comum: o direito à terra.

O problema foi tratado sob a ótica da questão agrária, que compreendia conflitos entre dois lados: as classes dominantes agrárias, seringalistas e fazendeiros; e os despossuídos, índios, seringueiros e colonos ou posseiros.

O jornal testemunhou e apoiou a organização do movimento social rural em torno dos sindicatos, acompanhando a fundação de muitos deles, inclusive daquele que se tornaria emblemático à luta, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. O sindicato estava presente na maior parte dos municípios acreanos e reunia cerca de 20 mil associados.

Com a criação dos sindicatos, o Acre passou a viver uma intensa fase de transformações sociais. A luta dos seringueiros, posseiros e colonos logo foi transformada em ação sindical. A resistência, portanto, atingiu outros patamares, deixou de ser individualizada ou em pequenos grupos para se tornar coletiva e institucionalmente reconhecida.

Essa estreita relação estava relacionada às bases de fundação do *Varadouro*, que tinha na Contag e na Igreja suas principais articuladoras.

Se a edição nº1 foi praticamente dedicada aos povos indígenas, a primeira grande reportagem sobre o conflito agrário foi retratado em toda a sua abrangência na edição nº3 (agosto de 1977), num momento de agravamento da crise, pois “havia cheiro de pólvora no ar”. “A briga pela posse” relatava os assassinatos do capataz Carlos Sérgio e do pistoleiro Osvaldo Godim, por posseiros, em tocaia antigo seringal Nova Empresa, transformado em fazenda.

Dez dias antes, o jornalista Antonio Marmo havia entrevistado o capataz e acompanhou toda a repercussão do caso, não deixando de ouvir nem mesmo o patrão, desta vez. Na matéria, estavam as posições dos personagens envolvidos, do Incra, da Igreja, do Governo, na figura do próprio governador Geraldo Mesquita.

O jornal também reproduziu em suas páginas o pensamento dos “patrões”, quando conseguia entrevistar os personagens envolvidos nos conflitos. Ainda na edição nº3, o “paulista” Arquimedes Barbieri fez a seguinte declaração: “Ladrão, vagabundo, malandro, cafajeste, sujeito que não trabalha, eles devem ser eliminados como as pragas na agricultura. Não mataríamos, mas combateríamos biologicamente”.

O tratamento dispensado aos seringueiros pelas oligarquias latifundiárias também está claro na carta entregue ao presidente militar Ernesto Geisel⁵¹ pelo fazendeiro paulista Osvaldo Menezes, assim interpretada pelo *Varadouro*:

Dentre os múltiplos memorandos e documentos entregues ao Presidente da República, por ocasião de sua recente visita ao Acre, o do proprietário Osvaldo Zaiden Menezes merece ser abordado em alguns detalhes. É curioso que ninguém foi poupado pelos sr. Osvaldo Menezes. A imprensa foi tachada de “maldosa” porque procurou registrar o que vem ocorrendo no Acre a partir de 1970 com a entrada das empresas agropecuárias. As “autarquias” (leia-se Incra) também não foram poupadas porque não aceitaram os acordos leoninos propostos pelo sr. Osvaldo Menezes e seus colegas investidores. O clero igualmente foi acusado de patrocinar uma “política de escândalos” porque denunciou sistematicamente as pressões, ameaças e violência

⁵¹ General Ernesto Geisel foi o primeiro presidente Militar do Brasil; assumiu o poder em 15 de março de 1974, sendo substituído nas eleições de 1978. Já ao final de seu mandato, em 1o. de janeiro de 1979, Geisel fez um ato louvável: extinguiu o AI-5.

contra posseiros, seringueiros e índios. O esforço do sr. Osvaldo Menezes vai mais longe: tenta convencer, em seu documento, que não há tensão social no Acre; que não houve evasão de seringueiros para a Bolívia; que os seringueiros são “alguns bichos a mais na mata”, etc. Nervoso e trêmulo, o sr. Osvaldo Menezes declarava à imprensa após audiência com o Presidente, que temia que o mesmo não lesse sua carta. De qualquer modo, é sempre conveniente saber o que pensam os que se autodenominam de “pioneiros” (Ed. 3, 8/77, pág.19).

O *Varadouro* testemunhou a mobilidade do conflito, mais “sanguinário” no primeiro ano do jornal, como está descrito na edição nº3, mas já não tão violentos dois anos depois. Entretanto, o jornal demonstrou sobriedade ao interpretar a mudança enquanto resultado da mobilização social em defesa da floresta e de seus habitantes, a chamada “resistência”. Demonstrou também que o movimento nem sempre foi pacífico, porém sem deixar de apoiar os seus atores preferenciais, como fica demonstrando na edição nº12 (setembro de 1978).

Dois anos se passaram e esses mesmos trabalhadores voltaram a se reunir e, de fato, vieram mais confiantes, dispostos, de cabeça erguida. Através da luta, da união, da resistência e, em alguns casos, até da espingarda, obtiveram, nesse período, algumas conquistas importantes, ou como afirmaram alguns deles, pelo menos, mostraram a alguns “bandeirantes”, que afinal “não são o dono do mundo” (Ed. 12, 09/78, pág.4).

Se a questão da terra foi emblemática ao jornal, os *empates*⁵² se tornaram clássicos ao conflito. O jornal acompanhou as grandes marchas e o enfileiramento dos seringueiros, colonos e índios em resistência às derrubadas.

Nas páginas do jornal, em suas diversas edições, seus leitores acompanhavam o surgimento de jovens líderes sindicais, como Chico Mendes e Wilson Pinheiro⁵³, o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Extrativistas de Xapuri e segundo,

⁵² Empate foi como ficaram conhecidos os movimentos feitos pelos seringueiros em resistência pacífica às derrubada da floresta. O seringueiro e ambientalista Chico Mendes explicou, em entrevista ao autor de *Jornalismo Alternativo na Amazônia Ocidental*, que o empate, como forma de luta, foi concebido em 1976, no município de Brasiléia, no seringal Carmem. Trabalhadores armados de espingardas e terçados se dirigiam até o seringal Carmem, para impedir (empatar) que peões derrubassem a floresta com motosserras para plantar capim e formar pastos. “Os empates são feitos através de mutirões de seringueiros. À medida que os seringueiros tomam conhecimento de que têm companheiros ameaçados pelo desmatamento, que uma área está sendo ameaçada pelo desmatamento dos fazendeiros, se reúnem em várias comunidades, principalmente a comunidade afetada, organizam-se assembléias no meio da mata mesmo e tiram-se lideranças, grupos de resistência que vão se colocar diante das foices e das motosserras de maneira pacífica, mas organizada”.

⁵³ Chico Mendes e Wilson Pinheiro passariam à história do Acre e à da Amazônia após ser assassinados e se tornarem mártires da luta em defesa da vida na floresta. (falta checar as datas exatas dos assassinatos e seus autores).

de Brasília; a seringueira e professora Marina Silva⁵⁴ e o professor do projeto seringueiro Arnóbio Marques⁵⁵, o Binho.

Ao distinguir os temas, o *Varadouro* faz a identificação dos sujeitos sociais, reconhecendo nos grupos sociais e na unidade momentânea entres eles – a partir da opressão -, um dos elementos que favoreceram a criação de momentos propícios à uma possível transformação social, no que foi chamado de “resistência” à “invasão” dos “paulistas” – de modo a evocar o regionalismo radical como fator de aglutinação . Envolvia também outros dilemas, como a o conflito de interesses em torno da informação e o domínio desta pelas classes dominantes, aspectos que veremos adiante.

⁵⁴ Marina Silva se tornou ministra do Meio Ambiente no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (2002-2006). No período em que este trabalho estava sendo desenvolvido, o presidente Lula foi reeleito.

⁵⁵ Binho foi eleito governador do Acre, em 2006, com 53% dos votos, pelo PT. O ex-professor seringueiro sucedeu o governador Jorge Viana, gestão em que participou como vice-governador. Ambos integram a Frente Popular do Acre, cuja fundação foi anunciada na ed. 20 do *Varadouro*.

Conclusão

“Esse Elson Martins e esse Silvio Martinello devem ser comunistas”. Cita fala de um importante pecuarista, personagem da minissérie “Amazônia – De Galvez a Chico Mendes”⁵⁶, para tentar apresentar como o *Varadouro – um jornal das selvas*, ícone da imprensa alternativa na Amazônia, incomodou e modificou realidades ao mostrar a cara do conflito vivido pelos trabalhadores rurais extrativistas acreanos na década de 1970, contribuindo decisivamente para a organização do movimento social rural em torno dos sindicatos, um marco para as conquistas protagonizadas pelos povos tradicionais no Acre.

A fundação do *Varadouro* é resultado da preocupação dos movimentos sociais em ter um veículo de comunicação próprio, uma vez que não podiam contar com a mídia local na construção de suas representações. Estes veículos pertenciam a membros das classes dominantes, que por sua vez, cumpriam o papel de encenadores da realidade social e política do Acre e acabavam por deformá-la, a interesse desse grupo específico. Fabricavam coletivamente representações sociais, que mesmo estando afastadas da realidade, perduravam. Ao reforçar julgamentos espontâneos, essa mídia mobilizava e redobrava prejulgamentos sobre assuntos “dignos” de cobertura.

Ao fortalecer esse movimento que encontrou na identidade o modo de organização política e social do grupo, o *Varadouro* foi além das funções tradicionais do Jornalismo, em sua missão de “informar”, alinhando-se conceitualmente aos naninhos enquanto um produto de jornalismo alternativo que parte do princípio de que um jornal voltado para a comunidade se insere num contexto social e econômico que o coloca no espectro de uma “imprensa alternativa”, termo utilizado para designar o produto da mídia diferenciado pela forma, e/ou conteúdo, e/ou dimensões.

Essa estreita relação entre a redação do jornal e o movimento estava relacionada às bases de fundação do *Varadouro*, que tinha na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) e na Prelazia do Acre e Purus da Igreja Católica, no Acre, por intermédio do sindicalista João Maia e do bispo Dom Moacir, respectivamente, suas principais lideranças articuladoras.

A redação era formada por jornalistas e intelectuais e lideranças do movimento social que faziam oposição ao regime militar vigente: Elson Martins, Silvio Martinello, Arquilau de Castro Melo, Abraham Farhat (Lhé), Célia Pedrina Terri Vale de Aquino e

⁵⁶ Minissérie da Rede Globo escrita por Glória Perez, exibida de 02 de janeiro a 06 de abril de 2007.

muitos outros⁵⁷. Todos sem salário! Entre eles, ideais comuns de oposição e o desejo de protagonizar suas críticas ao regime vigente.

Nas páginas do jornal, em suas diversas edições, seus leitores acompanhavam o surgimento de jovens líderes sindicais, como Chico Mendes e Wilson Pinheiro⁵⁸, o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Extrativistas de Xapuri e segundo, de Brasília; a seringueira e professora Marina Silva⁵⁹ e o professor do Projeto Seringueira Arnóbio Marques⁶⁰, o Binho.

Ao distinguir os temas do conflito sócio-ecológico no Acre do período em que circulou, o *Varadouro* identificou os grupos e sujeitos sociais que construíram a unidade em torno da “identidade”, favoreceram a criação de momentos propícios a uma possível transformação social, no que foi chamado de “resistência” à “invasão” dos “paulistas” em determinado período do processo de ocupação da Amazônia (Operação Amazônia, 1966), cujos slogans “integrar para não entregar” e “homens sem terra para uma terra sem homens”. Opôs-se contundentemente ao discurso triunfalista para a Amazônia, denunciando os crimes e abusos cometidos pelos novos patrões amparados pela ditadura e seu aparato burocrático.

Ao oferecer uma visão de Acre de acordo com os interesses de uma classe social, desta vez, não da dominante, mas sim dos que classificou como os “pobres do Acre” – índios, seringueiros, posseiros e colonos-, o jornal das selvas teve participação relevante na história da democratização da informação no Brasil e mais diretamente, na Amazônia.

No conjunto das edições, o jornal retratou um período de transformação do ponto de vista dos pobres e em seu próprio tempo, nos dando uma visão ampla sobre o Acre da década de 1970 e nos alertando sobre as escolhas a serem tomadas.

⁵⁷ Gerente de conteúdo digital do sítio (www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br) da Biblioteca da Floresta Marina Silva; proprietário e editor do jornal *A Gazeta do Acre*; desembargador; fundador do PT e assessor parlamentar do senador reeleito Tião Viana; professora e mobilizadora social, tendo fundado o PT e da ONG Vertente, que há quinze anos trabalha oferecendo aulas de percussão a crianças da periferia de *Rio Branco* (AC); antropólogo, consultor da Biblioteca da Floresta, editor do *Papo de Índio*, publicado pelo jornal *Página 20*, de circulação diária em *Rio Branco*, e, atualmente, em curso de iniciação a pajé.

⁵⁸ Chico Mendes e Wilson Pinheiro passariam à história do Acre e à Amazônia após ser assassinados e se tornarem mártires da luta em defesa da vida na floresta. (falta checar as datas exatas dos assassinatos e seus autores).

⁵⁹ A senadora Marina Silva tornou-se ministra do Meio Ambiente no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (2002-2006). No período em que este trabalho estava sendo desenvolvido, o presidente Lula foi reeleito.

⁶⁰ Binho foi eleito governador do Acre, em 2006, com 53% dos votos, pelo PT. O ex-professor seringueiro vai suceder o governador Jorge Viana, gestão em que participou como vice-governador.

O *Varadouro* fez a sua; não desconsiderou as desigualdades que persistem, de fato, no espaço acreano, mas optou por evidenciar que a expansão do capitalismo na região não implicava na homogeneização do espaço, mas sim na articulação de diferenças, com base nas fontes concretas da diferenciação. O jornal demonstrou sobriedade ao interpretar a mudança enquanto resultado da mobilização social em defesa da floresta e de seus habitantes, que entre as categorias ficou conhecido como “resistência”.

Para o jornal, foi o movimento indígena que articulou e liderou a resistência ao avanço da exploração madeireira e agropecuária do Acre, durante os chamados “anos de chumbo”, articulando o que mais tarde viria ser chamada de Aliança dos Povos da Floresta. Os índios começaram e fortaleceram a resistência à ganância dos pecuaristas e por esse feito, deveriam ser reconhecidos pelos homens brancos, como bem afirmara em editoria e em inúmeros textos do “editor de assuntos indígenas”, Terri Vale de Aquino.

Porém, além de denunciar e buscar a retratação histórica, o *Varadouro* avançou na discussão na questão indígena, cobrando insistentemente a delimitação das terras indígenas, como forma de garantia de território para sobrevivência desse povo.

A questão ambiental passou a ser interpretada enquanto questão ecológica, do ponto de vista eco-social, ao qual estavam relacionadas a questão indígena e a da terra. A idéia inicial, apesar de não muito clara quanto à estratégia de desenvolvimento e política pública, estava ligada à compatibilização entre crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. Era preciso garantir a posse da terra às “povos tradicionais”, como garantia de delimitação de espaço de sobrevivência para as diferentes categorias. O jornal também reproduziu em suas páginas o pensamento dos “patrões” e seus empregados, quando conseguia entrevistar os personagens envolvidos nos conflitos. Estas entrevistas mostram o quanto os “paulistas” - assim eram chamados os “invasores” -, estavam dispostos a usar da violência para obter a propriedade das terras acreanas.

Varadouro testemunhou a mobilidade do conflito, mais “sanguinário” no primeiro ano do jornal, como está descrito na edição nº3, mas já não tão violentos dois anos depois. Entretanto, o jornal demonstrou sobriedade ao interpretar a mudança enquanto resultado da mobilização social em defesa da floresta e de seus habitantes, a chamada “resistência”. Demonstrou também que o movimento nem sempre foi pacífico, porém sem deixar de apoiar os seus atores preferenciais, como fica demonstrando na edição nº12 (setembro de 1978).

Para os povos da Amazônia, *Varadouro – um jornal das selvas* apresenta não apenas um registro, mas uma análise histórica dos acontecimentos que testemunhou, pelos olhos de homens e mulheres apaixonados por sua vida e o lugar onde viviam, um pequeno grupo de idealistas que queria dizer a verdade sobre o que acontecia, e o círculo de pessoas com a mesma opinião que crescia à volta. Em suma, conta a história daqueles que ficaram no campo ou na cidade, lutaram para sobreviver e tentaram ao máximo resistir ao redemoinho que impiedosamente puxava suas vidas para a escuridão. É uma narrativa sobre coragem, temeridade e uma recusa teimosa e absoluta de se render, mesmo com todos os contras.

No âmbito dos estudos em comunicação, este estudo se alinha à produção incipiente de alguns jornalistas que, cansados de uma produção onde o regionalismo é apresentado de modo estigmatizado que reforça uma visão exótica sobre si mesmo, ao contrário, começam a sair a campo além de sua confortável fronteira para produzir conteúdos com uma análise de país a partir de uma leitura amazônica. Uma proposta alternativa para uma população que ainda busca seus referenciais de desenvolvimento em países de primeiro mundo, e, diante da falta de esforço em conhecer este continente chamado Brasil, permite que apenas a televisão construa um conhecimento que sedimenta como definitivo.

A trajetória dos autores mostra que a associação no âmbito do jornal das selvas, bem como na imprensa alternativa como um todo, era situacional, motivados por forças de aglutinação acionadas diante de um governo ditatorial, que ora permitiram o agrupamento por interesses comuns de ordem ideológica.

Se a princípio estiveram vinculados aos segmentos da igreja orientados pela Teologia da Libertação, enquanto instrumento de ação, o grupo discutiu a importância da transição entre as lideranças, assumindo, ao final da sua trajetória, uma postura diferenciada desde a sua fundação, abordando temas ainda surpreendentes e mais ainda conservadores naquele cenário, como o homossexualismo.

Da mesma forma, com o fim da censura aos jornais e a abertura política, foi iminente a dispersão do grupo até então compunha o jornal.

Referencial teórico

ACEVEDO MARIN, R. E. & CASTRO, E. *Negros do trombetas: guardiões das matas e rios*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 2004.

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. *Universalização e Localismo: Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. In: Debate, nº 3. Ano IV. Salvador, CESE, 1994, p. 21-42

_____. *Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito*. Belém, Cadernos do NAEA, n. 10, p.163-96, abril/jun, 1989.

_____. “Os quilombos e as Novas Etnias.” In: Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Elaine Cantarino O’dwyer (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-81.

_____. *Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização*. In: Travessia. Ano IX, nº 25. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios-CEM, 1996, p. 30-35.

_____. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. *Darwin e Marx: diálogo nos trópicos para uma interpretação do Brasil*. In: Revista Somanlu, ano 5, n. 2, jul./dez. 2005, p. 9-27.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Friedrik – “Os Grupos Étnicos e Suas Fronteiras”, in: Lask Tomke 2000 (org.). O Guru, O Iniciador e Outras variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 25-67.

BAUMAN, Zigmunt. “Comunidade – a busca por segurança no mundo atual”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariane (org). A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, pág. 13 a 44, 1977.

BLUNTSCHLI, Hans. A Amazônia como um organismo harmônico. Manaus: INPA, 1964. (Cadernos da Amazônia)

BOURDIEU, P. (et all). “A construção do objeto”. In: Ofício de sociólogo – metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 45-72.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. A miséria do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. São Paulo, Summus Editorial, 1989.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

CUCHE, Denis. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. A Miséria do Mundo – A visão mediática. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

CHOMSKY, Noam. A Privatização da Democracia. São Paulo, Folha de São Paulo, 9 de março de 1997, p. 10.

COSTA, Francisco de A. A Questão Agrária e macropolíticas para a Amazônia. IEA. São Paulo: USP, nº 53, 2005.

DELIÈGE, Robert. Une histoire de l’Anthropologie: écoles, auteurs e théories. Paris : Éditions du Seuil, 2006.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de A. “A comunidade quilombola do Moura e o processo de territorialização na Amazônia”. Manaus: DCiS-UFAM, 2006. (monografia de conclusão de curso)

GALVÃO, Eduardo. “Mudança cultural na região do Rio Negro”. In: Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 120-134.

_____. Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional / Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos. São Paulo: Global, 1987, p. 227-344.

GALEANO, Eduardo. “As veias abertas da América Latina”. 46ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

HOBBSBAWM, E. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE-Conselho Nacional de Geografia-RJ. Tipos e aspectos do Brasil excertos da "Revista Brasileira de geografia" – 7ª. ed. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1963.

KUPER, Adam. Antropólogos e a Antropologia. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo, Escrita Editorial, 1991.

LÉVI-STRAUSS. Claude. “La science du concret”. In: La pensée sauvage. Paris : Libraire Plon, 1962.

LÉVI-STRAUSS. Claude. “A Ciência do concreto”. In: O pensamento Selvagem. Campinas: Papyrus, 1997, p. 15-49.

MARCONDES FILHO, Ciro. Quem Manipula Quem? Poder e Massas na Indústria da Cultura e da Comunicação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *Uma Teoria Científica da Cultura* Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MELO, José Marques de. Comunicação e Classes Subalternas. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

MOREIRA, Eidorfe. Amazônia. O conceito e a paisagem. Manaus: INPA, 1960. (Coleção Araújo Lima).

O'DWYER, Elaine Cantarino (org.). "Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PENNA, Maura. "O que faz ser nordestino?". São Paulo: Cortez Editora, 1992.

PORTELA, Michelle da Costa. "Um olhar europeu sobre a história do Amazonas", publicado no site www.fapeam.am.gov.br, 2007.

PORTELA, Michelle da Costa. "O *Varadouro*, categorias e representações sociais". Manaus: NPCSH INPA-UFAM, 2006. (monografia de conclusão de pós-graduação *Lato Sensu*)

SAHLINS, Marshall. "Adeus aos *tristes tropes*: a etnografia no contexto da moderna história mundial". In: Cultura na Prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004, p.503-534.

SANTOS, Boaventura de Souza, "Ecologia dos saberes". in A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SIMONIAN, Ligia T.L.. Mulheres seringueiras na Amazônia Brasileira – uma vida de trabalho silenciado. *Anthropolgy of Work Review*, XII, 1992-1991.

SUDAM, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Amazônia: tipos e aspectos, 1966.

SANTOS, Guiomar José. Dossiê Acre – Elevação do Acre a Estado. Acre: Editora Ufac, 1993.

SOBRINHO, Pedro Vicente da Costa Sobrinho. “Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia”, Acre: Editora Ufac, 2002.

TAVARES, Elaine. Jornalismo Comunitário, O que é Afinal.
www.igutenberg.org, julho de 2000.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Editora Nacional. 1977.

2 Anexos

1. Volume em anexo

Apresentação

Procedi a um levantamento criterioso de toda a coleção do *Varadouro* em diferentes instituições e arquivos, buscando suprimir uma lacuna na compreensão histórica da imprensa alternativa na Amazônia. Após consultar diferentes arquivos, consegui reunir toda a coleção do jornal, integralmente.

Foram mais de dois anos de pesquisas ininterruptas, superando os aspectos lacunosos e segmentados das coleções ora disponíveis em *Rio Branco*, no Acre.

Importa dizer que, nem o próprio idealizador do jornal possuía a coleção completa. Um dos resultados desse trabalho de pesquisa, além da própria dissertação, propiciou o acesso um público amplo e restrito da coleção completa montada a partir da minha intervenção. Presenteei, inclusive, ao fundador e demais autores, uma tentativa de resgate histórico e de ampliar a discussão sobre a relevância da imprensa alternativa para a democracia na Amazônia.

A seguir, apresentarei a coleção completa, em ordem cronológica, para efeito de anexo dessa dissertação.



Anexo 2 – Governo Geisel aprovou operação fiscal para extinguir imprensa nanica

Portela, Michelle da Costa.

Varadouro – um jornal das selvas. Um estudo sobre a vida no alternativo / Michelle da Costa Portela. – Manaus, 2009. xf.

Dissertação – Universidade Federal do Amazonas, 2009.

1. Comunicação; 2. Jornalismo Alternativo - Amazônia; 3. Movimentos Sociais – Amazônia.